Quarta parte

Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades

Manoel Bomfim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOMFIM, M. Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades. In: *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 81-180. ISBN: 978-85-99662-78-6. <https://doi.org/10.7476/9788599662786.0005>.

This work is free of known copyright restrictions. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Este trabalho está livre de restrições de direito de autor e/ou de direitos conexos conhecidas.
<http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Esta obra está libre de restricciones conocidas de derechos autorales. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

QUARTA PARTE

EFEITOS DO PARASITISMO SOBRE AS NOVAS SOCIEDADES

SEÇÃO A – EFEITOS GERAIS

Natureza desses efeitos

O pastor não sabe viver senão à custa do rebanho.
Mircia Rossetti

I

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele.

Esta influência revela-se, no caso das colônias latino-americanas, por duas ordens de efeitos: efeitos gerais e efeitos especiais. Os primeiros representam as modificações e perturbações que ocorrem ao organismo parasitado, pelo simples fato de que ele é parasitado: são comuns em todos os parasitismos.

Tais efeitos – gerais – compreendem três ordens de manifestações: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita – além do encargo capital de nutri-lo; finalmente, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas.

Estas são as condições que acompanham todo o regime parasitário – orgânico ou social.

Quanto à primeira manifestação – enfraquecimento: não será preciso esforço para fazer sentir o como se deve enfraquecer um organismo que é sugado e esgotado por outro, que à custa dele se nutre e vive. Por vezes, o enfraquecimento é tal que a vítima sucumbe; o quadro das moléstias parasitárias é bastante grande e expressivo a este respeito. Nos organismos sociais, não é menos sensível esse enfraquecimento, que chega até a produzir a morte dos grupos parasitados. Quando as vespas parasitas se introduzem num cortiço, acabam muitas vezes aniquilando-o: elas não fazem mais que piratear sobre o trabalho das laboriosas abelhas e viver à custa deste trabalho; mas a colméia, obrigada a um excesso de despesa, precisa duplicar a tarefa; fatigam-se as pobres operárias, que, no entanto, passam a alimentar-se menos, porque o melhor do mel é roubado; e devido a estas duas causas – excesso de trabalho e deficiência de alimentação – debilitam-se de mais em mais as abelhas, adoecem umas após outras, e o cortiço se vai despovoando; em breve está extinto. Quando um enxame de traças de rapina cai sobre um formigueiro, produz sobre ele o efeito de uma epidemia. “As formigas perecem uma a uma, e no caminho do cemitério não se vêem mais que cadáveres, transportados à fossa comum; as galerias tornam-se desertas. Breve, as formigas vivas não bastam para o serviço fúnebre, e os cadáveres ficam pelas câmaras e galerias, até o momento em que os últimos habitantes acabam também por perecer”. Tais são os termos pitorescos com que Paul Combes (*Les Civilisations animales*) descreve esse flagelo. O parasitado sofre, não só pelo excesso de trabalho e deficiência de alimentação, como pela coação direta, que o força a deixar espoliar-se. O parasita, não tendo outra função senão esta – de esgotar a sua vítima, possui normalmente órgãos poderosíssimos para prendê-la e subjugar-la:

“Nas termíforas, observa Wasmann, os palpos maxilares se desenvolvem enormemente e formam verdadeiros malhos, destinados a bater sobre as térmitas a fim de lhes fazer compreender que devem passar-lhes os alimentos, a elas, termíforas”.

Nas próprias sociedades humanas ocorrem freqüentemente fatos análogos. Com as desigualdades sociais e as iniquidades e vícios das instituições presentes, o regime normal é que uma parte da sociedade viva parasitariamente do trabalho da outra. Todavia, estabeleceu-se um certo equilíbrio, e as classes parasitadas têm a sua sobrevivência garantida no fato de que a extensão dos instintos egoísticos das classes parasitas, o ócio, a devassidão, a degeneração em suma, que se manifestam fatalmente sobre os

exploradores, mantêm estes últimos numa situação de relativa inferioridade. A este fato se deve também que as nações não desapareçam, não se degradem e decaiam à medida que decaem e se degradam os membros das classes superiores: porque as classes inferiores, não parasitas, vão fornecendo novos elementos para substituir a esses que desaparecem, devorados pela degeneração parasitária²³ Mais de uma vez, porém, este equilíbrio se rompe, e as classes inferiores são devoradas também, diretamente ou indiretamente, pelo parasitismo; e, então, a nação decai de todo; pode mesmo desaparecer. Em certos casos, é porque a rapacidade, a exploração das classes superiores é tão feroz e bárbara que vem a matar de fome e de cansaço – de miséria, em suma – a classe parasitada, ao mesmo tempo que a tirania e o autoritarismo a mantêm na ignorância e abjeção primitivas. Muitas das nações orientais pereceram assim, rolando de decadência em decadência, até serem escravizadas por outras. Em outros casos, é porque as próprias classes inferiores caem também no parasitismo, e têm assim de sofrer os mesmos efeitos degenerativos que as classes elevadas. Tal é o que sucedeu em grande parte nas sociedades peninsulares. Ocorre ainda que, mesmo neste caso, intervêm a tirania e o autoritarismo egoístico-conservador – essencial e característico das classes parasitárias, para reduzir a massa popular à ignorância e à abjeção.

Em certos casos, se o parasitismo feroz de um grupo sobre outro não produz o aniquilamento deste último, trazendo como resultado final o aniquilamento total da sociedade, é porque o grupo explorador conseguiu renovar a sua provisão de vítimas. Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho. A população negra não atinge hoje, no Brasil, a dois milhões; se não fora esse extermínio, ela seria superior, talvez, à população branca.²⁴

²³ V. cap. “Causa da degeneração”.

²⁴ Não tenho à mão todas as cifras sobre a importação de negros no Brasil; tenho dados somente sobre o período de 1759 a 1803, e o de 1807 a 1847, quando já estava condenado o tráfico. Pois bem, só nesses 86 anos entraram no Brasil 2.444.000 negros escravos. Ora, a importação de escravos durou 300 anos, e nos primeiros anos da companhia do Grão-Pará a importação no Brasil chegou a 100 mil por ano!...

II

É fato inegável verificado que o parasita obriga sempre a sua vítima a prestar-lhe uns tantos serviços acessórios. Geralmente, no parasitismo orgânico, a presa é forçada a conduzir o seu hóspede, a alojá-la, defendê-lo, e garantir-lhe a reprodução. Introduzindo-se sob os segmentos da cauda do caranguejo, a *succulina* não só o explora, vivendo à custa dele, como o leva, por manobras adequadas, a dobrar sobre ela esses anéis que, em circunstâncias normais, servem justamente para abrigar os ovos do *decápode*. Com isto, o caranguejo não só é obrigado a alojar e defender o seu parasita, como ainda se vê reduzido à esterilidade. O caso é mais notável ainda nos caranguejos machos, cujos segmentos caudais são imóveis – pois que o animal não tem ovelho a proteger; no entanto, levado pelos artifícios da *succulina* o crustáceo modifica o apêndice caudal, dobra-o sobre o parasita; tal como as fêmeas.

No parasitismo social encontram-se fenômenos análogos.

As formigas escravas são obrigadas a trabalhar para as parasitas, a defendê-las, e até a carregá-las entre as mandíbulas, quando se faz precisa uma migração. Nas sociedades humanas, nós vemos os indivíduos das classes serem, não só explorados no seu trabalho pelos grupos superiores, como compelidos a defendê-los nas guerras, a elegê-los para os cargos públicos etc. Com os explorados das colônias o caso é mais frisante: chegando ao México, os aventureiros espanhóis, ao mesmo tempo que, a ferro e fogo, arrancavam os tesouros ao índio, obrigavam também a fazer-se soldado nos seus exércitos, para ir atacar e saquear outras vítimas. Era com o auxílio das próprias populações parasitadas que as metrópoles defendiam os seus privilégios coloniais contra as rivais.

Três foram os ataques sérios que sofreu o Brasil colonial – franceses, ao Norte e ao Sul, e dos holandeses, em Pernambuco; e foi sempre com o auxílio decisivo das populações naturais, principalmente dos índios, que os portugueses puderam repelir os invasores: “Mais de 2 mil indígenas lograram os chefes – Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos – anexar à sua expedição (contra os franceses do Maranhão), ao passo que os portugueses não passavam de 600”. Ao Sul, no Rio de Janeiro, todo o esforço dos portugueses era no sentido de chamar a si as populações índias,

das quais uma parte – Tamoios – estava aliada aos franceses. Só quando o indígena veio prestar mão forte às gentes da metrópole, puderam elas vencer os seus competidores. Salvador Correia, o capitão lusitano, salvo, pelos índios intrépidos e generosos, de afogar-se quando investia contra os navios franceses nos mares do Sul, é o símbolo de Portugal defendido e salvo pelo americano, sua vítima e sustentáculo.²⁵ Na luta contra o holandês o mesmo fato se nota.

Foram os pernambucanos – negros e índios, Tapuios principalmente – que defenderam Pernambuco, e o reconquistaram para Portugal. Isto, para os pernambucanos, representava todavia uma vantagem, porque, dos dois parasitismos – o que já existe, e o que se propõe a substituí-lo – é preferível o primeiro, ao qual a vítima já está adaptada. Turgot lembra, com acerto, que ninguém defende melhor os usurários que as suas vítimas. Nas fazendas e minas da América, os senhores metiam um chicote nas mãos de um dos escravos – o feitor – para que forçasse os outros a trabalhar o mais possível.

III

As modificações adaptativas do parasitado são também de tal modo evidentes que se dispensam demonstrações demoradas. Um organismo – qualquer que seja, para que viva, tem de adaptar-se às condições de existência que se lhe oferecem. Se estas condições variam, ele tem de modificar a estrutura ou as funções no sentido que lhe for indicado por essas variações do meio. Quando tais variações são muito bruscas, violentas ou extensas, e o organismo não consegue adaptar-se a elas, está ele condenado a morrer. Se um ser vivo qualquer é invadido por um parasita, ou se adapta a estas novas e precárias condições de vida ou perece – caso não consiga, antes, desembaraçar-se do parasita. Em qualquer modo, desde que haja a invasão parasitária, há pelo menos um começo de adaptação. O indivíduo em cujo intestino se aloja uma tênia, mesmo quando se sente

²⁵ No ataque aos franceses, em Cabo Frio, em 1567, foi Salvador Correia contra uma nau francesa; ele próprio dirigia a ação: “A nau fora temerariamente investida por muitas canoas de portugueses e gentios seus aliados, que Estácio de Sá em pessoa os comandava. Em duas ou três ocorrências Salvador Correia perdeu o equilíbrio, corria o risco de afogar-se nas ondas do mar e fora delas salvo e arrancado pelos indígenas que nadaram com afoiteza e segurança”.

enfermo e trata de expulsá-la – mesmo neste caso, se adapta ao novo viver que lhe é dado; cresce-lhe o apetite; e se chega a expulsar o cestóide, antes de voltar ao estado normal, sente um certo desequilíbrio, *até adaptar-se de novo à saúde*. Apenas, esta última adaptação é muito mais fácil que a primeira.

Nos organismos sociais inferiores, as cochonilhas se adaptam de tal forma a ser parasitadas pelas formigas, que perdem até a faculdade de desembaraçar-se por si mesmas do líquido açucarado de que, sobre elas, se alimentam as formigas parasitas. Os grupos humanos oferecem-nos grande número de exemplos análogos. As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não afaziavam a isto pereciam. Assim morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e portugueses.

Há casos em que a adaptação vai até ao sacrifício do parasitado ao parasita. Giard observou que certos anelídeos que hospedam larvas parasitas (de Monstrillides – copepodos) autonomizam-se para pôr em liberdade o parasita, quando este chega ao ponto em que precisa mudar de vida e de hóspede; quer dizer: a vítima leva a sua adaptação ao extremo de, por um movimento automático, seccionar uma porção do seu próprio corpo, a fim de garantir a evolução vital do parasita.²⁶

Expressão desses efeitos na vida econômica, política, intelectual e moral

I

Essa influência, de caráter geral, do parasitismo das metrópoles sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral. Pela análise

²⁶ *Sur l'autotomie parasitaire*, C. R. de la Soc. de Biol., Paris, t. IV, p.380.

que acabamos de fazer, demonstramos que teoricamente estes efeitos gerais são uma consequência fatal do parasitismo; vimos que a influência geral se exerce em três sentidos. Vamos ver agora, por uma demonstração prática, como se reflete ela sobre cada uma dessas categorias de fatos, já enumerados: econômicos, políticos, sociais propriamente ditos e morais.

São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo social em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social. Esta afirmação equivale a um truismo.

Por isto – pela importância desses efeitos econômicos – é mister insistir um pouco nos fatos que a eles se ligam. Não tanto para fazer a prova de tais fatos – evidentes por si mesmo, mas para mostrar como eles provocam os outros vícios, defeitos, anomalias e perversões, de que sofrerão as futuras nacionalidades, tanto na sua vida política, como na sua evolução moral e social; para fazer sentir bem como todas essas anomalias e vícios derivam, direta ou indiretamente, dos do parasitismo da metrópole.

Busquemos a vida econômica da colônia no seu início.

Aqui chegando, os aventureiros espanhóis tinham como empenho primeiro recolher todo o ouro – todas as riquezas acumuladas. Elas não eram fantásticas como as que os portugueses encontraram na Índia; cifravam-se em algumas toneladas de ouro, ao Norte e ao Sul do istmo – México e Peru. Mas este ouro colheram-no, não com a simplicidade e tolerância de um visitante noturno, que faz deslizar à gazua a lingüeta da fechadura, apanha o que lá existe na burra, e vai embora mansamente, deixando à vítima a vida, o imóvel, os meios em suma de trabalhar ainda, e refazer de alguma sorte a existência. Há quem se limite a isto: são os bandidos e gatunos vulgares; os heróis procedem de modo mais radical. É este, mesmo, o único traço distintivo entre o herói conquistador e o ladrão noturno. O processo dos capitães ibéricos, na América, não foi nem mesmo o da vespa preguiçosa e agressiva, que invade a colméia pacífica e se farta de mel alheio, matando, destruindo as abelhas que se lhe querem opor, mas que, em todo caso, deixa subsistir o cortiço; que será aproveitado pelas sobreviventes. Não; aqui chegando, eles encontraram impérios constituídos, populosos, civilizações vivazes; e, para se apoderarem de alguns

carregamentos de ouro, destruíram tudo, tudo. Esse proceder não podia deixar de trazer conseqüências consideráveis para a vida econômica das futuras sociedades coloniais.

Consideremos, em primeiro lugar, os efeitos do saque em si. Imagine-se que essa riqueza roubada ao inca e aos astecas, ou uma parte pelo menos desses cabedais, houvesse ficado aqui e aqui tivesse achado emprego; e que esses cabedais, guiados pela inteligência de uns e pela experiência de outros – naturais e adventícios – tivessem sido aplicados em melhorar a produção nas novas colônias, para constituir a base da vida econômica de uma sociedade estável... Se tal sucedesse, o desenvolvimento das colônias e a sua situação atual seriam bem outros. Mas não era isto o que estava no pensamento dos conquistadores, senão enriquecer, por qualquer forma, por qualquer meio. Toda a riqueza existente passou para a metrópole; e não era tão pequena que fosse para desprezar...

Todavia, não foi esta a perda mais sensível nesse desbarato das nações americanas, devoradas pela Espanha. O pior do caso é que, para haver esse ouro, os aventureiros da península destruíram tudo que aqui encontraram. O mais sensível e lastimável é a perda do milhões de indivíduos – homens aptos, dos mais aptos entre os nativos da América; homens que não eram mais o selvagem descuidoso, sem educação social, sem hábitos de trabalho, vivendo miseravelmente dos recursos naturais da selva e dos rios. Não; eram homens que tinham alcançado um estado de civilização superior, homens cujo esforço inteligente havia produzido e acumulado riquezas e monumentos, capazes de desvairar os invasores famintos. A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus direitos naturais, permitindo-lhes o desenvolverem-se segundo o seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saídas da fusão e assimilação de uns e de outros, elementos preciosos de progresso e de estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceu tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim, que representava uma perfeita adaptação à natureza americana. E as que não foram destruídas – ameaça das, escravizadas, cheias de ódios, fugiram para as brenhas, e converteram-se logo em elemento perturba dor da vida econômica da colônia, praticando depredações, provocando lutas, exercendo represálias, em que se consumiram inutilmente vidas e energias.

II

Iniciada assim, essa colonização feroz não podia mais voltar atrás; naturais e adventícios estavam incompatibilizados para constituir uma sociedade com hábitos de trabalho pacífico. A ganância do colono e a voracidade da metrópole eram insaciáveis: “(...) Para as colônias espanholas e portuguesas vinham, via de regra, aventureiros e especuladores gananciosos, sem outro pensamento que não fosse o de enriquecer depressa e sem muito trabalho”. Esgotados os tesouros já feitos, adotaram o processo sumário de escravizar os naturais e enriquecer à custa deles, com o seu labor. Os governos, por sua vez, arranjaram logo a máquina administrativa de modo a sugar a colônia o mais possível. Não havia outra preocupação. Os territórios e os privilégios eram dados ou vendidos segundo os interesses da corte ou dos seus representantes. Senhor do território, apossado da mina, o colono só pensava em arrancar deste eldorado o máximo de riqueza, no menor prazo possível. Para isto ele era livre de empregar os processos que quisesse, contanto que o fisco contasse com a sua parte. Português ou espanhol, ele vinha para entesourar e não para trabalhar; e era logo a caça implacável ao índio. Sob a desculpa de que eram antropófagas algumas tribos, a metrópole estabeleceu a venda dos índios capturados – estava normalizado o cativo, estava sistematizado o parasitismo, na sua forma ideal: uns a trabalhar e outros a engordar e a gozar. Assim se completou a perversão da vida econômica nas novas sociedades. Tendo provado o fruto do trabalho escravo, os colonos não voltariam mais atrás; onde o elemento índio era escasso ou onde ele foi exterminado, logo o substituíram pelo escravo africano.

A escravidão na América, com o ser uma perturbação à evolução normal do trabalho – que já era, geralmente, livre e pacífico em todo o Ocidente (deixemos de lado, por ora, a moral e a justiça) – a escravidão produziu aqui males especiais. Estabelecidos em terras feracíssimas, ou em face da mina, e não tendo outro intuito que o lucro imediato, o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que lhe era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só aumentar o número de escravos. Já ignorante, já retrógrado por educação, como iria ele pensar em modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, dar tratos ao talento para achar lavouras mais remuneradas, quando tinha um meio seguro, infalível e

simples – crescer o número de escravos?.. E era isto o que se fazia. Fazendas, explorações minerais, havia onde os escravos se contavam por milhares. Camisa e ceroulas de algodão grosseiro, um chapéu de palha – algodão que os próprios escravos plantavam e teciam, chapéu trançado por eles mesmos, uma medida de farinha, um naco de carne, tirado ao trabalho do mísero cativo: eis o preço do trabalho para o colono. E o produto deste trabalho, o ouro, o tabaco, o açúcar, passava todo – tirada a parte do padre, do fisco e do intermediário – para o bolso do *senhor*.

III

É esta a síntese da vida econômica das novas nacionalidades por todo o tempo de colônia: o senhor extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. *Trabalhar, produzir*, só o escravo o fazia. Não havia indústria, não havia pequena lavoura. Só mais tarde se formaram, aqui e ali, núcleos de refugos, revéis, escravos fugidos, índios sobreviventes aos massacres, um ou outro branco desgarrado... e que deram origem a essas populações que, em várias partes do sertão, vêm vivendo sob o regime de um comunismo primitivo – terras de heróis, lavrando algumas nesgas de mandioca, e explorando a caça e a pesca como os selvagens de outrora, sem estímulos, ignorantes, apáticos, sem educação do trabalho, carregando os resíduos de ódios das populações martirizadas.

Tiravam-se ao escravo quatorze, dezesseis horas de trabalho por dia; mas esse trabalho se fazia segundo processos tão grosseiros e primitivos que não produzia o que se poderia produzir em três ou quatro horas de trabalho inteligente. Que importava isto ao colono? Ele via as coisas em grosso; o provérbio português – antes pilado a pilão que comprado a tostão – era a sua divisa. O essencial era que a receita lhe viesse exonerada de qualquer despesa. Àquelas inteligências sumárias, este fato se afigurava como a garantia absoluta do bom negócio – tudo é lucro Ideal!...

Afluíam colonos, plantavam-se canaviais, construíam-se engenhos. O colono, apenas chegado, tornava posse da área que lhe era demarcada. Comprava negros, erguia a senzala e o rancho. O primeiro trabalho consistia em limpar a terra que havia de produzir o milho, a mandioca para a alimentação dos escravos. A terra produzia

cento por um. A esta faina seguia-se a da construção do moinho; dois cilindros de madeira para esmagar a cana (dois, não: três), urna roda hidráulica ou um molucate para mulas ou bois corno motor. Plantava-se o canavial; (...) leva-se a cana ao engenho, tem-se a garapa para a aguardente ou o açúcar...

Esta descrição, em que Oliveira Martins, encantado, resume a exploração agrícola da colônia, é exata e quase completa. Falta-lhe dizer que era o escravo quem fazia tudo – a moenda e a senzala. Havia escravos carpinteiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros... escravos tecendo, fiando, plantando; era o escravo quem construía o carro de bois, o monjolo, o moinho, a canga, o selote, a cangalha, a peneira e o pilão do mineiro... O senhor embolsava; gastava consigo, apenas. Por isso, porque o senhor não sabia o preço do trabalho (fazendas havia onde nem se alimentavam os escravos: dava-se-lhes o sábado, para com o trabalho desse dia alimentarem-se e vestirem-se!), porque não se sabia o preço do trabalho, multiplicavam-se os serviços improdutivos; cada fazenda ou centro de mineração alimentava um exército de inúteis; cada senhortinha um séquito de parasitas: uma banda de música, um capelão, uma dúzia de lacaios, um contingente de assassinos para vingar os seus ódios e o defender contra os seus iguais (era esta a única justiça), Em cada cozinha, havia uma dúzia de escravas *doceiras*, outras tantas *assadeiras*, *queijeiras*, *biscoiteiras*... em cada varanda viviam bandos de mucamas; e em redor da casa, ou mesmo sob o teto conjugal, um harém de mulatinhas – todas as crias púberes, cujas primícias pelos costumes da época pertenciam ao *senhor*.

Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo: “nenhum braço português tocava os engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil”, E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição. Ainda hoje, mesmo os homens que conseguiram pelo seu labor próprio e esforço pessoal uma situação social desafogada e próspera, mesmo estes, só aspiram para os filhos às profissões em que lhes parece que não será preciso trabalhar; e quando, pelas vicissitudes da fortuna, um rapaz das classes medianas se vê forçado a ganhar a vida *trabalhando*, ei-lo que emigra: “tem vergonha de trabalhar no meio daqueles que o conhecem”.

Com um tal sistema de produção, e com os espíritos assim envilecidos pela ambição de riquezas, era natural que o escravo fosse

considerado como uma máquina, apenas. Os senhores não pensavam senão em tirar deles o máximo de trabalho – a tarefa medida a varas, o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente que levantasse a cabeça da enxada. Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juízo, o recurso para que não se extraviasse. “Fazia-se ao negro o que não é lícito fazer a nenhuma espécie de gado”. Ao moralista e ao sociólogo há de parecer impossível, ao ler as crônicas da escravidão, que entes humanos houvessem chegado ao estado de perversão moral característico e comum nos senhores de escravos. Não se trata de coisas passageiras, de ódios e crueldades que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo. Arrancado à selva nativa, abandonado aqui à ganância implacável do colono, o pobre africano só tinha um meio de libertar-se: a morte. Quantos milhares que aí procuraram descanso! Em certas fazendas – ainda em nossos dias, raro era o mês em que se não desciam das árvores dois, três cadáveres de negros, enforcados. Era o único meio de não pagar no tronco, na gargalheira, no almoço diário de dúzias de bolos, a tentativa de fuga...

Em tais condições, jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar. No entanto, é mister reconhecer: uma vez atirada para aí a colônia, foi-lhe imposto persistir nesse regime. O governo da metrópole exigia para si o preciso para alimentar-se e aluvião de parasitas – toda a nação; e, na colônia, a população parasita era também enorme. Na metrópole, nada se produzia; comprava-se tudo – com dinheiro da colônia. Na colônia, só havia a produção agrícola ou mineira, tudo mais devia ser comprado. Era do trabalho agrícola ou mineiro que viviam todos; e para que ele pudesse bastar a tantos parasitas, era preciso que o trabalhador produzisse como dez e consumisse como zero.

IV

A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes. As sociedades humanas têm energias regeneradoras de que mal desconfiamos. Na América do Norte, os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escravidão. É que as colônias inglesas puderam organizar-se desde logo segundo convinha aos seus próprios interesses, e não foram vítimas de um parasitismo integral como esse que as metrópoles ibéricas estabeleceram para as suas colônias. Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas consequências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias manufatureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista. Em matéria de vida econômica, só se permitia às colônias: o praticarem a agricultura e a mineração de certos produtos, contanto que tudo fosse comprado e vendido à metrópole, por meio de intermediários da metrópole, depois de tiradas as contribuições imediatas do fisco. O regime era tal que toda a produção da colônia tinha que passar para a metrópole; não havia como reter, como furtar uma parte que fosse. E foi de modo que, no fim de três séculos de exploração aturada, de produção intensiva e trabalho de escravo, tocado a relho, a América Latina se achou tão pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda. As metrópoles tinham o privilégio da exportação, do comércio enfim, de certos gêneros; tinham o monopólio da venda de uns tantos produtos, distribuíam os índios pelos feudos, distribuíam as terras; cobravam dízimos e quintos de toda a produção, fechavam as colônias ao comércio do resto do mundo e até de umas regiões com as outras, da mesma colônia; davam o preço aos gêneros. A Espanha chegava a obrigar os miseráveis índios “a comprarem objetos de luxo, tais como lenços e meias de seda, navalhas, óculos, anéis...”. Além disto – do que o governo da metrópole exigia para si – os seus representantes, lá nos domínios, extorquiam por conta própria, exploravam impiedosamente as populações.

Os vice-reis, pelo menos, nunca voltaram senão carregados de tesouros. Traficavam de toda forma, até com as próprias ordens que estavam encarregados de executar. Vendiam tudo; a questão era de preço. E, como os vice-reis, portavam-se todos os outros funcionários. Por sua parte, os comerciantes, tanto de Sevilha como de Vera Cruz, precisavam de manter essa ordem de coisas; e quando da América iam queixas contra as iniquidades que se praticavam com os povos, esses comerciantes punham em ação o seu dinheiro e prestígio em favor do funcionário, com cuja conivência precisavam de contar. O governo de Madri não ignorava a verdade do que se ia passando; mas tinha interesse em fechar os olhos aos abusos, porque os vice-reis, para disfarçar seus lucros, aumentavam também o erário real. Apenas substituíam os funcionários; o que, aliás, encontrava-se com os desejos dos mesmos, que, havendo enriquecido, o que queriam era ir gozar na pátria terra... Vieram os tributos: o quinto sobre o rendimento das minas; a a/cavala, ou imposto sobre toda a venda em grosso; o papel selado, o monopólio do tabaco, da pólvora, do chumbo, dos baralhos etc., sem contar o que cobrava a autoridade eclesiástica; a capitação subia a onze francos, fora os direitos paroquiais; os indultos...

Acrescente-se a tudo isto as bárbaras exações, tão fáceis de imaginar, cometidas pelos agentes do fisco, e todos os empregados da administração e do culto. Mais odioso ainda foi um outro recurso de que usavam as metrópoles para aumentar os seus proveitos: o monopólio do comércio – o direito exclusivo de comprar e de vender nas colônias. Os navios mercantes só podiam ser despachados de portos da América para portos da península e vice-versa. Mesmo as mercadorias de outros países tinham de vir para a América por intermédio do comércio das metrópoles; do mesmo modo que na Europa, o comércio estrangeiro tinha de procurar entre os intermediários da península os gêneros produzidos na América. Impediam-se até as relações comerciais entre uma colônia e outra. O porto de Sevilha era o entreposto geral e único do comércio espanhol com as respectivas colônias...

Era o sacrifício puro e simples da colônia à metrópole: aquela devia comprar tudo à Espanha, que aliás não tinha indústrias, ou as poucas que tinha eram de produtos inferiores e caríssimos. Já vimos qual a situação industrial da península nos séculos XVII e XVIII:

(...) Em 1545, os pedidos feitos da América para a Espanha foram tão avultados que em dez anos de trabalho não poderiam ser satisfeitos (...) Outra medida odiosa a que recorreram as metrópoles foi a de proibir nas colônias a cultura de certos produtos, como a da vinha, oliveira,²⁷ (...) a montagem de certas máquinas, de modo a privilegiar a produção da península. Muitas vezes, mesmo, a proibição estendia-se a gêneros que não provinham das metrópoles; a vantagem era obrigar as colônias a pagar impostos de entrada... Assim, o comércio se fazia sem concorrência; tornavam-se os comerciantes os únicos árbitros reguladores dos próprios lucros; impunham o preço ao produtor das colônias, e vendiam na Europa com incrível usura as mercadorias que delas importavam. Mais cruéis extorsões eram praticadas com os consumidores das colônias, onde os gêneros revendidos davam em regra um lucro de 200 a 300 por cento (...) Desde o bispo até os curas de aldeia, desde os vice-reis e governadores até os alcaides e os meirinhos – todo o exército de funcionários que o torturam e exploram em nome do rei e do céu – criavam para o colono uma situação pavorosa...

V

Na colônia portuguesa o regime é, em essência, o mesmo.

A princípio, limitam-se a enviar para aqui os criminosos e bandidos, e as prostitutas chegadas à última degradação. Logo depois, o rei – a modo de quem dispõe de um bem sem outra atitude – pegou deste imenso Brasil, dividiu-o em doze pedaços, a olho, “de 50 a 60 léguas cada um”, e distribuiu-os a outros tantos homens do seu reino, para que viesse cada um deles para aqui *fundar um feudo* – não era feudo, era reino – sendo soberano nas suas terras, contanto que não deixasse correr outra moeda que a portuguesa, e pagasse o dízimo de toda a produção. Um excelente negócio para a coroa de Portugal: Pedro Álvares Cabral achou este Brasil; plantou ali em Porto Seguro umas tantas quinas, o rei dividiu o achado entre doze capitães-mores, e passava a embolsar todo o ano uns tantos mil cruzados de dízimos, sem outras despesas, sem ônus, nem cansaço de nenhuma sorte.

²⁷ “Para conservar a conquista do Oriente, opinavam os conselheiros de D. Manuel, arranquem-se todas as plantas indiatas que há no Brasil, com pena capital para os que jamais as cultivarem”.

Breve, a metrópole reconheceu que ainda poderia tirar maiores proveitos. Pouco tempo depois, viu que isto aqui não era tão nulo como a princípio lhe parecera, e achou melhor converter todo o país numa vasta capitania sua; acabou com os feudos, mandou um feitor-mor para cá – imagem do rei absoluto, soldados seus, justiça, cobradores seus. Proibiu-se a comunicação dos colonos de uma capitania com os das outras; proibiu-se o aportar onde não houvesse alfândegas; estabeleceram-se estancas e régias, monopolizou-se para o Estado o comércio do sal, diamantes, tabaco e pau-brasil; proibiu-se a construção de navios, regulamentou-se a agricultura... Em suma, a metrópole apossou-se diretamente da colônia; daí por diante, o Brasil tornou-se literalmente “uma fazenda de Portugal na América”. Com o tempo, o regime se aperfeiçoou de mais em mais; na pressa de bater moeda e para facilitar os seus encargos, a coroa vendia as percepções, os resgates, os realengos mercantis, distribuía os monopólios a companhias particulares. E estas companhias, tomando o exemplo dos funcionários da coroa,²⁸ requintam em exigências, crescem as exações até que as populações, esvaídas, se rebelam. Têm nota na história pátria as queixas e revoltas contra os privilégios concedidos pela metrópole às companhias do Grão-Pará, do Maranhão e Paraíba.

Portugal, como a Espanha, acha a fórmula do parasitismo integral. Nada de indústrias, nada de relações com o resto do mundo, nada de produtos novos: açúcar e ouro, para mandar à metrópole, por intermédio de mercadores da metrópole.²⁹ O comércio na colônia é uma extensão do

²⁸ “Percebia a coroa o quinto de todo o ouro colhido; uma porcentagem para purificá-lo e fixar-lhe o cunho; e outra com o título de alfinetes para a rainha. Gastavam ainda os exploradores quantias copiosas em peitas dos funcionários a fim de não demorem ou dificultarem seus negócios. Acrescentavam-lhes os sofrimentos o peso das multas, as prisões arbitrárias e as dívidas que contraíam, sempre que o produto não atingia a soma fixada pela coroa de, pelo menos, 30 arrobas por ano”. Eis aí, segundo o historiador da *Fundação do Império do Brasil*, a situação dos mineiros que se revoltaram contra o conde de Assumar. Na representação que dirigiram à Câmara de Vila-Rica, estes sediciosos enumeravam 14 dessas práticas e abusos, cada qual mais iníquo e vexatório.

²⁹ A ferocidade da metrópole é tal que, por vezes, arranca protestos aos seus representantes imediatos; tal sucedeu com a Carta Régia de 30 de julho de 1766 – que proibia expressamente o ofício de ourives no Brasil. O próprio governador geral, marquês de Lavradio, reclama contra a medida, “que vem tirar os meios de vida a muitas mil pessoas”. Não é que ele seja mais humano que os outros: “O meu parecer não se pode conformar com

comércio da metrópole, faz corpo com ele; toda a produção passa para o reino, ou diretamente sob a forma de quintos e dízimos, ou indiretamente – para pagar tudo que é necessário à vida, e que lhe vem de lá. A produção é representada, apenas, pela lavoura de três ou quatro gêneros, e pela mineração de ouro e diamantes. Não se ensaia mais nada, nem a metrópole o consente. As grandes lavouras – únicas que existem, ou pertencem às Ordens, que exploram e embrutecem os índios, disputando-os ao chicote dos colonos, ordens religiosas que enviam para as suas sedes, no estrangeiro, toda a riqueza assim havida; ou pertencem a colonos afidalgados, ociosos, ignorantes, de cuja ostentação presunçosa e pueril os intermediários vorazes se aproveitam para os roubar escandalosamente. O pouco que lhes escapa do fisco e das comissões e contas dos comerciantes, eles, os colonos, vão esbanjar no reino, ou esbanjam mesmo nas cidades da colônia, indo tudo, em última análise, passar ao bolso do intermediário, ligado à metrópole. Na fazenda, na produção, é que não se emprega valor algum, senão o custo dos escravos – pago ao negreiro da metrópole. Para ali passou tudo; o fisco e as exações dos funcionários – todos vindos do reino, e que para lá voltam, uma vez saciados os apetites – o fisco e os funcionários tiraram 2/5, o intermediário tirou os 3/5 restantes.

VI

Foi intuitivamente que a coroa privilegiou o comércio para os seus súditos – pelo instinto voraz do parasita; mas se ela, refletidamente, houvesse procurado um processo seguro para absorver toda a riqueza produzida na colônia, não teria achado outro melhor: intermediários seus, espalhados por toda parte, sugando, recolhendo, encaminhando para o reino toda a seiva, todo o preço da produção. Estes intermediários e comerciantes, quando não são representantes diretos do fisco, detentores de régias e realengos, são indivíduos que vieram com o fim exclusivo de juntar fortuna e voltar. O que lhes cai nas mãos vai-se embora; nem um por cento se fixa na colônia. Desde logo, o comércio toma este caráter de gentes transitórias, classes de ultramar. As casas, as “firmas”, permanecem; mas as pessoas vêm e voltam à proporção que perfazem a sua conta. Veio o primeiro,

indústrias nas conquistas, porém, é certo que esta regra não deve ser tão geral que algumas vezes não tenha sua exceção”.

estabeleceu-se; quando o negócio aumentou, mandou buscar o irmão, interessou-o na casa; foi preciso um caixeiro – vem um sobrinho; o irmão passa a sócio, o sobrinho a interessado; vem um afilhado. É o momento em que o primeiro já trabalhou bastante, faz-se comanditário, com 30% dos lucros, deixa um terço da fortuna na casa, tira o resto, vai comprar uma quinta, um pariató – voltou à terra. Antes de partir definitivamente, ele foi ao reino seis ou oito vezes, concorreu para as várias santas casas, ajustou o casamento, e encaminhou para cá alguns parentes e achegados, a quem, não podendo dar colocação na casa, ou os colocou em outras casas, ou os protegeu, facilitando-lhes o estabelecerem-se – preparou-lhes a freguesia, arranjou-lhes o crédito. Assim se fez que o comércio se tornou, ao mesmo tempo, uma coisa de ultramar, e o benefício exclusivo das gentes transitórias de ultramar... As linhas sumárias desta descrição não guardam nenhuma intenção malévola; resumem a verdade, ainda hoje fácil de verificar. Quem quiser estudar nas coisas a razão da não fixação da riqueza nas nações sul-americanas, e principalmente no Brasil, há de encontrar nestas tradições do comércio uma das causas mais potentes.

Esses intermediários são os drenos por onde se escoava para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da América espanhola – depois de ter produzido tanta riqueza, se achava tão pobre no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido e trabalhado, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis...³⁰

³⁰ Não era outra a impressão que tinha frei Vicente Salvador. Nascido já no Brasil, onde passou quase toda a sua vida, escreveu uma *História do Brasil*, terminada a 20 de dezembro de 1627. Através da sua pena, nós vemos as coisas como elas eram em realidade. “Não vai isto (a colônia) em aumento, antes em diminuição. Disto dão alguns culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que não fizeram deste tão grande estado (...) Nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse senão para colher rendas e direitos (...) E deste modo se não os povoa dores, os quais por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam

Bastava que se houvesse fixado na América do Sul um décimo da riqueza arrancada ao trabalho do escravo para que ela não precisasse andar hoje, pelo estrangeiro, a mendigar empréstimos que mais a empobrecem. Nada se empregou, aqui, em coisa que signifique efetivamente riqueza: reservas econômicas – nenhuma; instrumentos de produção – escravos e açoites; regime de trabalho – a ignorância sistemática, irredutível... No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo.

Sob o ponto de vista econômico, estas sociedades compreendiam três categorias de gentes, nitidamente distintas: um mundo de escravos, degradados, que só conheciam da vida o açoite e o tronco; um mundo de ignorantes, vivendo do trabalho dos escravos; e, finalmente, uma população de miseráveis, que germinou entre uma e outra, vivendo sem necessidades, como o selvagem primitivo, ignorante como ele, imprevidente, descuidosa, apática, nula – era a massa popular. O calor brando de um céu benigno, a feracidade dos rios e das selvas garantiam-lhe a existência. – E queriam que ela se fosse meter nos eitos, pedir para trabalhar e engordar os senhores, pelo preço de uma medida de farinha e uma libra de carne!... Condenam-no, porque ele – o trabalhador nacional – não ia disputar a escravidão ao escravo!... Em verdade, essa massa popular não trabalhava, e ainda hoje trabalha mal. Não trabalhava, então, porque não sabia trabalhar para si, e porque – é natural e humano – não queria, nem tinha necessidades de ir fazer-se escrava. Quando todo o trabalho nacional era feito por negros e índios cativos, quando era possível haver escravo para tudo, não havia lugar para o trabalhador livre, a menos que ele quisesse trabalhar nas mesmas condições e pelo mesmo preço que o escravo – um salário tão insignificante

falar, também lhes houveram ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: *Papagaio real, para Portugal*... Usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. De onde nasce também que nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular (n.) Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque atendo-se uns aos outros nenhum as faz. nem que bebam água suja e se molhem os pés ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há de ficar, senão do que não de levar para o reino...” – Do sertão, o frade *nem trata*, abandonado como o deixam “os portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. *História do Brasil*, p.8.

quanto o custo da alimentação do negro, e a mesma obediência ao senhor. Quando não, este ia ao mercado e trazia o negro. O trabalhador livre ficava de lado. Foi assim que, de geração em geração, ele foi arredado do trabalho assalariado.

O regime parasitário impunha a escravidão. E porque o regime colonial era o do puro parasitismo, foi imposta às novas sociedades uma organização política inteiramente antagônica e incompatível com os seus interesses próprios, um regime retardatário, opressivo, corrupto e extenuante. Ao mesmo tempo, condenavam-se as colônias a ser o campo de exploração de um mundo de intermediários, que vinham e iam numa corrente contínua, drenando para a metrópole toda a riqueza aqui produzida. Eis a razão por que, exânime, embrutecida, a América do Sul se achou, na hora da independência, como um mundo onde tudo estava por fazer: eram uns 20 milhões de homens, desunidos, assanhados, pobres, espalhados por estas vastidões, tendo notícia de que existe civilização, padecendo todos os desejos de possuí-la, mas carecendo refazer toda a vida social, política e intelectual, a começar pela educação do trabalho e pela instrução do *abc*.

VII

Os desastrosos efeitos desse regime econômico refletiram-se fatalmente sobre a vida política das novas sociedades. Vimos que o aparelho político-administrativo foi disposto com o pensamento exclusivo de sugar toda a riqueza e produção colonial. Esta é a causa principal dos vícios que vamos encontrar nos costumes políticos das populações latino-americanas. Além disto, há o fato da incapacidade manifesta das metrópoles para bem organizar e dirigir politicamente as novas sociedades – elas, as nações peninsulares, mal organizadas lá mesmo, imperfeitas, já viciadas por uma longa vida de rapinas e saques.

Quando foram instituídas as colônias, as nações ibéricas ainda não tinham completado a sua organização; ou, melhor: a evolução política havia parado; a decadência, a degeneração, começara já. O próprio regime monárquico não atingiria aquele grau de desenvolvimento que se verificou nas outras nações européias; o Estado era, apenas, um órgão de opressão – era a coroa, com os seus privilégios e exércitos de servidores; faltava muito, ainda, para que ele apresentasse essa forma – do Estado moderno –

garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos, e a máquina administrativa constava tão somente do fisco: fisco, tropas e justiceiros d’el-rei. Afeiçoando-se ao regime parasita, as nações espanholas estacionaram, entraram a degradar-se; durante duzentos e tantos anos, elas nada fizeram no sentido de aperfeiçoar efetivamente os serviços públicos; as poucas tentativas provaram inúteis – o parasitismo, de que não abriam mão, anulava todo o esforço (marquês de Pombal).

Nestas condições, é claro que elas não poderiam, ainda que o quisessem, iniciar as sociedades coloniais num regime político e administrativo mais completo e perfeito que aquele seu. Examinem-se os órgãos político-administrativos das possessões ibéricas, e ver-se-á que eles são os mais simples possíveis – são as instituições arcaicas da península, adaptadas ao parasitismo sobre as colônias:

“Os princípios do direito feudal apareciam aqui transformados em monopólios mercantis”. Como se fez a colonização? As terras são distribuídas discricionariamente, ou delas se apossam os colonos ávidos, aos quais a metrópole doa os índios, e, depois, vende negros, para que produzam muito açúcar e muito ouro, fonte dos tributos cobiçados. Ao mesmo tempo, para garantir a cobrança desses tributos e tornar efetivos os seus privilégios, os governos da metrópole mandam para cá representantes, espalham por toda a colônia uma rede de agentes, opressores e vorazes, impostos como os diretores da vida pública; e, desde logo, é defeso às novas sociedades o organizarem-se espontaneamente, segundo os seus interesses e inclinações. Mas, como a metrópole não tem outros intentos senão cobrar os tributos e impedir que as colônias possam furtar-se a os pagar – como este é o seu único programa, o governo da Coroa deixa ao colono toda a plenitude de ação para o mal; ele é livre de fazer o que quiser, contanto que pague e não pense em modificar o regime social e político. Assim, cada colono, sem freios aos instintos egoísticos, organizou o seu domínio em feudo. São caricaturas de senhores medievais – um feudalismo vilão, sobre uma vassalagem de negros escravos. Nos interstícios dos feudos, uma população que, de ignorante e embrutecida, voltou à condição do selvagem primitivo.

O Estado tem por função, apenas, cobrar e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A

justiça aparece para condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele³¹.

Referindo-se à metrópole, diz Oliveira Martins: “Se a guerra é antes um sistema de rapinas que uma sucessão de campanhas, a justiça é também mais a expressão arbitrária de um instinto do que a aplicação regular de um princípio”. Esse instinto é o parasitismo, e na colônia é que ele se tornou, por uma vez, o inspirador único de todas as justiças.

Fora disto, não há mais nada: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos.

O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente; e esta feição, com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma idéia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... Tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque, ainda hoje, ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador. Em outro capítulo, estudaremos, com pormenores, as conseqüências todas dessa herança política e os efeitos funestos desta feição, com que se implantou aqui o Estado – incompetência, rapacidade, despotismo e oposição ao bem público. As autoridades não têm nenhuma afinidade com as populações naturais, são-lhes inimigas, se bem que as conheçam mal; não se cuida nem de privar com os povos, nem de estudar as suas tendências e necessidades. “Os funcionários vinham sempre da metrópole. Evitava-se com muito cuidado admitir em empregos até os próprios descendentes de europeus, nascidos na América... e foi assim que se gerou entre os povos das colônias e das metrópoles essa rivalidade, que em breve se converteu em profunda aversão”. Os representantes do Estado são em rigor os caixeiros da Coroa, na gerência das fazendas de ultramar. Aqui e ali, as novas populações, ressuscitando as tradições democratas das cúrias e municípios ibéricos, ensaiavam um regime comunal – câmaras municipais e ajuntamentos; mas

esta vida política autônoma é, geralmente, perturbada, entravada, abafada, pelo poder absorvente, centralizador, sem contraste, dos agentes da metrópole. Destarte, se estabelece por toda a parte um regime político-administrativo, não só antagônico, como ativamente infenso aos interesses das colônias; regime que só tinha um programa – empobrecê-las, e um pensamento exclusivo – obstar que elas progredissem e pudessem, um dia, organizar-se livremente, como nações emancipadas. Não era, como nos Estados Unidos, um regime político espontâneo, inspirado pelas necessidades próprias das sociedades nascentes; não era sequer um regime fictício, artificial, mas lógico, estável, garantidor e progressista, ao qual as nacionalidades em embrião se pudessem moldar com o tempo. Não; era um regime antipático, iníquo, arcaico e incompleto – era o sistema da metrópole, desnaturado o preciso para ser adaptado ao programa parasitário, imposto à colônia. Estava, de antemão, condenado a ser destruído sem reserva, pois se achava em oposição aos interesses reais das novas populações, e não podia servir nem mesmo como ponto de partida para uma organização política definitiva. Fora melhor, sem dúvida, que vingasse o primeiro sistema da coroa de Portugal – entregar, desde o início, as colônias a si mesmas – pagando-se-lhe, embora, os adorados tributos. Esses povos que se viessem formando achariam, sem dúvida, uma forma de organização social mais de acordo com as suas necessidades; o instinto de conservação os levaria a constituírem-se de modo conveniente. Estimulados pelos interesses próprios, seguindo as tendências naturais e as novas condições de meio, as nacionalidades nascentes teriam entrado, desde o primeiro momento, no caminho da organização social e política definitiva.

VIII

Quanto à vida social propriamente dita, moral e intelectual, o regime parasitário tem (e não podia deixar de ter) uma influência igualmente sensível e funesta. O primeiro efeito desses processos de exploração, desenvolvidos pela metrópole, foi preparar uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódios entre si, desde o primeiro momento, formada quase que de castas distintas. Nos campos, o colono fazendeiro, arremedo do senhor feudal, constituiu desde logo uma fidalguia territorial, pretensiosa, arrogante, brutal, ignorante e onipotente, sobre a camada de escravos, índios ou africanos. Nos interstícios dessa malha de

³¹ Historiando a revolta de Campos dos Goitacases, escreve um cronista: “Impunham os vereadores, criaturas dos donatários, multas pecuniárias e penas de prisão aos moradores por divertimentos e atos inocentes da vida”.

feudos, uma população de mestiçagem, produto de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os seus vícios e defeitos, sem participar de nenhuma das suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas. Em torno dos senhores territoriais, o enxame de parasitas. Correntes de aventureiros, caçadores de índios, negociantes de escravos, mercadores de toda espécie, atravessavam continuamente esses povos dos sertões e dos recôncavos, agitando-os, pervertendo-os, provocando conflitos, mantendo-os num estado de instabilidade e irritação permanentes. Nas cidades, a instabilidade ainda é mais acentuada. Ali se encontravam: as autoridades – o fisco, a tropa, tudo estrangeiro e hostil à colônia, todos ansiosos de enriquecer e ver chegar o dia de voltar; os comerciantes, intermediários, representantes de privilégios e monopólios, tão ligados, eles, à metrópole como os próprios funcionários, tão hostis à população nativa como os outros, tão instáveis e passageiros como os enviados diretos da coroa. Esse mundo de estrangeiros se completa pela onda de aventureiros, sem pouso fixo e sem mister determinado, ora no sertão, ora na cidade, ora ao mar, ora na metrópole, e que rouba, mata, compra, vende, intriga, depreda – parasita, em suma, à mercê do momento. Fora disto, o resto da cidade é a continuação das fazendas, o lugar de recreio do colono, onde ele tem casa, escravaria, quinta... O escravo faz tudo, na cidade como na roça. O curandeiro, o mestre-escola, o fogueteiro, o alfaiate, o padre, quase não merecem que se os nomeiem. A fradaria gorda vive igualmente nas roças e na cidade – nos campos, as reduções, as missões, os aldeamentos, vastas fazendas monásticas, em suma, onde o índio é cuidadosamente explorado e sabiamente fanatizado e embrutecido; nas cidades, os conventos ricos, de onde eles irradiam sobre a população ignorante e supersticiosa a sua ação deprimente. Sobre uns e outros, vive, na cidade, como nos campos, um enxame de parasitas vis, moles como tênias, nojentos como piolhos, ora José Dias, ora Vianas.³² O quadro se completa com um ou outro fazendeiro, ou mineiro, ou negociante aposentado, feito usurário, proprietário, capitalista ou simples alugador de pretos escravos.

³² Personagens característicos dos romances *Dom Casmurro* e *Ressurreição*, de Machado de Assis.

Em vão se buscará nas crônicas do tempo menção de outra gente. Só mais tarde se vê surgir, transudar de todas essas camadas, uma população nova, produto de todas elas, espécie de depósito – sedimento de partículas vindas de toda parte, e que constitui a verdadeira população nativa das cidades. Nos campos, as gentes não se fundem, continuam distintas as três classes – o senhor, o escravo, e a mestiçagem livre; mas, pelo menos ali, elas se afeiçoam à terra, se nacionalizam. Nas cidades, não. À proporção que se passam os anos, e que vai surgindo essa nova população – nativa, desejosa de viver e pronta a disputar à grande massa de adventícios um lugar na vida, à proporção que ela vai engrossando e reclamando o que lhe é de direito, mais estrangeiros, mais hostis e tirânicos se vão tornando os representantes das metrópoles, unidos num sentimento único, funcionários e intermediários. Breve, é a luta que não findará mais, entre a classe privilegiada pela tradição, pela pátria de origem, solidarizada pelo egoísmo coletivo, ciosa dos seus direitos, garantida pela fortuna, fortalecida pela autoridade, gozadora indisputada até então, senhora absoluta de toda a riqueza e de todas as posições – e a luta entre ela e as novas populações, extenuadas já ao nascerem, miseráveis, desabrigadas de todo o conforto, ignorantes e pobres, mas em todo caso investindo para a vida, e dispostas a tomar conta da terra onde nasceram, aspirando vagamente fazer alguma coisa de si mesmas. Querem viver, querem as posições, não se conformam à única situação que lhes é oferecida – ir disputar, no eito ou na cozinha, o salário do escravo. “Vão trabalhar”, dizia o rei no do íntimo das suas banhas, no canto do balcão onde ele passou a vida sentado, a ver entrar e sair a freguesia, inativo e improdutivo como um franciscano – “Vão trabalhar como eu”, repete ele aos naturais, que reclamam entrada na vida, como se houvesse uma brecha por onde estranhos pudessem penetrar o reduto em que eles fecharam a vida econômica e política das colônias, como se fosse possível trabalhar entre escravos, a não ser com os queixos para devorar o que estes hajam produzido!...

IX

As instituições sociais eram a reprodução grosseira e viciada das instituições da península: os feudos, representados nas fazendas e domínios mineiros; a servidão, na escravaria ignara, aviltada pelo tronco e o calabrote. A religião é o fetichismo, a superstição bronca; a família é um

pedaço de tribo, semifeudal, semipatriarcal, degradada pela ociosidade sobre o trabalho do negro, pervertida pelo espetáculo permanente dos bárbaros tratamentos e castigos infligidos ao escravo. Em toda a fazenda, havia um quarto – uma prisão, aparelhado com dois ou três troncos, gargalheiras, cepos, correntes... Ali apodreciam, invariavelmente, um ou dois negros. Pela manhã, ao tempo em que se marcavam as tarefas aos outros escravos, esses que no quarto do tronco expiavam o crime de haver fugido ao trabalho devorador – esses recebiam a refeição quotidiana, de bolos ou açoites, quatro ou cinco dúzias, aplicadas com todo o requinte sobre as carnes doloridas, inflamadas, sensíveis como uma chaga muitas vezes magoada e renovada. Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no tronco, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sãnie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... O miserável, num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um – Ai!... Ai!... contínuo, como uma vida que se esfrangalha, uma alma que se esgota. O lamento desesperado passa travando os corações, num acento de miséria que transpassa os ânimos; envenena, alucina... Um espírito justo, a ouvir aquele grito cinco minutos enlouqueceria... Cai o madeiro bruto, sobre aquela mão que não suportaria sem dores intraduzíveis nem mesmo o contato brando e meticuloso dos dedos amigos que a quisessem pensar, soa o bolo, reabrem-se todas as carnes rachadas, espirra o sangue negro das pontas dos dedos, centenas de salpicos vão engrossar a camada nauseabunda, que forma, na parede, uma barra contínua em torno de todo o quarto: uma faixa de sangue que tem espirrado das mãos que, diariamente, há um século, talvez, recebem ali, àquela hora, a sua refeição de bolos... Calcule-se o efeito de tais costumes sobre a moralidade dessas famílias que se formam e se desenvolvem ao contato de tais misérias!... a qualidade dos sentimentos das gentes, que nasceram e se criaram, ouvindo todo o dia, à hora certa, o grito lancinante, arrancado pela palmatória, a moer as carnes já moídas, inflamadas, doloridas... Finalmente, já não se sabe o que é que resta de humano em tais seres... Em matéria de abjeção e Cruza, nada lhes é desconhecido. Não raro, a “sinhá moça”, criada a roçar os molecotes, entrega-se a eles, quando os nervos degenerados acordam em desejos irreprimíveis; então, intervém a

moral paterna: castra-se, com uma faca mal afiada, o negro ou o mulato, salga-se a ferida, enterram-no vivo depois. A rapariga, com um dote reforçado, casa com um primo pobre.

X

E o reflexo de tais costumes sobre a alma desses escravos?...

As populações nascem assim desunidas; crescem, e crescem com elas os ódios. A vida é um conflito permanente, uma luta desordenada, com episódios de violência e barbaria, de crueldade bestial, de perversidade torpe. A luta começou no dia em que o primeiro aventureiro pisou a América, e ainda não cessou. De início, foi a guerra direta do invasor com o indígena. No México e no Peru, essa guerra durou anos. No Chile, uma raça valorosa, rude, resistiu quase um século. Onde o elemento nativo não era tão civilizado, tão organizado como no México e no Peru, não houve guerra; mas houve, desde o primeiro momento, a resistência viva do selvagem ao domínio escravizador do colono. O índio foi vencido, mas não se submeteu nunca; recuava, internava-se, sempre revel sempre intratável. E, recuando, lutava sempre; perfidamente atacado e escravizado, defendeu-se perfidamente; respondeu ao massacre com as represálias. Nesta luta, que não cessou nunca, há, de parte a parte, requintes de crueldade – o branco perverso e implacável o índio feroz, inumano. Quando o apanhavam, tratavam-no mais desapiedadamente que trataram depois ao negro:

Não havia atrocidade a que não recorressem para escarmentar os desditosos (...) Atados à boca dos canhões, fazia-se-lhes voar os pedaços palpitantes (...) Chegavam a fazer criação de cães de filas e a educá-las especialmente por a faina de agarrar nas matas homens e crianças (...) Os míseros indígenas eram conduzidos em longas filas, presos por cordas pelo pescoço e ainda carregados de fardos. Se algum adoecia ou cansava, para se pouparem o trabalho de desatá-la, cortavam-lhe o pescoço (...) No Brasil, havia feitorias de onde as bandeiras saíam periodicamente a descer índios escravos do sertão; e a crueldade deste comércio era feroz: a morte esperava os que resistiam à escravidão, a venda no curral era a sorte dos submissos. Os morticínios e atrocidades cometidos não têm conta: era uma guerra selvagem, primitiva, sem vislumbre de humanidade (...) Em

1665, um certo Fovilla incendiou 800 molocas, matou mais de mil índios e trouxe escravizado um rebanho de quatrocentos...

O índio, porém, menos brando que o africano – vingava-se. Exterminava povoações, assolava províncias inteiras, trucidava populações de 20 mil almas. “Houve tempo em que os indígenas não deixavam aos espanhóis o sossego indispensável para a lavra das minas”. Em certas colônias, nas Antilhas, por exemplo, a raça foi completamente exterminada. Então, as metrópoles aboliram a escravidão dos índios, agora bem no caso de ser libertados, pois já não existem.

Por sua vez, essa população mesclada, embrutecida, que se vem formando com os refugos de todas as classes, traz condensados em si todos os vícios e ódios das gentes que se misturam e a produzem. Vivem uma vida de rixas sangrentas. É aí que os senhores recrutam os seus assassinos e guarda-costas, elementos indispensáveis a cada um deles, nessas sociedades onde cada um é obrigado a defender-se – a se defenderem uns dos outros. Mal chegou ao México, Cortés teve que lutar com os seus rivais espanhóis. Velázquez enviou contra ele 900 homens. Balboa e Davila, Pizarro e Almagro, Almagro e Vaca de Castro, Núñez e Carvajal, Zema e Gelvez, Irala e de Vaca... marcam episódios salientes, nestas lutas contínuas dos exploradores e agentes de metrópole uns com os outros; combates, execuções, êxodos, confiscos, tudo se encontra nestas discórdias, que traduzem simplesmente a disputa da presa e do saque, o choque de ganâncias irreprimíveis, por entre as quais o Estado-metrópole só aparece para exacerbar, afligir e aviltar os naturais³³.

A essas disputas, se veio juntar, desde logo, a luta contra os exploradores, aventureiros e piratas, estrangeiros, que aparecem em todo o correr da vida colonial. Franceses, ingleses, holandeses assolaram continuamente as possessões portuguesas e espanholas, tentando repetidamente despojar e desalojar as metrópoles ibéricas. Drake na

³³ Pela revolução de 1817, em Pernambuco, o castigo reservado aos mestiços e mulatos, suspeitos de republicanos e *independentes*, era o de açoites públicos. Um pardo, artista, que pintara as armas e a bandeira da sonhada República Pernambucana, só conseguiu escapar ao degradante castigo abraçando-se ao retrato de D. João VI, que por acaso possuía. Aos outros, a triste e soez ferocidade ibérica, depois de surrados, mandava “espalhar por esses territórios e desertos da África e Ásia, a chorarem o seu delito, diz o estilo justiceiro do tempo, resplandecendo assim a justiça d’el-rei”.

Califórnia, Grammont no México, os ingleses no Rio da Prata, franceses e holandeses no Brasil concorrem poderosamente para alimentar as guerras e combates nesta parte do mundo.

XI

Por todo o correr do século XVIII, piratear sobre as colônias ibéricas foi um excelente negócio. Havia companhias – holandesas – reconhecidas e patrocinadas pelo Estado, unicamente para isto. Não só assaltavam os navios como saqueavam os portos. A Companhia das Índias chegou a contar 800 navios em ação, e fez presas no valor de 180 milhões esterlinos. De ataque em ataque, a França, a Inglaterra e a Holanda vieram a apoderar-se de grande parte das Antilhas e de uma porção do continente americano. Os ingleses chegaram a ser senhores de Buenos Aires; os franceses viveram tempos no Maranhão, dominaram no Rio de Janeiro mais de uma vez, tendo a cidade que pagar resgates. Os holandeses tomaram a Bahia e foram senhores de Pernambuco por quatorze anos.

Não se diga que estas lutas contra o estrangeiro não chegaram a influir sobre as populações, e que, pelo contrário, as unia. Muitas vezes, ora os índios, ora as populações mestiças, se aliavam ao invasor, na esperança de melhorar de sorte, mudando de senhor. Outras vezes, o invasor se estabelecia, como o holandês em Pernambuco, fazia corpo com a população, e a luta subsequente, para alijá-lo, tomava quase que a forma de uma luta civil. Em todo o caso, por isso que eram guerras, elas concorriam para manter as populações nesse estado de luta permanente – o que foi, decerto, de perniciosos efeitos para as sociedades nascentes: desabituaçadas do trabalho, afeiçoadas a combates e aventuras guerreiras, bulhentas e inquietas.

Juntem-se a todas essas lutas, as revoltas de escravos, nações que se formavam e eram exterminadas – Palmares – populações inteiras que se rebelavam – Antilhas. Não só as grandes revoltas, mas os levantes continuados, freqüentes, as depredações dos quilombos; as guerras e rixas dos grupos adversos – novas populações naturais, e gentes adstritas às metrópoles; os grandes embates, como os dos mascates e emboabas; as lutas do Chile; levantes formidáveis, como o de Condoranki no Peru, onde, de uma só vez, foram mortos 20 mil espanhóis; ou, ainda, as

tentativas frustradas de independência; os destroços dos senhores, uns contra os outros; as sedições de municípios e comarcas – as revoltas restritas contra autoridades locais, sublevações de tropas... Considere-se em tudo isto, veja-se, no quadro histórico das colônias sul-americanas, como essas lutas se sucedem ininterruptamente, complicando-se umas com as outras, e ter-se-á a impressão absoluta – de sociedades que nasceram e se desenvolveram num estado de guerra permanente. Nenhuma trégua, nem atenuações sequer. As gerações nasciam, formavam-se, passavam... com o espetáculo desse conflito perene, participando dele. A guerra fazia parte dos costumes.

Lutas contínuas, trabalho escravo, estado tirânico e espoliador – qual seria o efeito de tudo isto sobre o caráter das novas nacionalidades? Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos.

Neste sistema de colonização tinham achado as metrópoles o ideal de vida política e econômica; manter as colônias sob o mesmo regime era a garantia da subsistência. Todos – Estado e Igreja, nobres e mercadores, senhores e tropas – todos se mantinham solidários, absolutamente unificados; quando um desmoronasse, os outros viriam abaixo com certeza. Ora, pelo resto do mundo, a ciência e a filosofia vinham despertando as consciências; os privilégios e as injustiças sentiam-se ameaçados; então, redobram-se os expedientes para embrutecer e degradar definitivamente as gentes das colônias, de forma a tornar para sempre impossível a redenção intelectual e moral destes povos. Os processos de cultura da ignorância e de seleção às avessas, empregados pelos jesuítas e pela Inquisição, na metrópole, foram transportados para as colônias. A Espanha chegou a proibir, mais de uma vez, a venda de livros aos súditos da América; nos momentos de crise, só o fato de saber ler e escrever era motivo de suspeição. Não se trata de um programa, reacionário embora, despótico, mas inteligentemente elaborado e conscientemente aplicado; não: eram medidas parciais, detalhes de opressão, vexames sucessivos, à medida que se fazia preciso defender este ou aquele privilégio, manter esta ou aquela iniquidade, garantir este ou aquele parasita. Disparatadas na aparência, essas resoluções tinham, porém, uma certa unidade de efeitos – a oposição ao progresso. Era uma reação instintiva – o instinto cego e feroz da própria

conservação, que unificava, numa política de imobilismo irredutível, estes atos incoerentes de forma, estúpidos, quase inconscientes.

SEÇÃO B – EFEITOS ESPECIAIS

C'est une chose frappante, que l'impuissance habituelle des animaux, à lutter contre les parasites, et, en particulier, que l'ineptie dont ils font preuve lorsqu'ils agissent de les combattre.

Paul Combes

Preliminares: hereditariedade psicológica e social

A hereditariedade: eis a lei.

Darwin

I

Acabamos de fazer o estudo dos efeitos gerais do parasitismo das metrópoles sobre as sociedades coloniais. Examinamo-los na sua natureza intrínseca, independente da natureza do organismo sobre o qual se manifestam. Estudamos a influência parasitária, concretizada nos diversos fatos sociais, antes de examinar os fenômenos que traduzem essa influência, demonstramos que, teoricamente e cientificamente, ela não pode deixar de existir – é a expressão do próprio parasitismo. Mostramo-la aparecendo, mediata ou imediatamente, em todas as manifestações da vida colonial, e pervertendo-a desde o seu início. O quadro histórico das colônias luso-espanholas pode servir como exemplo completo do “parasitismo social de povo a povo”, parasitismo novo, que tem a sua feição original, porque não é o de uma nação sobre outra nação já feita, e de origem diferente; não: é o parasitismo de uma nação sobre outra que a ela se filia, que é por ela formada e dirigida. Desta circunstância especial derivam “efeitos especiais” também, que vêm complicar a série dos “efeitos gerais”. O fato de que o organismo parasitado deriva diretamente do parasita e é por ele educado dá a essa influência um aspecto completo e contraditório: o novo organismo nacional procura, ao mesmo tempo, imitar e repelir as instituições e o

regime da metrópole. Independente mesmo do que nos possam ensinar os fatos, a simples lógica nos faz compreender a extensão e importância desses efeitos especiais: a longa instabilidade devida a estas duas tendências fatais às novas nacionalidades – a hereditariedade, imitação e educação aproximando-as dos costumes e processos políticos da metrópole; a repulsa, a antipatia e o horror à opressão e espoliação de que foram vítimas afastando-as daquilo que a hereditariedade e a educação lhes impõem. Nacionalidades saídas das nações ibéricas, mas ao mesmo tempo oprimidas e exploradas por elas, as repúblicas sul-americanas viverão por muito tempo ainda neste conflito permanente consigo mesmas.

II

São de três categorias os efeitos especiais do parasitismo ibérico sobre as nacionalidades sul-americanas: HERANÇA, EDUCAÇÃO e REAÇÃO.

Antes de analisar os fatos que se ligam à hereditariedade social, cumpre indagar: em que consiste a hereditariedade social? Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, comuns e constantes, e que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança, no grupo anglo-saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico; perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça. Em resumo, a hereditariedade social é a mesma psicológica. Existe, de fato, esta hereditariedade? Todos os psicólogos a admitem e, por isso mesmo, têm como incontestável a hereditariedade social. Ribot não hesita um só instante:

Todos os povos têm uma fé, pelo menos vaga, na transmissão hereditária. Os fatos a impunham. Seria mesmo possível sustentar que esta fé foi mais viva nos tempos primitivos que nas épocas civilizadas. É desta lei natural que nasceu a hereditariedade da instituição. É certo que razões sociais, políticas, ou mesmo preconceitos, contribuíram a desenvolvê-la e a fortalecê-la, mas seria absurdo acreditar que a inventaram. Os caracteres que já tantas vezes reconhecemos na hereditariedade – necessidade, conservação,

estabilidade – encontram-se logicamente nas instituições que dela derivam³⁴.

Refletindo um pouco sobre o assunto, reconhece-se que seria absurdo negá-la. É incontestável que o homem herda dos seus progenitores os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie; e, herdando os caracteres da espécie, herda também os caracteres individuais dos pais. Esta herança psicológica dos caracteres paternos é evidente nos casos típicos: de filhos de um mesmo casal tendo recebido uma educação idêntica, e dos quais um reproduz o caráter paterno, outro o materno; ora, se a formação do caráter dependesse apenas da educação e imitação, eles deveriam apresentar as mesmas qualidades, pois tiveram a mesma educação. Se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos, da raça ou do grupo. Nem se compreende que seja de outra forma. Quando um inglês herda de um dos seus progenitores a veia humorística, herda, por força, os traços dominantes na mentalidade inglesa, sem os quais não se compreende o humor. As categorias menos extensas implicam os caracteres típicos das mais extensas; o tipo do humorista implica o do inglês, o do inglês – o do ocidental. A noção de raça, todos o sabem, baseia-se não só nos traços anatômicos como nos caracteres psicológicos. Entre os animais, nós vemos que a hereditariedade transmite os caracteres morfológicos como as qualidades intelectuais e morais. Um setter, ou um pointer, herda não só a pelagem e as orelhas e a compleição dos seus progenitores, como as suas aptidões mentais e qualidades morais. Para Ribot, o caráter nacional é a expressão última da hereditariedade social; ele insiste, por isso, para que se estude o *papel da hereditariedade* na história, *como lei fisiológica e psicológica*:

(...) No meio desse turbilhão incessante que constitui a vida, há alguma coisa de fixo, e que é a base da sua unidade e identidade. Num povo, esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda a sua história, em todas as instituições e épocas, chama-se *caráter nacional* (...) O caráter, individual ou nacional, é um efeito – é o resultado complicadíssimo de leis fisiológicas e psicológicas (...) As instituições são sustentadas por uma causa interior – o caráter, que se transmite, por sua vez, por hereditariedade (...) Cada um de

³⁴ Ribot, *Hérédité psychologique*, 4ª ed., p.343.

nós possui na sua experiência pessoal numerosos exemplos em apoio. A permanência do caráter nacional é o resultado e ao mesmo tempo a prova experimental da hereditariedade psicológica nas massas. Se possuíssimos uma boa psicologia etnográfica veríamos mais claramente o papel da hereditariedade na formação do caráter do povo³⁵.

Infelizmente, essa psicologia etnográfica não existe ainda, e é quase impossível discriminar, nos móveis de conduta de um povo, a parte devida exclusivamente à hereditariedade e a que é efeito da educação e imitação. É bem certo que o “homem, ao nascer, não é estátua, virgem de impressões, qual haviam imaginado Bossuet e Condillac”. Ele traz, já bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas; a orientação que tomará o seu espírito, ele já a possui – *um passado todo inteiro contribuiu para formá-la*. Mas não lhe é dado escolher as idéias que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; a sua inteligência forma-se e desenvolve-se à custa das impressões que vêm do meio exterior; a sensibilidade põe-se em ação sob o influxo de estímulos físicos e morais, ligados às condições ambientais. A sua vida afetiva tem de se dobrar, desde logo, à ação educativa da sociedade, dentro da qual ele vive; e a sugestão, a imitação, a ação coercitiva do meio vão quebrar todas as arestas vivas do seu caráter herdado. Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação.

Por tudo isto, estudando as qualidades de caráter dos povos sul-americanos, não há lugar para separar o que seja devido somente à herança e o que seja efeito da educação.

Se o fato da hereditariedade social não fosse coisa evidente por simples raciocínio, o espetáculo das sociedades ibero-americanas, em comparação aos povos da península, seria bastante, por si só, como prova completa. Não é que, ao transitar-se por esta ou aquela parte da América do Sul, se tenha a impressão de estar em Sevilha ou em Trás-os-Montes. Os povos aqui variaram, e o meio é outro. Mesmo nos limites de um só país e sob as mesmas instituições, a feição moral das populações se transforma um

³⁵ Ribot, *op.cit.*, p.120.

tanto; a variação é, a par da hereditariedade, o fator necessário na evolução dos seres vivos.

É compreender mal [diz Moreau de Tours] a lei da hereditariedade esperar de cada geração nova a volta de fenômenos idênticos. Há quem tenha recusado submeter as faculdades mentais à hereditariedade, porque quisera que uma geração fosse a cópia da precedente, que o pai e o filho dessem o espetáculo de uma mesma criatura, nascendo duas vezes, e percorrendo cada vez a mesma vida, nas mesmas condições. Não é na identidade dos fatos que se deve procurar a aplicação da lei da hereditariedade – é na organização, na constituição íntima³⁶.

Se o tempo, por si só, já produz alterações nos detalhes do caráter, quanto não crescerão estas alterações quando ao tempo se juntam a ação de um meio diverso e a influência hereditária de outros elementos étnicos?... Tal é o caso para a América do Sul. As suas populações divergem hoje, sob muitos aspectos, dos povos das ex-metrópoles; mas, no fundo, as qualidades dominantes de caráter são as mesmas, mostrando bem claramente o parentesco que entre elas existe.

Efeitos da hereditariedade e da educação

De vray parceque nous les humons avecques le laict de nostre naissance, et que le visage du monde se presente en cet estat à nostre premiere veue, il semble que nous soyons nayz à la condition de suyvre ce train; et les communes imaginations que nous trouvons en crédit autour de nous, et infuses en nostre âme par la semence de nos peres, il semble que ce soyent les générales et naturelles: par où il advient que ce qui est hors les gonds de la coustume, on le croit hors les gonds de la raison: Dieu sçait combien desraisonnablement le plus souvent.

Montaigne

³⁶ *Psychologie morbide*. p.101.

I

Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante – por ser a mais funesta – é um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual. Em teoria, os homens das classes dirigentes aceitam e proclamam, como boa, a maior parte das idéias gerais, comuns, de progresso; mas, nem sabem relacionar essas idéias e princípios gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menor esforço para adaptar-se a uma conduta diversa. Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa, quaisquer que sejam as suas idéias: o conservar ou conquistar a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício – indivíduos que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante. Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista. Dir-se-ia medo ou preguiça; conservam, porque têm a impressão de que assim estão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento. Vivem – eles e o país que dirigem – uma vida de adiamentos e vãos expedientes. Para todos, o ideal é dizerem-se conservadores. Há políticos ousados... de idéias, radicais, e até revolucionários; mas, obedecendo a uma necessidade íntima da organização afetiva, acham sempre o meio de explicar que não querem ser mais que conservadores. E de fato é o que eles são.

A tendência instintiva ao conservantismo não lhes permite refletir que essa política conservadora, anti-social, mesmo para os povos que possuem um passado capaz de despertar entusiasmos, funesta para os próprios países que trazem de outras eras instituições benfazejas e obras grandiosas – que esta política vem a ser, não só ridiculamente absurda, como essencialmente criminosa, tratando-se de nações onde não há, em verdade, o que conservar. A história nos mostrará que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independência, já aparece um

partido “conservador”, pesando decisivamente sobre a marcha das coisas públicas. Pergunta-se agora: que é que havia então para conservar?... A vida das populações, a linguagem, os territórios?... E ainda hoje: em nome do que se justifica esse programa de política conservadora?... São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações. Que pretendem então defender, deste passado?... Ele é uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso. Que é que pretendem conservar? Só se é justamente a decadência, a resignação social, e tudo mais que, prendendo-nos ao passado, se opõe obstinadamente à vida e ao progresso, que não é mais que a perda incessante de hábitos, a luta contra os costumes estabelecidos, a adoção do que é moda e do que é novo, em oposição à tendência dos preguiçosos e tímidos a imitar a história (Tarde). É neste sentido que Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio a condição essencial de todo progresso. As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer entanguidas, mesquinhas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva, natural entre as populações, e os sentimentos de hombridade e independência nacional, característicos destes povos. Tudo mais será tenazmente combatido – é o meio de levar estas sociedades ao progresso, e colocá-las a par dos outros povos, e de ganhar a distância enorme que nos separa das nações verdadeiramente cultas e progressistas. Estas não esperam, correm; e nós, se não queremos ser devorados, devemos voar, aliviados de toda a bagagem que enche os espíritos ronceiros...

Em vez de se esforçarem neste programa, as gentes dirigentes abrem o coração aos que se plantam na vida como uma árvore, estendem raízes a sugar para um lado e para o outro, e agora, toda a ação a dirigem no sentido de impedir que as coisas se transformem em torno de si. Não se contentam de estar imóveis; pretendem que todo o mundo se petrifique e que a vida deixe de ser uma evolução para ser uma repetição apenas, a fim de que vejam amanhã o que vêem hoje, e o que viram ontem – a estagnação universal. É o egoísmo arvorado em programa: coíba-se o progresso, perpetuem-se os abusos, amontoem-se as crises, contanto que ao misoneísta sejam respeitadas todas as idéias preconcebidas, e os sentimentos que trouxe de outra época, e os hábitos ligados a necessidades passadas; que não

lhe firam um privilégio, que lhe respeitem a situação cômoda, em que vive a engordar sobre o labor alheio... É sem dúvida o sentimento que arrasta os políticos a essa aberração e obsessão conservadora. Os sentimentos, e os costumes, que neles se inspiram, estão sempre retardados, relativamente à inteligência. Desembaraçados, uns dos instintos baixos e interesseiros, outros do sentimentalismo liberal-conservador, livres dessa influência afetiva, a sós com as suas idéias, é impossível que esses homens não reconheçam o absurdo de apresentar como programa político “conservar”. Conservar não pode constituir função especial, ativa, de ninguém; é uma função passiva. A sociedade conserva-se, independentemente de qualquer esforço; conserva-se, pelo simples fato de que existe, por uma função inconsciente, reflexa, necessária a tudo que é. Dá-se, por acaso, que os indivíduos intentem esforços no sentido de conservar a forma do corpo, o hábito de andar, a faculdade de falar?... Não, os seus esforços se fazem no sentido de alterar esta forma, melhorando-a, corrigindo-lhe os defeitos – aperfeiçoando o andar, apurando a linguagem. Os esforços conscientes são todos para transformar e alterar, no sentido de progredir. A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; continuar, conservar é obra dos mortos; viver é acrescentar alguma coisa ao que existe, eliminar o que já não convém.

A sociedade não carece de ninguém com o encargo especial de conservar isto ou aquilo; não há progresso, não há evoluções capazes de destruir o que é essencial à conservação das sociedades. No entanto, por toda parte, se formam partidos políticos com o programa – “conservador”; como se explica isto? Explica-se pelo excesso de egoísmo de uns, pela incapacidade adaptativa de outros. Existe a política conservadora – o que não significa seja ela necessária ou benéfica; também existem os crimes e abusos, e ninguém pretenderá, por isso, provar que eles sejam necessários ou úteis, ou que não devam ser condenados. Há “conservadores” – esses cujos esforços se dirigem todos no sentido, não de defender a sociedade contra supostas destruições impossíveis, mas de conservar para uma classe, para certos grupos, umas tantas vantagens, ligadas a abusos e iniquidades. Onde quer que surja a oposição conservadora, há um privilégio que se quer manter. Ela resiste pura e simplesmente ao progresso, que destruiria as vantagens dos grupos dominantes, afrontando preconceitos e superstições. É por isso que tal política é não somente inútil e absurda, mas

principalmente anti-social e perniciosa, porque, ou leva a nação à decadência e degradação, ou provoca revoluções. Sociedade parada, cristalizada, é sinônimo de acabada e esgotada. A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam. Por isto, a história humana se desenvolve como uma corrente cortada de barragens, vagas que se despedaçam contra obstáculos, catástrofes, crises e destruições violentas, devido a que os grupos dos satisfeitos não consentem o transformar incessante das coisas.

A evolução humana não pode ser retardada sem graves perigos para os que a embaraçam. Os que se incumbem e se oferecem para dirigi-la não deveriam nunca intentar suspender a marcha necessária; não é este o seu papel. Evoluir não quer dizer estar parado, ou recuar. O dever é procurar o caminho, facilitar o trajeto, achar o melhor meio de satisfazer as necessidades novas que se apresentem e de realizar as reformas reclamadas; e nunca opor-se a elas, em atenção a interesses de retardatários – blocos plantados de través à civilização, e em respeito aos quais, mesmo dos republicanos sinceros, muitos se detêm, empenhados em demovê-los. Nada conseguem; esses blocos graníticos, que representam na vida social moles arcaicas como estas outras que o dilúvio espalhou há 20 mil anos e que resistem até hoje – essas moles arcaicas são de um equilíbrio imodificável; as idéias novas passam sem as impressionar; seria preciso um outro dilúvio para demovê-las. E o pior é que elas não são apenas inertes e resistentes; são principalmente reacionárias. Indivíduos que não serviriam nem para ser conduzidos, pois não avançam, impõem-se como diretores – para comandar... a paralisação, senão o recuo. Impõem o status quo, o status quo de quem se afunda. Não se contentam de afeiçoar os espíritos definitivamente às idéias e aos sentimentos da hora em que entraram na vida, e de viver hostis a todo ideal, não se satisfazem de fechar os olhos à realidade, cegos num conservantismo absoluto, e de injuriar a civilização, querendo-a como uma suspensão do progresso – não se contentam com isto para si, pretendem submeter os outros a este programa. E nesse intento, uns, os mais hábeis, fazem-se propagandistas; são os teóricos da estagnação, e acumulam absurdos e sofismas, heresias científicas e falsificações históricas, para provar que a vida deve ser fixada, que a inovação é o mal e

que o progresso está em partir para o passado; querem encerrar a vida em fórmulas que dispensem de viver. Retores, supõem abafar o futuro que se aproxima, sob o peso de verdades velhas e deturpadas, inferidas de realidades extintas – abstrações mortas, quadros vazios, porque a vida já é diversa, sempre nova, sempre a transformar-se. Os outros, os de ação, fazem a campanha, crucificam os Cristos e os João Huss, massacram num dia os 30 mil idealistas miserandos que Thiers trucidou, inermes, nos impasses de Paris; queimam e eliminam, de um lance, mais gentes do que as que os revolucionários têm sacrificado em todas as revoluções. Pouco adiantam, é verdade: poderiam eles suspender a força com que a terra se projeta nos espaços?.. Não é menos quimérico deter a marcha da humanidade, que vai sobre eles. Mas os males, que essa oposição provoca, esses aí ficam; e amanhã os teoristas do recuo vêm “provar” que eles devem ser imputados aos inovadores...

Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. Não é só por interesse, é por herança, por educação. Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício. Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pético dos conservadores. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem³⁷. Na véspera, era de vê-lo, apóstolo,

³⁷ Foi nesta psicologia do “revolucionário conservador”, ou conservador revolucionário, que Machado de Assis se inspirou, acaso, para compor aquele tipo de novela – “o alienista” – um indivíduo que revoluciona uma cidade, e se põe à frente das gentes exasperadas contra um médico que, em nome de uma teoria estranha, vai encerrando todo o mundo num hospício. O nosso revolucionário depõe as autoridades, faz-se chefe do governo local, vai ao médico, arranca-lhe as chaves do hospício-prisão; mas, com grande espanto das gentes, no momento de franquear as portas, faz um discurso sobre os interesses conservadores da sociedade e os

inflamado, radical, incitando as gentes ao combate; no dia seguinte, a voz se amansa, arrasta-se sensata nos conselhos da sabedoria e da ponderação; e os que o ouviram então e o ouvem agora afastam-se com essa impressão de desapontamento – a impressão de quem não compreende por que razão o levaram a violências revolucionárias, se tudo havia de continuar no mesmo. Armam rebeliões, assaltam o poder, mas, uma vez plantados no governo, tais políticos dirigem todas as suas prevenções contra os próprios revolucionários. Agora, o seu papel é de conservar.

II

Para justificar esse conservantismo inconseqüente, faz-se apelo a todas as *fórmulas* de senso comum; não o bom senso que se inspira dia a dia nas necessidades reais, mas um bom senso que vem de pais e filhos, por herança e tradição, o senso comum de outras eras, referente a coisas e necessidades que não existem mais. São aforismos que se aceitam sem exame, aos quais de boa mente se escravizam essas almas retardadas, e a que se julgam presos os políticos sul-americanos como a um compromisso solene, sem indagar, sequer, a relação em que tais aforismos se acham com as coisas atuais. Veja-se, por ex., como repetem todas a uma: “É preciso cortar despesas...” “Por quê? Porque o bom senso tradicional assim o diz. E julgam-se todos dispensados de estudar as coisas, para ver que, por toda a parte, tem sido preciso justamente aumentar as despesas públicas, máxime nos países novos, onde as populações crescem mais rapidamente, e onde tudo está por fazer. Esta é a verdade; mas que pode a verdade contra o bom senso?.. Quando se estuda o caráter dos homens de Estado nas nações da América Latina, o que mais se impõe à atenção é a irrepreensível sensatez de todos eles, a sensatez clássica e imponente – esta sensatez a que Anatole France se refere quando diz: “Todos que trouxeram ao mundo um pouco de bondade nova sofreram o desprezo das gentes sensatas”. Parece um paradoxo, tão estranho é: pouco importa a luta, os conflitos, levantes e revoluções que tenham trazido o indivíduo ao poder; uma vez ali, “sentindo as responsabilidades do governo”, o verdadeiro homem se revela; tudo

perigos das transições bruscas, e pede o respeito às coisas existentes. Acaba conservando o hospício e o médico.

parou, o revolucionário de ontem desaparece, as gentes ponderadas e graves podem aproximar-se – ficarão encantadas de verificar que mundos de sensatez nele se encerram ali; a vida vai continuar tal qual era; “o período de agitação acabou, as responsabilidades, etc., impõem o dever de não criar dificuldades novas”. Quer dizer: todo o esforço agora é para impedir que se dê execução às reformas em nome das quais se fez a revolução, e para defender os interesses das classes conservadoras, a fim de acalmá-las.³⁸

III

Daí advém essa contradição permanente entre as palavras e os atos dos homens públicos sul-americanos. E não é só no mundo político que isto se nota. Estas sociedades são em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto. A idade antiga sobreviveu em tudo. As instituições permanecem inalteráveis, por entre as múltiplas revoluções políticas; cada uma delas é um fenômeno arqueológico, quando não é um fóssil cuja classificação seria bem difícil, se a sua filiação não existisse na história. Tome-se o primeiro exemplo que se ofereça: a assistência pública – é um instituto da Idade Média, incompleta, irritante, ilógica, inconveniente, mais nociva e abusiva que útil, inadaptável às necessidades modernas, misturando tendências diversas e às vezes antagônicas. Os centros de solidariedade e mutualidade são representados pelas beneficências e coisas análogas. Leiam-se os estatutos dessas obras, e ter-se-á a impressão de um mundo vivido há cinco ou seis séculos. Não há caixas de invalidez, nem cooperativas de consumo, nem sindicatos de proteção para defesa de

³⁸ Do Brasil, por ex., se pode dizer que tem a especialidade dos estadistas sensatos. Têm a religião do *senso comum*, ou do *bom senso*, que no sentir deles será a mesma coisa; é um respeito supersticioso por tudo que o bom senso consagrou. Eis a garantia que oferecem às *classes conservadoras*; e estas, ao verificarem quanto o homem é sensato, dão-lhe de pronto o seu apoio, porque têm certeza de que, apesar de todos os programas revolucionários, não se introduzirá na prática nenhuma inovação *perigosa*, ou *perturbadora*, ninguém irá contra os preceitos que o bom senso já consagrou. Dentre os brasileiros, apontam-se, apenas, Feijó, Floriano e, numa medida muito restrita, Paranhos, que passaram indiferentes à opinião *sensata*. Não se preocuparam com isto. Chamaram-lhes nomes feios, por isto; o mesmo sucedeu a César, Bismarck, Cromwell, Richelieu, Danton, que tiveram sempre o mais solene desprezo pelo bom senso que enriquecia os Thiers e os Olindas.

interesses comuns; nenhuma obra de previdência, como o exigem as condições atuais. No comércio, na indústria, na lavoura, os processos mantêm-se anquilosados, refratários a qualquer modificação progressista.

Não é o desconhecimento do progresso – é a desconfiança, o horror ao progresso. Insisto ainda – é uma questão de sentimento. Para justificar a permanência de uma prática obsoleta e condenada, o industrial ou o lavrador não buscará raciocinar, ele dirá simplesmente: “Ora, isto toda a vida se fez assim... tenho medo; não, não quero mudar; já agora, o melhor é não mudar...” Variantes ligeiras, na repressão de um mesmo sentimento. Isto se ouve tão freqüentemente na península como na América Latina. Os que se resolvem pelo progresso, o adaptariam nas condições daquele médico fazendeiro, que adquiriu um motor a vapor para tocar dez monjolos. Por quê? “Ora, porque no tempo dos monjolos, nós, fazendeiros, éramos mais felizes do que hoje...”

Essa antipatia é incontestavelmente herdada dos povos colonizadores, que o parasitismo tornou conservadores ferrenhos. É da essência do parasitismo: desde que um organismo principia a viver à custa de outro, cessa de progredir, porque já não tem necessidade de progredir; pelo contrário, todo o interesse, agora, é de não alterar a sua situação. O progresso é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que lhe é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, aguçando a observação, acumulando experiência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária da natureza. É forçado a viver em contato contínuo com ela; e a observação constante das coisas, e da vida geral, não só lhe desenvolve o entendimento, como se lhe impõe aos sentimentos. Todo o indivíduo que daí se afasta cai forçosamente na contemplação afetiva das primeiras impressões, aferra-se às idéias que primeiro lhe vieram ao espírito. Para progredir, para aceitar o progresso, para fazer dele uma obra concreta, é preciso que o homem viva diretamente da natureza; é mister que tenha necessidade de estar em contato com ela, acompanhando os fatos de perto, e veja diretamente que as coisas se transformam sem cessar, e sinta que o mundo não pode estar parado. O parasitismo não só dispensa o indivíduo de progredir, imobilizando-o, como o torna mesmo incompatível com o progresso, porque anula a faculdade de observação, e o subtrai à influência desse transformar incessante das coisas; e assim se perde o sentimento imediato da vida.

IV

Assim se explica a falta de observação, tão sensível nos povos sul-americanos, principalmente nos indivíduos das classes dirigentes. Essa falta de observação constitui, mesmo, o segundo traço dominante no seu caráter. Esses homens que se deviam reportar às necessidades reais da nação, nelas inspirar-se, vivem fora dos fatos, não sabem vê-los; o mundo atual, ambiente, não tem significação para eles; fazem toda a sua obra com o cabedal livresco. Em vão se procurará nos seus discursos, programas, pareceres, proclamações, a expansão dos problemas efetivos do momento, e as suas soluções possíveis. Discutem sobre os casos que se apresentam na vida corrente da nacionalidade, com as teorias gerais dos livros estrangeiros, ou com os chavões e aforismos consagrados por esse senso comum, vão e antiquado, vindo de áreas defuntas, inspirado em causas estranhas. Raciocinam a grandes alturas, vêem sistemas e perdem de vista as condições em que os fatos se passam. Nos momentos de crise, agitam-se, porque toda gente se sente mal e reconhece que há necessidades a atender, vícios a corrigir, costumes a modificar; mas essas necessidades, a menos que não sejam evidentes por natureza, não saem de um vago e indefinido mal-estar – a sensação do organismo enfermo, incapaz de atinar com o seu mal. Os problemas não se precisam – generalidades, modelos de soluções, ora abstratos, ora eruditos. Muitas vezes, tomam como causa o que é um mero sintoma, a par de muitos outros; tal sucede, por exemplo, quando imputam as dificuldades econômico-financeiras à instabilidade do câmbio, à depreciação do papel moeda, à circulação fiduciária etc. Desta forma, é natural que a agitação e o mal-estar se perpetuem; a confusão é permanente, e dentro dela esses homens continuam a guiar-se por fórmulas vãs, e a propor soluções livrescas, que não resolvem nada, ergotando sobre sutilezas, incertos nesse psitacismo intelectual e político, ou no vago de um pensamento alheio, no cérebro dos outros. Mesmo para uma solução que seja praticamente definida e clara, impondo-se por si mesma, eles, ainda quando a adotam, não ficam tranquilos se não a vêem consagrada nos livros. É por esta razão que se contentam todos com as soluções escritas. Uma necessidade social, qualquer que ela seja, está resolvida no momento em que um decreto escrito vem promulgado. Desde esse momento, ela desapareceu, não se trata mais disto. Havia a escravidão, mas reconheciam todos que, sobre ser uma injustiça ignóbil, a permanência dessa instituição era também um obstáculo ao progresso econômico do país, e que nesta hora

não pode haver prosperidade com o trabalho escravo. “É preciso que o trabalho seja livre”; e foi isto unicamente que todos pediam, absolutamente certos de que fora bastante dizer em lei que o trabalho é livre, para que se estabelecesse o regime de um trabalho. Ninguém se deteve a examinar o caso e procurar os meios eficazes de se fazer a transformação na produção. Não viam, sequer, que o trabalho livre deve ser inteligente e aperfeiçoado, e que era mister, antes de mais nada, educar o trabalhador, instruí-lo, levar o produtor a melhorar os seus processos, meio único de compensar a barateza do trabalho escravo que se perdia. Disto não se cogitou. Decretou-se a libertação, e foram-se todos, considerando a reforma como acabada; e se alguém ainda se ocupou do caso – foi para pedir ou propor que se importassem braços baratos, que pudessem substituir os antigos escravos, nada se alterando nos costumes e nos processos: chineses ou italianos, que viessem ocupar as antigas senzalas – um salário baixo, equivalente à alimentação e ao juro do preço do negro... tudo mais como dantes. Quanto a essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletários – quanto a estes: que sejam obrigados por lei a trabalhar; pedem-se leis sobre a vagabundagem, lei de locação de serviços, na convicção de que, no momento em que alguns decretos, substanciosos de artigos e parágrafos, vierem publicados, todos esses homens se tornarão logo ativos, adorando o trabalho, e dispostos a dar o seu labor ao fazendeiro ocioso e bruto, por um salário miserável. O essencial era garantir o fazendeiro tal qual ele é, criando embora dificuldades no futuro. E o fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama também quotas diretas, em espécie – auxílios à lavoura, compensação aos lucros cessantes... Ontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado – é-lhe indiferente, certamente, quem o tenha de manter, contanto que não haja de alterar o viver. E os auxílios vêm; mas nem ele se sacia nem melhoram as condições da lavoura, convertida hoje em verdadeiro pauperismo, cuja miséria aumenta na proporção das esmolas e auxílios que recebe.

V

Isto é assim para as outras classes, em todos os outros misteres – nas ciências, letras, indústria... Quando saem da rotina irracional, caem nas aplicações eruditas. Certo, existem na América do Sul muitos homens ilustrados – pela livreria, muitos espíritos curtidos de leitura; mas ciência de

verdade, que é a ciência baseada na observação, essa não existe. Assim se explica por que se conhece tudo – do céu e da terra – menos o meio e a natureza dentro da qual vivem todos. O pouco que se sabe é de torna-viagem, aprendido nos livros; as observações e experiências são geralmente a cópia servil de outras, havidas nos livros; são “pastiches”. Podem ser contados, tão raros eles são, os livros americanos sobre coisas americanas. Os americanos do Sul não se conhecem uns aos outros, como não conhecem aos próprios compatriotas. É noção que ainda não entrou no ânimo das gentes letradas deste continente – que é possível aprender fora dos livros. Para esta classe, como para todo o mundo, aqui, a ciência se reduz à leitura; as competências medem-se pelas bibliotecas, traduzem-se por discursos, e afirmam-se pela erudição. E como nenhuma cultura se faz pela observação das coisas, e como nenhuma produção intelectual se liberta da influência direta dos livros, não existe nenhuma originalidade, porque esta só existe para quem sabe inspirar-se na natureza, onde a novidade é constante. Não há espírito científico, nem pode haver; a leitura só dá instrução, isto é, serve apenas para pôr o indivíduo ao nível da corrente intelectual da sua época; mas, em realidade, ela não educa a inteligência, porque não desenvolve o espírito de observação, não metodiza a elaboração mental, nem estimula a originalidade. Em resumo: a leitura é indispensável, mas não é o bastante.

São verdades corriqueiras estas, mas de que ninguém está convencido; e aqueles mesmos que as admitem, procedem como se as desconhecessem. Por toda parte, a verbiagem oca, inútil e vã, a retórica, ora técnica, ora pomposa, a erudição míope, o aparato de sabedoria, uma algaravia afetada e ridícula, resumem toda a elaboração intelectual. O *verbocinante* é o sábio. As generalizações sem base – transcrição literal dos sistemas e abstrações filosóficas, substituíram a observação. Vem daí esta mania de citação, tão generalizada nas elucubrações dos letrados sul-americanos; quem mais cita mais sabe, um discursador é um homem apto para tudo. Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma idéia original, nem uma só

observação própria. E disto ninguém se escandaliza; o escândalo viria se houvera originalidade³⁹.

As produções intelectuais – poemas, códigos, discursos, tratados ou leis, são todas igualmente caracterizadas. Os códigos e Constituições não são simplesmente estatutos gerais: são compilações quase abstratas, indiferentes, estranhas ao meio onde se aplicam. O código A ou o código B – são tão pouco inspirados nas necessidades reais do país que funcionam no Brasil, ou no Peru, como funcionariam na Suécia, ou em Massachusetts – questão de nomes próprios.⁴⁰ As Constituições aplicam-se às sociedades como tabuletas aos armazéns; trocar-se-iam, e ninguém daria pela coisa; fazem-se sobre os livros, fechados os políticos ao mundo ambiente. Olhemos para as nossas. A primeira, a do Império, era a Constituição de toda parte: Constituição de monarquia constitucional, comprada em bazar de roupas feitas – mangas, bolsos, gola, Benthon, equilíbrio dos poderes, regime representativo; vestida ao Brasil como teria sido vestida à Espanha, à Itália, ou mesmo ao Japão. Na prática, foi a continuação do regime colonial, sem metrópole, isto é, com a metrópole de D. João VI – filhos e netos, no Rio de Janeiro, ornada com um parlamento. Mal satisfeitos os povos, fez-se a propaganda republicana, e como todos sentissem esta impressão, de que um dos males essenciais do país era a falta de autonomia

³⁹ No Brasil, um dos homens geniais, jurisconsulto de profissão, é chamado, “por ser o mais apto”, a dizer sobre o projeto de Código Civil, e, em toda a obra, o que ele vê é imperfeição de forma, as falhas de sintaxe. Só o desarranjo das palavras e orações o impressiona: “...as cacofonias, os hiatos, os ecos, as colisões...”; escreveu 200 páginas *in-quarto*, para ciscar, uma por uma, todas essas asperezas e malsonâncias, alongando-se sobre todas as sutilezas da gramática: eliminem-se os “são sujeitos... declarações sobre... caução só... só sobre... averiguar qual... completos termina... locador dar... por culpa a parte...”; não haja çç depois de ss, nem qq depois de gg, nem tt e dd encadeados, e o código será uma perfeita maravilha.

⁴⁰ A estas considerações objeta-se que: “O direito é um só para todos os povos civilizados” (e, se não é, devera ser); não, a objeção não colhe. Um código não é, apenas, a coleção dos preceitos gerais e aceitos, de direito; em tal caso, bastaria um, que todos os povos o adotariam, como se adota o sistema de pesos e medidas, a álgebra, ou a química. Um código não é isto – uma simples coletânea abstrata; num código, o que se quer é a regularização da vida civil de um povo, em particular, segundo os princípios correntes de justiça, atendendo-se às necessidades especiais da sociedade em questão, seus hábitos, costumes e tradições. Um código é a aplicação dos princípios de justiça a meios determinados; o essencial o difícil, pois, não é assentar quais sejam esses princípios de direito – corriqueiros, consagrados ou reclamados por toda parte, mas achar a forma de adaptação de cada um deles às tendências e necessidades próprias a um povo em especial.

de cada região (num tão vasto território) para prover as suas necessidades próprias; como sentissem que esse exagero de centralização administrativa era apenas, e precisamente, uma sobrevivência do estado colonial, perpetuado na monarquia – como sentissem essas coisas, se bem que vagamente, fez-se a propaganda federalista, ou, melhor, a propaganda anticentralizadora... Veio a República, e, quando a proclamaram, já foi – a *República Federativa dos ESTADOS UNIDOS do Brasil*. Aboliu-se a centralização, adaptou-se o federalismo, pediu-se uma Constituição... Uma Constituição para o Brasil não centralizado?... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição Argentina; corta daqui, tira daí, copia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivístóide, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entraram a história, as necessidades do Brasil⁴¹. Ela está cheia de disposições tendentes a

⁴¹ A nossa Constituição republicana foi imitada de outras; não está nisto o mal, porque, em suma, é por imitação e adoção das invenções e inovações que os povos progridem (Tarde). O mal está em que se fez uma simples imitação, quando a verdade é que, fora das noções meramente técnicas, nenhuma inovação é proveitosa, se a sua imitação e adoção não se traduzem por uma justa adaptação. Em nosso caso, o essencial era conciliar os interesses gerais, representados pela nação, como um corpo homogêneo – uma realidade que já existia, e com a qual todos contavam e contam – conciliar esses interesses com os subinteresses regionais; não permitindo excesso de poder no Estado Central, que pudesse degenerar em tirania; equilibrando a sua força com a dos estados federados; fazendo-as – a essas unidades da Federação – perfeitamente iguais, a fim de garantir o equilíbrio; e que uns, mais fortes, não viessem tyrannizar os outros, nem sobrepor-se à União, empolgando-a, dominando-a. Tal foi o que se deu, no entanto, com a Federação como a realizaram. Não refletiram que as nossas condições históricas e geográficas não são as mesmas dos Estados Unidos e da Suíça. *Promoveram* singelamente as antigas províncias a estados, soberanos e federados, sem haver dado, previamente, proporções convenientes a essas unidades elementares da Federação. Com isto sucedeu que a Federação foi deturpada, e não satisfaz a nenhum dos dois objetivos que a fariam preciosa: nem o objetivo político – pois subsiste, sob outra forma, o excesso de poder central, hoje monopolizado pelos dois ou três estados fortes; nem o objetivo econômico-administrativo – pois não são atendidos os interesses das regiões naturais, que deveriam ser autônomas, visto como foram conservadas as divisões das antigas províncias, que, de forma alguma, correspondem às regiões naturais. Basta notar que elas – as províncias – se limitam geralmente pelos rios, quando, de fato, não são os rios, e sim as montanhas, que separam as regiões naturais. Como está, ocorre mesmo que as divisões político-administrativas até recortam as zonas naturais.

respeitar preconceitos e suscetibilidades que não existiam, legislando para uma heterogeneidade, de povos e de tradições, desconhecida na história do país. Em compensação, nada existe no sentido de encaminhar a nação a normalizar a divisão das conscrições territoriais, distribuindo-as em zonas e regiões naturais, de interesses unificados, e protegendo os povos, de modo a poderem atender às suas necessidades próprias. Nada existe que garanta a conservação desses laços de solidariedade e de sentimento, essa homogeneidade de idéias já existente, e que será sempre uma grande vantagem social para o Brasil, e para a humanidade em geral: a comunidade de sentimento e de linguagem, a amizade desinteressada de populações ocupando 1/16 de todas as terras do planeta, são circunstâncias que não devem ser esquecidas. Dois indivíduos que se compreendem estão mais perto de fraternizar e progredir, principalmente se a raça, a educação e os gostos morais os aproximam também.

Entrou em prática a nova Constituição, e, do federalismo, saíram estas séries de governículos caricatos, desmoralizados uns, retrógrados outros, tirânicos e iníquos quase todos, estonteados, sem saber bem o que fazer dessa autonomia já excessiva, já incompleta... E, desorientados, sem pensamento definido, mal dão idéia de uma nação solidária. Para o presidencialismo, a aclimação foi mais fácil: é o regime do presidente – este escolhe aquele, aquele escolhe aquele outro; a Constituição é respeitada, uma vez que, no fim dos quatro anos, o antigo se vai embora, e dá o lugar ao sucessor, por ele nomeado. E por ser o regime do presidente, este determina quais os deputados e senadores que devem ter assento no Congresso: os que foram designados pelos respectivos governadores dos estados – adaptação feliz do presidencialismo à Federação...

É este um mal que, no momento, uma simples revisão constitucional não remedeia, antes agrava, porque, em verdade, os políticos dos estados fortes jamais consentirão, jamais concordarão em reduzir a força e o poderio desses mesmos estados. Sucede ainda que, levando todos os males e abusos atuais à conta da *Federação*, em absoluto, Federação que realmente não existe, os políticos revisionistas só têm um pensamento – restringi-la, o que seria um retrocesso. Se as gentes das classes dirigentes estivessem de ânimo a fazer uma revisão da Federação no sentido de eliminar estas desigualdades, seriam, então, capazes de a realizar, mesmo sem revisão da Constituição, porque esta permite a fusão dos estados pequenos e a divisão dos grandes. Finalmente, não esqueçamos que o momento é de reação...

VI

Por toda a América do Sul, o mundo intelectual é feito de bacharéis; o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. Médicos, engenheiros, juristas, críticos, financeiros, guerreiros são todos bacharéis – espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto. O prestígio dos axiomas, dos conceitos e sentenças é incontrastável, absolutamente tirânico. É fetichismo. Diante de uma fórmula, o indivíduo pára, suspende o raciocínio, quebra a resolução, desanima e, dominado pelo respeito à frase consagrada, é incapaz de reagir, de avançar para o banzo, e analisá-lo, para ver o que ali existe de justo e de exato. Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa, determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do Estado colonial – formulou: *O Brasil é uma nação essencialmente agrícola*. Foi o bastante, e ficou assim consagrada a rotina econômica; ninguém teve coragem de tomar esta inépcia⁴², e mostrar

⁴² Foi por aí que chegaram à célebre “crise do café”. O Brasil produz bom café, e o *café* é ouro; – por isto: todos ao café, tudo para o café. E o Estado indiferente, radiante a ver argumentar a receita, não olhava o futuro. “Pois o Estado é o pai de alguém, para intervir de alguma forma, estimulando outras culturas, fazendo propaganda”, avisando aos fazendeiros ignorantes da crise que eles preparavam no futuro?... Não; segundo o spencerismo mal digerido, não é este o papel do Estado. Nenhum político nem economista se ocuparia com isto. O Brasil fez-se o cafezal do mundo; com o preço do café comprava tudo. Ao café juntou a borracha; houve um momento de deslumbramento universal. A fazendeirada nadou em dinheiro; terras, que valiam ontem 20 mil réis o alqueire, vendem-se hoje por 1:500\$000. Dormindo, peralteando nas cidades, o fazendeiro, apesar de roubado por uma dúzia de intermediários, tinha, *líquidos*, por ano, 40, 50% do preço da fazenda. E agora, na própria fazenda, como já não havia escravos, e o trabalho custava dinheiro, só se cultivava café, compra-se tudo mais, até o feijão e o arroz. E o Estado radiante, em face desta prosperidade... colonial! Sim, era a perpetuação do regime colonial. Em tempos (tais eram os interesses da metrópole) o Brasil produzia açúcar, e com ele pagava tudo mais de que carecia; depois, produziu ouro, depois café, e café e borracha; variam os gêneros, mas não varia a condição. Tal regime será o de uma nação?... Uma nação é um organismo completo, bastando-se a si mesmo. Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política. Não é o nosso caso – a nação, eternamente ignorante e colonial, eternamente dominada e explorada pela avidez européia. Economicamente, não há diferença entre o Brasil de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; é, hoje, uma colônia independente. Há oitenta anos que a nação se emancipou – que tem feito o Estado para levá-la a esta independência econômica? Nada; pelo contrário, atua

como um elemento conservador, orientado como tem sido, geralmente, por essas classes refratárias, rotineiras. Além disto, as suas inspirações, quanto à política econômica, ele as tira nas opiniões dos financeiros britânicos, os quais, certamente, não têm nenhum interesse em ver o Brasil (principalmente o Brasil) ou qualquer outra nação colonial, encaminhar-se para a emancipação econômica. O seu interesse, a sua política, as suas doutrinas socioeconômicas propendem todas para induzir as nações novas a persistirem nesse regime, que as conserva numa situação de manifesta inferioridade, mercê da qual serão facilmente exploradas, quando não reduzidas a essa tutela financeira, qual a que a Inglaterra exerce sobre o Brasil. Voltemos ao café. O fazendeiro estava radiante; nem lhe doeu mesmo que libertassem o escravo: o café, cultivado embora pelos mais bárbaros processos, dava 50% de lucro líquido; plantaram-se de café todas as terras próprias à cultura, importaram-se milhões de braços que o Estado ativamente recrutava nos *coolies* italianos; abriram-se estradas de ferro através de todas as terras cafeeiras. O resto da nação vivia mesquinha e abatida; todos os recursos, todas as energias, todas as atenções são para a emigração e as estradas de ferro do café. Nem protestos houve; o café, rico, poderoso agora, domina, impõe a sua política; ele é a glória do Brasil; enlaçam-se com ele as armas da República. E não lhes dissessem que essa política arcaica e antiprogressista, poderia causar uma crise direta, imediata, grave, funestíssima, não só ao Estado como aos próprios fazendeiros. Não lhes dissessem tal, nem pedissem que o Estado cumprisse a sua função de encaminhar a nação para o progresso econômico, detendo, no possível, os que seguramente avançavam para esta crise. Os dominantes não entenderiam os avisos neste sentido. Escritores, que nada tinham com o Brasil, já diziam em 1876: “O Brasil é o cafezal do mundo; com o café compra farinha, paga pão que não tem, compra os panos para se vestir, e tudo mais de que carece. É fora de dúvida que ganha muito; mas é também incontestável que pode estar preparando uma crise futura”. Então, os economistas públicos riram, com certeza, da profecia. Continuou a orgia; 4/5 do país viviam na miséria e no abandono, enquanto as terras de café e borracha borbulhavam em ouro, como um campo de exploração mineira. Mas como o resto do mundo não há de suspender a ordem normal dos sucessos para não *desmanchar* os prazeres do fazendeiro e do comércio, veio a crise; café e borracha valem um terço do que valiam há 10 anos; agora, rompe o coro das lamentações, e o Estado, o garantidor, até então, desse regime colonial, acolhe-se hoje às fórmulas spencerianas, inventa um darwinismo social que nunca passou pela mente do naturalista inglês, e diz que: “Não é do seu papel intervir em tais coisas... cada um que ache por si o seu caminho... os que se sentem fracos, resignem-se a ser devorados...” “No mais, discutem-se os *kartels* alemães, os bancos regionais de Itália, e quanta coisa há pelo mundo, indiferente à crise do momento. Discute-se, argumenta-se, citam-se autores, com o intuito exclusivo de salvar o café, de conservar o café. É assim que a crise dura há oito anos; está verificado, provadíssimo, que tudo provém do fato de ser a produção de café excessiva; por conseguinte, a solução está achada, e é a melhor: ensaiem-se outras produções... Não vê!... Já havia tempo de estarem cobertas de outras culturas estas fazendas, outrora cafeeiras; no entanto, nem uma tentativa séria se faz neste sentido. Todo o esforço é para – *valorizar o café*... E, enquanto esta valorização não chega, os fazendeiros, emperrados neste sebastianismo de nova espécie, esgotam-se e esgotam os *auxílios*; vencem-se as hipotecas, são abandonadas as propriedades, e a pouca riqueza da nação, ali empregada toda

quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola.

VII

Uma fórmula simplista resolve tudo. Spencer, traduzindo a feição da política e da civilização inglesa, no século XIX, disse que: *o Estado não deve ser industrial*, e, desse momento em diante, para tapar a boca a qualquer ministro de Obras Públicas um pouco ativo, é bastante repetir-lhe o conceito do evolucionista britânico. Nestes países, onde todas as liberdades essenciais estão esquecidas e anuladas, a fórmula -liberdade de comércio – com que as nações fortes mascaram o seu privilégio explorador, é o bastante para garantir a classe dos taverneiros de além-mar, sanguessugas que, ainda hoje, trazem a América Latina, e principalmente o Brasil, entanguida, esgotada, exangue. Depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem do povo na América do Sul, o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre do americano não achou mais salvação. Pouco importam todas as qualidades de resistência e sobriedade que ele possui; pouco importa que lhe falte, apenas, a educação do trabalho e a instrução; foi condenado, e todos repetem a condenação, sem um instante de reflexão, sem atenuantes. É a sentença implacável, acompanhada com os panegíricos clássicos ao trabalhador estrangeiro – muitos e longos elogios das miraculosas virtudes da emigração. A ouvi-los, os Estados Unidos devem exclusivamente à emigração o seu progresso. E, nesta corrente de idéias, sem mais exame, tudo se sacrifica à colonização. Não há quem se detenha em estudar as condições em que se fazia e se faz a emigração para a América inglesa, para comparar a situação oferecida ao colono, ali e aqui. Não pensaram, sequer, em confrontar as datas para indagar se foi o progresso – considerando como talo que efetivamente resume o progresso: estabilidade e liberdade das instituições políticas, boa justiça, instrução popular, atividade social – para ver se foi o progresso social que chamou a colonização ou se foi a colonização que provocou o progresso. Se dessas causas cogitassem, veriam que, nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a

ela, vai ficando morta, inutilizada, improdutiva; já não é riqueza, é resíduo. Assim está o estado do Rio, assim está parte de Minas e de São Paulo.

emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens. Em todos estes países, o progresso é tardio e o trabalho relativamente pouco remunerador, porque os processos e os instrumentos são antiquados, irracionais às vezes. A vida não oferece as condições de conforto, nem as garantias correntes nos países industriais, adiantados. Em tais condições, ou o colono é um indivíduo que vem para aqui com o intuito único de colher, por qualquer meio, um pedaço de fortuna, e ei-lo a maquinar explorações torvas, germes de indenizações, ei-lo a parasitar e a perturbar a vida econômica do país, até o dia em que, reunidas as libras, toma o caminho da pátria; ou é o proletário, o colono trabalhador, desejoso de fixar-se e de obter, aqui, uma situação melhor que a sua de origem. Mas este último, ao chegar, reconhece logo que o enganaram; as condições de inferioridade do país patentearam-se em todas as coisas, e ele se sente mal.

Por mais triste que seja a condição do proletário europeu, é inegável que, lá, ele tem por si umas tantas vantagens e garantias que lhe facilitam a vida: as cooperativas de produção e de consumo, as organizações sindicais que o protegem, certa facilidade e possibilidade de protestar contra a exploração capitalista, condições políticas que permitem uma maior atividade social, uma tal ou qual participação na vida da nação. Tudo isto o ocupa, o distrai o consola, inspirando-lhe esperanças. E a higiene, e a assistência pública, e o serviço de polícia são mais perfeitos. Além disto, lá, ele tem os seus momentos de prazer (que é bem certo: nem só de pão vive o homem); há diversões para todos, e ele goza dessas festas e diversões, que a nós parecem ingênuas e estranhas, mas às quais se casam os seus sentimentos e tradições. Aqui não há nada de comparável. Dão-lhe um pedaço de solo, fértil embora, ou um salário sem larguezas; ele pode ser proprietário, mas isto não compensa as penas de uma expatriação. Antes de mais nada, é preciso que o meio, aqui, não seja inferior àquele donde ele – o colono – provém. Eleve-se este meio, melhorem-se as condições de vida, para que o emigrante se possa achar feliz aqui; façam isto, e a emigração virá espontaneamente, como foi para os Estados Unidos. De outro modo, só virão para a América Latina ou indivíduos cujo nível social e intelectual é sensivelmente igual ao dos infelizes que, desamparados, vivem nestes

sertões extensos; ou os indivíduos atraídos por promessas falazes, e que, ao sentirem o contato deste meio, inferior e rude, se retrairão indispostos, mal encobrando o desgosto e provocando, assim, ressentimentos e ódios das populações naturais. Contemos também com os parasitas e exploradores; esses virão de mais em mais, enquanto a fraqueza e o atraso destes países lhes permitirem as traficâncias e maquinações...

Temos de convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente. Os Estados Unidos podiam ter aproveitado muito da emigração; mas o certo é que, ao encaminhar-se para ali o forte da colonização, já o país apresentava uma nacionalidade pacífica, ativa, instruída, vivendo sob um regime civil e político tão livre e adiantado como os mais livres da Europa. O nível geral da sociedade americana era comparável ao dos países mais cultos. O emigrante não sentiria, ali, essa impressão desagradável, fatal a quem se transporta a um país rude e mal organizado.

Pensam resolver o caso – escrevendo, em decretos, a “grande nacionalização” do colono; seria muito bom, se o decreto bastasse... A nacionalização política não importa para o caso; o essencial é a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto, julgam desnecessárias⁴³.

Nesta questão de emigração, o erro dos políticos vem, não só da falta de observação, como do conservantismo obscuro de quase todos. Não

⁴³ No Brasil, a indiferença dos políticos por essa questão é tal que se permite às *colônias*, ou zonas onde o elemento estrangeiro de uma certa nacionalidade é grande, o terem somente escolas suas, estrangeiras, escolas que, às vezes, são até subvencionadas pelos dinheiros públicos brasileiros. Assim, sucede que as gerações, já nascidas no Brasil, se passam sem misturar-se jamais com os naturais, sem perder coisa alguma do seu estrangeirismo. O rei da Itália e o kaiser germânico têm tão bons súditos nascidos no Brasil como os de lá, ou talvez mais fiéis – que a saudade da pátria nunca vista, suas glórias confrontadas à mesquinhez do país onde vivem, a ausência de queixas, pois que lá não estão, tudo isto mais os afavora no amor da nacionalidade recebida por herança.

vêm, no caso, senão uma importação de braços. A expressão é técnica e preciosa. Os efeitos políticos e sociais da colonização não são compreendidos; pensa-se, apenas, nesta famosa importação de braços, que permitirá perpetuar um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo – parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador. E esse trabalhador (que nenhum encanto pode encontrar na vida de assalariado, vida que, por forma nenhuma, o prende à terra) não tem outra esperança que acumular o preço de três ou quatro anos de trabalho e voltar à pátria, ou ir parasitar pelas cidades, ou cavar indenizações. No fim de 50 ou 60 anos de uma tal lavoura, o solo está esgotado, a terra está cansada, a ignorância não sabe como fertilizá-la, o plantio não dá mais lucros, os colonos foram-se, o fazendeiro vai-se também, deixando ao banco, onde a hipotecara, a fazenda deserta – uma tapera. Com os salvados desse naufrágio, o agricultor ainda compra terras virgens, monta uma nova fazenda, em tudo igual à primeira, e que, no fim de certo tempo, será igualmente uma tapera.

Dir-se-á que, ao lado desta colonização, há outra, sedentária, dos que se fixam. – Sim, todos a conhecem; são, por exemplo, os núcleos que, no Brasil, existem no Espírito Santo, ou em Santa Catarina. No estado do Espírito Santo há povoados, vilas inteiras, de italianos ou polacos, vivendo tão miseravelmente e acanhadamente como as populações naturais, e mais tristes do que elas. É aí, nessas povoações, que se podem ver indivíduos de 16 ou 18 anos de idade, nascidos no Brasil, e não sabendo comunicar-se com os naturais, por não conhecer a língua do país onde nasceram e se criaram... Quando um país não está ainda suficientemente organizado, nem bastante desenvolvido e culto para assimilar as populações emigrantes, fica-se quieto, aceita-se os que vêm, e deixa-se de estar perturbando e embaraçando ainda mais a sua organização com a infusão de elementos heterogêneos.

VIII

Em obediência a essas fórmulas e conceitos tradicionais, condena-se irremissivelmente o proletário, o trabalhador nacional. Não é possível imaginar-se contra-senso mais irritante que o desses representantes das classes dirigentes, nas repúblicas sul-americanas, a condenar o elemento

popular dos respectivos países, e a repetir a seu respeito tudo que diz o estrangeiro mal informado, tudo que dizia o antigo senhor colonial, habituado a tirar 16 e 18 horas de trabalho, por dia, ao escravo, em paga de uma naco de carne seca, e podendo ainda dispor do negro trabalhador à vontade! É talo contra-senso, que faz supor não compreenderem a consequência lógica dessa sentença eliminatória. Não se lembram de que, ao condenar o nacional – o elemento povo – como incapaz e inaproveitável, eles se condenam a si mesmos, porque, em suma, o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos; tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; eles é o que fizeram, e, se não presta, a culpa é de quem o não soube educar. Se a massa popular é inaproveitável, então estas nações não têm razão de ser, devem desaparecer; e desaparecerão também as outras classes, que uma nação não é feita, apenas, de classes dirigentes. No entanto, nenhuma dessas considerações os detém. É uma delícia – para quem aprecia aberrações de lógica – ouvi-los repetir, em longas tiradas, recitadas com o entusiasmo e a gradação de quem as aprendeu com amor, todos os libelos e requisitórios contra o trabalhador nacional⁴⁴.

⁴⁴ Não o esquecerei nunca. Fazia eu parte da redação de um jornal político, em tempo em que uma deliciosa unanimidade de idéias e sentimentos ajustava todas as gentes num partido Único. E quando faltava ocupação, aprazia-me ouvir os maiores, diretores das coisas públicas, senhores dos destinos do povo, discorrer em intimidade. Era o meio de conhecê-los os subpensamentos – idéias e opiniões que um político de lei não diz de público; e o que, no meu silêncio, eu ouvia, edificava-me muitas vezes. Um dia, discorriam todos, a unânime, sobre a excelência do trabalhador emigrante; não havia novidades no alegado, mas era uma sinfonia! Repetiam-se todas as tiradas, docemente líricas, sobre a “previdência, economia, tenacidade, gentileza...” do colono. Outros tomavam a *deixa*, e descarregavam sobre o nacional a indefectível condenação, circunstanciadamente aduzida: “turbulência, instabilidade, imprevidência, prodigalidade, insubordinação, preguiça, desinteresse...” Eram eliminatórios: não havia, nos nacionais, nada a aproveitar, nada que os justificasse, nada a esperar deles... Não continham estes conceitos nenhuma novidade que se impusesse à atenção, mas a serenidade com que eram externa dos desorientava a quem os ouvia... Era a morte da própria nacionalidade que eles atestavam; mas com tal indiferença! Dir-se-ia inconsciência...

- “E, agora, em que recanto da costa da África vão os senhores largar esses 14 milhões de imprestáveis?!...” escapou-me perguntar. “Sim: está verificado, e os senhores o proclamam, que não há nada a fazer com esses 14 milhões de indivíduos que formam a massa geral da população; e como são os senhores mesmos os responsáveis pelo seu destino, que pensam fazer deles?... É certo que esses milhões de inúteis não podem, nem devem ficar para aí, eternamente, a reproduzir gerações e gerações de imprestáveis; é mister dar-lhes um fim...”

Contentam-se em repetir os juízos feitos; não pensam em estudar as condições de vida desses infelizes, tão formalmente condenados, antes de os julgar; nem pensam em examinar as causas dos defeitos que os prejudicam, para, desse estudo, deduzir um programa de ação sobre eles, de modo a corrigir o que se possa corrigir – educando-os, considerando-os como homens livres, como o elemento essencial da nação, e de cujo progresso e bem-estar depende o progresso e a tranquilidade do país. Não foram nunca tentados a isto; senão, teriam visto que esses vícios todos se reduzem, geralmente, a defeitos perfeitamente corrigíveis por uma educação social, aturada e inteligente, e por uma boa instrução. Veriam, ainda, que certas qualidades, citadas como defeitos, são, antes, predicados estimáveis, deturpados, apenas, pela ignorância e falta de educação propriamente dita. Não refletem, sequer, no seguinte: que, se há nesses naturais incapacidade essencial para o trabalho e a atividade, ela é efeito do clima, e se manifestará fatalmente sobre qualquer raça ou gente que aqui se aclimate. A vida num país quente obedecerá sempre às condições que o clima oferece; e, neste particular, as raças já aclimadas oferecem, forçosamente, vantagens sobre as recém-chegadas.

IX

Não examinando nem conhecendo a realidade da vida, os homens públicos desconhecem também as causas reais deste mal-estar permanente – as dificuldades econômicas, que mais se agravam com os remédios postos em prática a conselho dos economistas livrescos. Não consta, nem transparece dos seus trabalhos, que um só desses financeiros e políticos se tivesse dedicado a estudar verdadeiramente as condições de produção e fixação da riqueza, nos respectivos países. Nenhum pensou em fazer o cálculo do trabalho inútil, do esforço perdido nessa lavoura, ou na indústria rudimentar, rotineira e arcaica. A legenda de que o solo é fértil os dispensa de qualquer cogitação a respeito; não se lembram de que essa fertilidade é relativa, e é representada por um certo número de elementos que em breve se consomem. Só é verdadeiramente fértil a terra que é fecundada pelo trabalho inteligente. Que importa seja feraz este solo, capaz de dar cento

O espanto que lhes causou a questão mostrou-me bem que ela era inteiramente nova ao seu espírito.

por um, se os processos e instrumentos de lavoura são tão atrasados que exigem 20 horas de trabalho para lavrar o terreno necessário a 1 litro de semente, por exemplo?... Compare-se o resultado obtido, com o que se teria de uma lavoura inteligente, sobre um solo menos fértil – que dê, apenas, 50 por um. Aí, 20 horas de trabalho preparariam terrenos para 5 litros de semente; e, no final, nós temos que o mesmo esforço produz, no terreno fértil – 100, e no menos fértil – 250. Acrescente-se a este resultado a qualidade do produto, que o lavrador inteligente e progressista procura melhorar continuamente, escolhendo a semente, beneficiando a colheita. E é disto – do trabalho inteligente, da perfeição dos processos – que depende a riqueza; só há um caminho para chegar lá: a cultura da inteligência, a difusão da instrução, a propagação da ciência. Voltem-se para os Estados Unidos, vejam como a indústria e a lavoura aproveitam ali o progresso da ciência. Tudo que a física, a química, a botânica, a meteorologia... ensinam tem uma aplicação imediata às indústrias. Vejam o esmero com que se instruem as massas populares, e reconhecerão, então, que não foi a emigração quem produziu o maravilhoso progresso da grande república, mas a cultura, a instrução generalizada.

Tais são, porém, coisas em que ninguém pensa. Imagina-se, por acaso, um bom estadista sul-americano ocupando-se de instrução popular?!... Pois não é verdade que ele reconhece ser a instrução uma coisa útil?... No mais, seria quase pueril que um político se fosse ocupar de tal assunto. Nem exijam, também, que um ministro de finanças, que se preze, vá estudar as condições elementares da vida econômica e financeira – na produção e fixação da riqueza; não, ele é financeiro porque aprendeu nos livros; entrado em funções, precisa mostrar o quanto sabe, e julgar-se-ia decaído do seu renome se não possuísse duas ou três soluções para salvar, num abrir e fechar de olhos, as finanças públicas. Vai aos livros, traz de lá meia dúzia de fórmulas e axiomas dos economistas estrangeiros, fabricantes de edições – “balança cambial... balança comercial... circulação fiduciária... excesso de papel-moeda... depreciação da moeda... liberdade de comércio... livre-cambismo... protecionismo...” – aponta, como causa das dificuldades econômicas, sintomas parciais de uma só causa geral, e ei-lo, agora, convicto, afanoso, a “melhorar o crédito público”, combatendo a baixa do câmbio, ou cortando despesas para equilibrar o orçamento, ou estabelecendo a circulação metálica... Outros tantos tonéis que não se enchem nunca, e por onde se perdem os poucos recursos, que poderiam ser

empregados utilmente para melhorar as condições de produção, instruir o trabalhador, preparar a fixação da riqueza, a qual, ainda hoje, se escoia para a Europa como nos bons tempos coloniais.

X

Dir-se-ia que tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até a sua origem, e por isto pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira; constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, donde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez disto, reclamam-se universidades – já alemãs, já francesas⁴⁵. Reclamam artistas, para vir morrer de tédio, ou de fome, em meio a um público indiferente, sem educação estética para alimentá-las e estimulá-los. Se, um dia, se lembram – e isto é assim para todos os que andam pelas classes superiores – se um dia se lembram de agremiar-se, com um fim científico ou com um pensamento de letras, é para fundar academias – dosséis, arquibancadas, discursos: *Vacuam sedem et inania arcana*... Arcadias e solenidades, de um preciosismo defunto; coisas que nascem mortas, e às quais nem os ataques obsoletos dos moços conseguem dar feição, nem movimento – mortalhas e sudários enfaixando recém-nascidos. Doutores, academias, institutos – universidades, para praticar a inércia sobre uma sociedade de irresponsáveis, e estimular à sonolência essa massa popular, que é hoje o que era há 300 anos. Necrópoles de idéias mortas, abandonadas, esquecidas, distanciadas de todos os ideais e aspirações modernas.

Destas qualidades de caráter deriva a falta de atividade social – tibieza, intermitência de entusiasmo, desfalecimentos contínuos, desânimo fácil, tendência à lamentação, facilidade na acusação, inadvertência,

⁴⁵ “O Brasil quer ter agora as universidades alemãs”; a idéia é pelo menos genial- transportar para o Brasil as universidades germânicas! E por que não transportam o Santo Império, o Dr. Fausto, a Declaração de Lutero e o Anel dos Nibelungos?!... Um pedaço de Idade Média e um pouco de teologia não fariam mal...

ausência de vontade, inconstância no querer... de que, bem justamente, somos acusados.

A atividade social é o resultado imediato da observação direta da vida. *Vida e atividade* são, num certo sentido, sinônimos; e só quem se inspira no fluxo e refluxo das sociedades, se pode entusiasmar pela vida. Quem permanece ao lado dos acontecimentos por não saber observá-los, quem é incapaz de se impressionar por eles, nunca se interessará pela corrente de sucessos, de onde resulta o progresso, nem procurará participar dele. A atividade social pressupõe uma sensação precisa – qualquer que sejam as tendências do indivíduo – uma sensação precisa das necessidades sociais; daí deriva a intuição das soluções possíveis e adequadas. A leitura, só, fora da observação, conduz apenas à contemplação, que torna o homem inativo e estéril como um monge virtuoso. Não significa isto que, aqui, os homens públicos não trabalhem. Sim, trabalham; mas o seu labor se faz como uma tarefa, quando deveria ser uma campanha, entusiástica e ardente, como o trabalho se apresenta aos que avançam convencidos do êxito – porque marcham em contato direto com os acontecimentos. Em nós outros, os esforços estão condenados, de antemão, a ser ineficazes; a atividade social é paroxística; passada a crise, vem o desânimo, e, em seguida, o desinteresse pelas coisas públicas, ou o clamor indeterminado contra os que ocupam o poder. E é natural: se todos confiam numa fórmula, e acreditam que uma conquista política ou social está obtida quando essa fórmula foi inscrita, a todos invadirá ou o desânimo ou a cólera quando sentirem que, apesar da reforma escrita, as coisas continuam como antes. Disto resulta que, dentre os progressistas sinceros da América do Sul (e da península), 3/4 estão sempre desiludidos, a blasfemar contra os princípios que apregoavam na véspera, prontos a acusar toda gente. Pensam que os males sociais se reformam pelo simples efeito das palavras escritas; decretam reformas, e deixam de lado os costumes; transigem com todas as reviviscências e tradições, e querem que as injustiças e atrasos cessem – pelo efeito mágico das leis impressas e esquecidas!... Pretendem que a vida, sempre renovada, sempre imprevista, se venha fixar, sob fórmulas tiradas de condições peculiares e épocas arcaicas. Falta-lhes essa observação das coisas, onde aprenderiam que a evolução é contínua, que vícios longamente acumulados só por um esforço longo podem ser corrigidos. Falta-lhes compreender que, à tenacidade dos hábitos defeituosos, é preciso opor uma educação igualmente tenaz e aturada.

Vontade, energia e tenacidade são qualidades que se desenvolvem pela observação direta dos fatos; é aí que se aprende o quanto são vivazes e permanentes as forças da natureza: para vencê-las é mister opor-lhes energias igualmente vivazes e permanentes. Só quem sabe ver e medir os pequenos resultados, obtidos dia a dia, por um esforço contínuo, é capaz de conceber esperanças fortes; assim se reanima a confiança e fortifica-se a tenacidade. Esses, que deste modo educam o seu espírito, não desfalecem nas alternativas da ação, nem são colhidos, nunca, de surpresa.

Efeitos devidos à tradição e à imitação

As verdades que a maioria proclama são verdades de tal modo velhas que já estão decrépitas. Ora, uma verdade velha, assim, está no ponto de se transformar em mentira. Nenhuma sociedade pode viver nutrindo-se de verdades mortas.

Henrik Ibsen

Havendo analisado longamente, desde a sua origem, certos defeitos de caráter, recebidos das metrópoles, e que representam a influência do regime parasitário sob o qual viveram as colônias, necessário se faz apontar as outras qualidades características dos povos ibéricos, e que foram igualmente transmitidas às populações filiais, da América. Antes de se fixarem nesse parasitismo pernicioso, e mesmo depois de decaídas e enxovalhadas por esse conservantismo degradante, as nacionalidades da península revelaram energias raras, mostraram possuir qualidades próprias que as destacam entre os outros povos da Europa. Foram essas energias que permitiram à Ibéria o transformar em uma nacionalidade, perfeitamente caracterizada e original, as levadas incessantes de povos e raças, tradições e costumes, idéias e sentimentos, que durante vinte séculos ali se derramaram. Foram essas energias que exaltaram aquelas nações, no século XVI; foram essas mesmas energias que as salvaram três séculos depois. Os povos da América Latina herdaram também estas qualidades, e delas devemos tratar adiante, quando houvermos de estudar os outros elementos de caráter; nas populações sul-americanas – *Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeitos do cruzamento*. Por ora, completemos o estudo das conseqüências do parasitismo.

Até aqui temos examinado os defeitos que são devidos, ao mesmo tempo, à hereditariedade e à educação; passemos a outros que derivam

exclusivamente da imitação – da sobrevivência de tradições viciosas. Depois, destacaremos os que vêm diretamente da reação que se desenvolveu, desde o primeiro momento, nas sociedades nascentes, contra o regime de espoliação e opressão das metrópoles – antagonismos, ódios, conflitos, queixumes, rebeldias, revoltas, onde se gera uma oposição essencial entre as nacionalidades que se vão formando e o elemento representativo das metrópoles – entre a nação e o Estado.

I

Um dos fatores que mais concorrem para perturbar e embaraçar o progresso político, e mesmo o progresso geral, das nações sul-americanas, é a noção que todos têm de Estado – governantes e governados. É uma noção que vem dos tempos coloniais, conservada por tradição. O caráter que reveste o Estado, a feição com que ele se mantém, é, sem contestação possível, uma sobrevivência dos costumes políticos coloniais, sistematizados pela educação e imitação, e assim perpetuados, de geração em geração de governantes, que se inspiram necessariamente nas mesmas tradições.

Dentre os diversos aparelhos e instituições sociais, não há nenhum tão resistente ao progresso, e às reformas em geral, como as máquinas governamentais. Os regimes políticos passam, transformam-se; as instituições sociais desaparecem, e outros surgem substituindo-as; mas os costumes administrativos, as tradições governamentais – o Estado propriamente dito, esse permanece o mesmo, através de todas as crises, resiste a tudo. E é natural. O Estado é o aparelho social mais cuidadosamente constituído, perfeitamente delimitado, meticulosamente regulado; nele, as funções estão exageradamente especializadas. Cada um dos seus elementos constitutivos – cada funcionário – é disposto e educado exclusivamente para um fim determinado; o seu espírito se moldou definitivamente àquele mister; entrado na máquina administrativa, uma vez afeiçoado ao seu cargo, passa a cumprir a função quase que automaticamente; daí por diante, vai ele incorporar-se aos outros nesta resistência passiva e absoluta – absoluta, porque é inconsciente e automática – a qualquer modificação. Ao mesmo tempo, o Estado é uma potência formidável, não só porque é um organismo completo e

extensíssimo, como por ser o soberano sobre os outros aparelhos sociais. Assim, é natural que as reformas e revoluções políticas não lhe modifiquem as tradições, antes sejam estas que se imponham aos novos regimes, forçando-os a adaptarem-se aos costumes antigos, inveterados. Qual a revolução capaz de alterar esses costumes?... Só um cataclismo político e social, que derribasse toda a organização governamental para substituí-la por outra, cujos elementos não tivessem, jamais, sentido a influência dos costumes anteriores – coisa impossível! Em vez disto, nós vemos que, nas crises políticas, ainda nas mais radicais, só se substituem no Estado aqueles órgãos por sua natureza transitórios, e uma ou outra peça, entre as milhares, dos aparelhos definitivos. E estes poucos são substituídos por outros cuja educação funcional é a mesma. Se se acrescentam peças novas, estas logo se afeiçoam às tradições: “*Semblables à tous ceux qui ont l'autorité, ils craignaient l'innovation...*”. O organismo cresce, a sua força aumenta; mas a orientação não se altera. “A burocracia” retrógrada, por um lado, e a expansão do poder, de outro, o mantêm na tradição.

Isto é assim no geral das sociedades: imagine-se, agora, em sociedades essencialmente conservadoras, viciadas num conservadorismo obstinado!...

O Estado é, ainda hoje, nos países da América Latina, o que era nos tempos coloniais, salvo modificações de forma, inerentes aos novos regimes políticos. Noutro lugar já ficou dito, tão sucintamente como exige a rapidez desta análise, o que era o Estado naquele tempo – uma simples máquina de perceber tributos, armada com aparelhos especiais de opressão, que lhe garantiam a posse da presa – a ventosa e os colchetes do parasita: cobrava, coagia, prendia, matava; criava privilégios, defendia-os... Além disto, o Estado formava um corpo alheio à nacionalidade, vivendo à custa da colônia, e alimentando toda a metrópole. O Estado tinha como justo, exigia que a colônia o sustentasse; mas considerava-se – como de fato o era – um organismo à parte, com interesses particulares seus, e até radicalmente opostos aos interesses das novas sociedades. Os que o representavam agiam em nome de um poder estranho, independente, dominando a nacionalidade nascente, sem outras ligações com ela a não ser a imposição da vontade absoluta e soberana do governo da metrópole. As populações naturais se iam formando, e sobre elas a Coroa espalhara a rede dos seus funcionários, para dirigi-las.

Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. As autoridades sentem que têm uma razão de existir fora da vida normal do país, pois que elas encarnam um organismo que tem existência e faculdades próprias; e fazem valer as suas prerrogativas, defendem-nas, tratam naturalmente de fortalecê-las... Apesar disto, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia.

II

Por tudo isto, o Estado era, não somente alheio às novas nacionalidades, mas até odiado: era o instrumento do mal, era o inimigo. E este caráter, em vez de atenuar-se, mais se agrava, porque, à proporção que as colônias se desenvolviam, mais importância adquiria o Estado. Ao fazer-se a independência, era bem caracterizadamente esta a sua situação, em face das nacionalidades nascentes: uma instituição à parte, dominando-as, ciosa das suas prerrogativas, e não tendo outros intuítos senão afirmar o seu poder, e tirar da nação os meios de vida. E é por isso mesmo que as sociedades coloniais se sentiam mal e reclamavam independência. No entanto, ela se fez, mas as coisas não se modificaram, quase. O peso das tradições, a força adquirida conservaram ao Estado o caráter que ele tinha. E era fatal: as colônias sul-americanas não foram colônias como o infeliz Transvaal ou Madagascar, por exemplo – isto é, nacionalidades que possuíram governos próprios, um Estado verdadeiramente nacional, representando os interesses e costumes dos naturais, e que, se um dia proclamarem de novo a sua independência, podem voltar às tradições anteriores à conquista. Não foram, também, colônias como os Estados Unidos, que se organizaram por si mesmos, e nos quais o Estado se constituiu, desde logo, qual devera ser: um simples órgão da nação, inspirado unicamente nas suas necessidades, defensor dos interesses sociais e propugnador do bem público, preparando logo para os cidadãos o máximo de atividade, competência e livre iniciativa. Fez-se ali a independência, e ele pôde continuar a ser o que era, sem nenhum prejuízo para a nação. Aqui, não: o Estado impunha-se à sociedade, existia sobre ela, em conflito com

ela, em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa. Um dia, o regime colonial chegou ao seu fim, as colônias se emanciparam – em que consistiu esta emancipação? “Nacionais” substituíram-se no poder aos representantes das metrópoles, nos cargos mais importantes: os impostos deixaram de ir para o Tesouro da Coroa de ultramar; mas o Estado, em si, permanece qual era. Decretaram-se Constituições, Constituições mais ou menos liberais; isto, porém, não teria a virtude miraculosa de transformar de pronto as tradições governamentais, reduzindo o Estado a um simples aparelho subordinado totalmente à vida geral da nação.

Noutras circunstâncias, mesmo quando o Estado surge naturalmente do seio do corpo nacional, há sempre uma tendência acentuada nos homens que ocupam o poder a exagerar-lhe as faculdades, e a considerar o aparelho governamental como um organismo à parte, do qual depende a nação.

O Estado – essa abstração – dissimula homens, de carne e osso, com todas as suas paixões e defeitos, desenvolvidos na luta pérfida e terrível que sintetiza a política; chegados por ali ao posto de autoridades, o gozo do mando os corrompe – mesmo aos ricos de virtude; e, senhores do “poder”, raros são os que descambam para o despotismo. Como esperar, então, que esses homens – os que se colocaram no governo por ocasião da independência das colônias – procedessem diversamente, e não só vencessem a tendência normal ao exagero das prerrogativas governamentais, como destruíssem, de chofre, os costumes já consagrados?... Eles não o fizeram, nem pensaram nisto: uns, porque se esforçavam justamente por conservar todos os antigos abusos, costumes, privilégios e processos propícios à exploração; outros – os bem-intencionados e radicais – porque estavam convencidos de que, para dar independência e liberdade à sua pátria, fora bastante fazer cessar o domínio formal da metrópole, e decretar Constituições liberais. Vieram as Constituições, mas não chegaram a mudar o conceito geral de Estado, porque, em verdade, elas não tiveram como efeito constituir nenhum Estado, que já estava constituído, e em função, havia mais de dois séculos.

Senão, recorramos aos fatos e vejamos como se passaram as coisas, sob o ponto de vista governamental. Em que consistiu a independência?... Numa substituição de pessoas: criou-se uma junta, aclamou-se um ditador, elegeu-se um presidente, para substituir o vice-rei, e este se foi embora levando consigo alguns retalhos de tropas e dois ou três funcionários mais

suspeitos. Assim se fez nos países em que a mudança foi mais radical. No Brasil e no México, por exemplo, não houve nem isto. Aqui, não só não houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a Coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional. Foi então quando o príncipe, lugar-tenente da metrópole, chefe do Estado-colônia, declarou nacionalizar-se brasileiro, e, em vez de “futuro rei de Portugal e do Brasil”, qual era, passou a “imperador do Brasil e futuro rei de Portugal”.⁴⁶ Expressão real do fato – um príncipe que mudou de nacionalidade; coisa fácil: o difícil é mudar de sentimentos!... O Estado, cujo chefe ele era – ele e seus ministros, continuou a sua marcha, indiferente a essas naturalizações. Tempos depois, o príncipe mostrava que não havia mudado, nem mesmo de nacionalidade; obrigaram-no a ir embora: “(...) Vou-me embora, sejam felizes na sua pátria...” foi a sua mal-humorada despedida. Partiu, e a máquina ali ficou no trilho: regência, maioridade, rei, revolução, ditadura, presidentes... várias gentes se têm sucedido nas funções, mas o ponto de vista não muda.

E como não ser assim, aqui, se em outros países onde as transformações de regime foram mais radicais, o mesmo conceito se mantém?!... Homens e fórmulas vão passando sem que a tradição se altere; contra ela nada podem as revoluções. Mudem os nomes aos cargos, suprimam estes, criem outros – que os indivíduos chamados a ocupá-los, uma vez ali, logo se acomodarão à feição clássica do Estado, e imediatamente o considerarão como uma entidade à parte, com interesses seus, obrigado, apenas, a tratar da sua própria conservação. Esta noção, errônea e perniciosa como é, não depende das leis nem do regime, e sim da educação política. Para destruí-la é preciso uma propaganda aturada, propositalmente dirigida neste sentido; é preciso muito esforço e boa vontade da parte dos governantes, para dominarem as naturais tendências a

⁴⁶ Para o novo imperador, a independência do Brasil não era mais que a sua própria independência. Por isso, reguladas as coisas aqui, tratou ele logo de obter de seu pai o que lhe parecia indispensável a posse da Coroa de cá, pagando-lhe em bom dinheiro a sessão dessa mesma Coroa, tudo muito bem e fielmente, como se estatuiu no tratado pelo qual Portugal reconheceu a independência do Império do Brasil: “O. João VI, que a si arrogou o título e os direitos de imperador, cedeu-os ao seu filho e herdeiro”. Eis o resumo do tratado.

ver no exercício da autoridade o gozo do mando; é preciso que eles saibam conter-se, e tratem de educar-se e educar todas as classes, de modo a que se convençam, uns e outros, de que o Estado só tem uma razão de ser: representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar. Essa concepção arcaica e tirânica do Estado é que justifica campanha libertária que muitos espíritos generosos prosseguem nesta hora contra ele. Houve tempo em que a função ideal do Estado era defender a nação contra os ataques exteriores, e, no interior, defender os fracos contra os fortes. Destarte o Estado devia caracterizar-se pela força; vem daí a razão por que muitos não o compreendem de outra forma. Hoje, porém, o progresso moral, estreitando os laços de solidariedade humana, vai exonerando o Estado dessa função guerreiro-policia, e lhe vai impondo uma outra: de proteger os indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de fraqueza e miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição. Na sociedade moderna, os que defendem essa instituição – o Estado – e querem que ele subsista, devem justificar a sua existência, levando-o a ocupar-se de tudo que representa o interesse geral, organizando e propagando todos esses serviços que, pela sua extensão e importância interior sobre a sociedade, se tornam indispensáveis; tudo que não tenta muito fortemente a iniciativa individual, tudo que não é imediatamente retribuidor. Assim o entendem os poucos estadistas humanos, que proclamam o Estado como “uma companhia de seguros contra todos os males que podem atingir a sociedade, no presente e no futuro”. E, por isso, a formação das novas gerações se lhes afigura como função das mais importantes – fazê-las aptas e fortes. O novo programa assim se anuncia: alargar o horizonte, crescer o valor dos indivíduos; combater tudo que os amesquinha, realçar-lhes o entendimento e o coração.

III

Quão diversa é, no entanto, a concepção que têm aqui os governantes das suas atribuições!... Nem lhes passa pela mente que seja função essencial do Estado cuidar do bem público, e promover quanto possível a felicidade das populações!... Se os governos se impressionam nos momentos de crise social ou econômica, é porque estas crises se refletem sobre o Estado, ou diminuindo-lhe as receitas ou ameaçando mesmo a permanência dos

dominantes. É para defender os seus interesses que ele intervém. “O poder é o poder”, disse um dos tonitruantes estadistas sul-americanos, e a definição traduz fielmente a noção que eles têm da investidura governamental – exercício do mando, gozo do poder. É na boca desses homens que a expressão soberania adquire toda a sua energia; declara-se abolida a soberania de direito divino, mas logo a substituem pela – soberania do povo, fórmula pomposa e excessiva, de direitos que ele nunca exerceu, e que serve unicamente para mascarar o regime de domínio que o Estado vem praticando. Ainda hoje, ele só existe, aqui, para cobrar impostos, coagir as populações, organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder... Há uns tantos serviços públicos, poucos e deficientes; mas estes mesmos oferecem, geralmente, o aspecto de serviços do Estado em particular. Ao organizar-se um destes serviços, ou extinguir-se um outro, o que se discute é o interesse privativo do Estado. Examine-se um orçamento, como o do Brasil: o cômputo geral das despesas (1903) é de – 300.000:000\$000, dos quais apenas 47.000:000\$000 são gastos em serviço de verdadeira utilidade pública. Tudo mais – 253 mil contos – representam capítulos improdutivos, despesas de magnificência ou compromissos estéreis do passado; 15%, tão-somente, das despesas do Estado vão para serviços de interesse coletivo; 85% são consumidos, de uma forma ou de outra, com os aparelhos privativos do Estado, ou com as dívidas contraídas também no seu interesse, contra os da nação.⁴⁷ O governo se divide em seis

⁴⁷ O orçamento das despesas da República do Brasil é, para o ano de 1903, de 331.000:000\$000, aproximadamente, calculando em papel os 41.399.062\$834 em ouro; mas, destes 331 mil contos, se devem deduzir 31.176.515\$740, que é a despesa com a Estrada de Ferro Central do Brasil, a qual rende 31.000:000\$000; fica, por conseguinte, uma coisa pela outra: o Estado verdadeiramente não faz nenhuma despesa com a estrada, nem ela representa um ônus proveniente de um serviço: é uma mercadoria que o Estado vende, e em cujo negócio não perde nada, não despende. Deste modo fica o orçamento reduzido, justamente, a 300 mil contos, os quais se distribuem assim:

Máquina governamental	122.000:000\$
Serviço da dívida: juros, amortizações resgates	132.300:000\$
Serviços de utilidade pública	45.700:000\$

(Veja-se o *Apêndice*)

Destes 45.700 contos de réis, representando o que o Estado despende em serviços de interesse geral, é preciso deduzir a renda que ele percebe, diretamente, destes mesmos serviços – a renda dos correios, telégrafos, matrículas nas escolas, imposto de faróis, Casa de

departamentos, e destes, somente um e meio se ocupa de serviços que se reportam ao bem público. De tudo que se faz pela quase totalidade dos ministérios, que é que o povo lucra efetivamente?... Replicarão – que todos estes aparelhos administrativos são indispensáveis, e nenhum país civilizado existe sem eles. Sim, o vício não está na existência deles, mas na desproporção entre as despesas improdutivas e as de interesse geral; o mal está em que o Estado só se ocupe de reforçar a máquina governamental propriamente dita, abandonando os capítulos que se referem à utilidade pública. A receita é, quase toda, consumida por estas quatro rubricas – dívida pública, máquina governamental, força pública, repartições fiscais. Se, ao menos, essa dívida pública representasse empréstimos contraídos para a realização de obras de interesse coletivo, melhoramentos etc... Mas não; ela compreende empréstimos que foram devorados pelo Estado⁴⁸ como renda ordinária.

É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios etc.! Despendem-se 25% dos recursos do Estado para dotar a nação dos meios de defender-se de um problemático ataque estrangeiro, ou para garanti-la no interior contra desordens, problemáticas também (e que, na

Correção, Asilo de Alienados etc., a qual orça em 14.360:000\$. Feita esta dedução na receita e na despesa, temos:

Receita	285.640.000\$
Despesa	285.640.000\$

Destes 285 mil contos apenas 31 mil se empregam em serviços de utilidade imediata – pouco mais de 10%.

⁴⁸ A história dos empréstimos no Brasil se resume no seguinte: contraiu-se o primeiro para dar a Portugal o que o primeiro imperador entendeu que devia dar ao seu futuro reino, e para fazer a conquista da Cisplatina, onde se ostentassem os talentos desse mesmo imperante: interesses do Estado contra os da nação; e, efetuado o primeiro, foi preciso contrair todos os outros, para vir pagando os juros, que naturalmente cada vez se fazem maiores. Não consta que nenhum dos nossos empréstimos tenha sido empregado noutra coisa: os internos servem para cobrir os déficits orçamentários; os externos, uma vez subscritos, lá ficam depositados em Londres, e com eles se vão pagando juros e amortizações. Para o país não entra nada.

pior das hipóteses, trariam a morte de algumas centenas de indivíduos, algumas perdas materiais, o descrédito do país e um embaraço limitado à vida econômica); e não se gasta nem um vintém para fomentar a instrução da massa popular, cuja ignorância é indiscutível, e é ao mesmo tempo a causa primeira dessas desordens, e de males certos, fatais, mais graves ainda que esses males problemáticos. Nada se tenta, nada se faz contra essa ignorância, que torna inúteis milhões de indivíduos, válidos e fortes, e que mata milhares e milhares por desconhecerem os mais rudimentares preceitos higiênicos; ignorância que faz perderem-se 75% do trabalho efetuado – devido a uma população arcaica, rotineira, que desacredita permanentemente o país apresentando-o ao mundo como um dos mais atrasados.⁴⁹ Gastam-se 73 mil contos com uma defesa material do Estado; não se despende um tostão no intuito de melhorar as sortes destas populações, que nascem infelizes, vivem sofredoras e morrem miseráveis.

Neste mesmo orçamento, observa-se um outro fato que denuncia a pouca atenção dos responsáveis pelas coisas públicas, quanto ao interesse das massas: é a desproporção enorme entre os impostos indiretos e as rendas diretas. Pode-se dizer que a receita é feita pelas contribuições indiretas. Ela é de 300 mil contos; deduzindo daí o preço dos serviços que o Estado vende ao público: estradas de ferro – fretes e arrendamentos, correios, telégrafos etc., reduz-se a receita a 285 mil contos, constituída pelos verdadeiros impostos. Pois bem, destes 285 mil contos, 255 mil são fornecidos por impostos indiretos – aduaneiros e de consumo; quer dizer, impostos que pesam tanto sobre as classes desfavorecidas, como sobre as abastadas; e como o número de pobres e desfavorecidos é muito maior, sucede que são as classes proletárias que concorrem com a maior parte das rendas públicas. Isto representa uma iniquidade, a qual, porém, não comove

⁴⁹ Haverá quem pense que, se a União não despende fortes somas com a instrução pública, nem por isso esta se vê abandonada, e que os governos dos estados concorrem eficazmente para desenvolvê-la. Ilusão; os estados que mais gastam com este serviço são: o estado de S. Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. No Distrito Federal- cidade e subúrbios – empregam-se, em instrução primária, profissional e normal. 3.500 contos; em São Paulo, todas as despesas neste capítulo orçam por 6 mil contos, e no Rio Grande do Sul não chegam a 2 mil contos. Todos os outros estados reunidos não alcançam 13 mil contos. Resultado último: no Brasil, para uma população de 18 milhões de habitantes, todas as despesas públicas – estados e União – com a instrução e coisas intelectuais andam por 28 mil contos... É a cultura da ignorância como programa.

os estadistas e financeiros, porque estes exigem as taxas e imposições, atribuindo ao Estado um papel e uma situação inteiramente idêntica àquela que lhe atribuíam os representantes da metrópole. O imposto é, ainda hoje, no Brasil, um “tributo”, a que as populações se vêem obrigadas, como os vencidos e conquistados – como os “tributários” das épocas antigas. Tal é o peso do passado. Assim o era para todos os povos; mas é por isso mesmo que, por toda a parte, já se vão substituindo os impostos indiretos pelas contribuições diretas e proporcionais. Há nisto não só uma questão de justiça, como um recurso para tornar as taxas menos odiosas. Uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário ainda não existe.

IV

Esta mesma análise se poderá aplicar aos orçamentos de quase todos os outros países sul-americanos, e ela conduzirá às mesmas conclusões.

No entanto, este fato não impressiona a nenhum político, porque não há, deles, ninguém que julgue dever – o cogitar da felicidade real das populações. Populações!... Elas existem para pagar... Tudo estaria no melhor dos mundos se o Estado não tivesse dívidas, se apresentasse um orçamento equilibrado, e fosse bastante forte para manter a ordem, isto é, impedir que os infelizes se queixem. É por isso também que, nas horas das dificuldades econômicas, quando estas atingem o Estado, os estadistas financeiros cuidam em atender, apenas, a este ou aquele sintoma – a depreciação da moeda, a baixa do câmbio etc., que interessam especialmente o Estado, e tratam de salvar-lhe os “interesses”, mesmo contra os da sociedade em geral. Adotam-se economias, por exemplo, mas elas se aplicam exclusivamente aos serviços de utilidade pública – instrução, obras públicas etc. Por quê? Porque não há político convencido de que é tão imperioso o dever de instruir o povo e estimular a produção, como o de defender a nação contra um ataque estrangeiro, e como o de ter um parlamento. Se algum, timidamente, reclama tais serviços, logo intervêm as fórmulas – “...seria o Estado providência... seria fazer o Estado

industrial...”- com que se mascara o abandono dos verdadeiros interesses e necessidades sociais.

Estas coisas se repetem sem que ninguém as tenha examinado para ver quanto são falsas e vãs. Não se trata de colocar o Estado ao lado de cada indivíduo, dando uma profissão a toda gente; mas quer-se que ele cumpra o seu dever – promovendo os meios gerais que facilitem a todos: o poder trabalhar e ser feliz. Reclama-se dos poderes públicos aquilo que é seu estrito dever, e eles respondem com as solenes “tiradas” sobre a iniciativa particular, suas miríficas virtudes, e o muito que lhe deve a civilização e o progresso das nações anglo-saxônicas. São discursos e arrazoados que não chegam a irritar, antes inspiram dó... Esperar-se, na América do Sul, dadas as condições de ignorância e atraso social – esperar-se que a iniciativa particular venha organizar serviços de ordem gera!!... Querer que os analfabetos se resolvam a criar escolas, que o operário inculto institua o ensino profissional, ou que o fazendeiro bronco, representante de dez ou doze gerações de exploradores do trabalho escravo, se decida a gastar 300 ou 400 contos, e dedique 20 ou 30 anos a ensaiar e aclimatar culturas exóticas, e a melhorar sementes, ou a formar variedades novas de plantas, e a produzir novas raças e cruzamentos!... Se os negociantes constroem os portos, e os cidadãos organizam e pagam particularmente os rondantes noturnos, e os litigantes recorrem a árbitros de convenção, e as “Santas Casas” oferecem leitos à miséria – para que Estado? Fiquem todos os encargos à iniciativa particular... Todavia, se estes, que tão prontamente descarregam sobre o particular todas as iniciativas, se voltassem para a vida real dessas mesmas nações anglo-saxônicas, veriam que, ali, o modo de encarar a iniciativa individual é bem outro. Veriam o Estado oferecendo-lhe todos os materiais e elementos para que ela se exerça eficazmente – estimulando-a, tentando-a, provocando-a.

Leiam os relatórios oficiais de Caça e Pesca dos Estados Unidos, e os do Departamento de Agricultura e Obras Públicas, e então compreenderão como é que o Estado, sem entorpecer a atividade individual, sem tyrannizar ninguém, prepara elementos eficazes de progresso. Ficarão surpresos, talvez, de aprender que os poderes públicos organizam e mantêm estações oficiais de agricultura para aclimar figos de Smirna, e melhorar sementes de trigo, formular processos de cultura universal e de “dosagem do creme de leite”. É depois que o público interessado vê uma dessas estações preparar, em menos de 10 anos, mais de 100 variedades de trigo,

cada qual mais rica, precoce e resistente, que uns e outros vêm trazendo os seus donativos para alargá-la, ou criar outras análogas. É porque os particulares vêm o estado de Nova York empregar em prédios escolares uma soma muito maior que toda a dívida do Brasil, e é porque já se pode verificar a eficácia e as vantagens da instrução popular, que os Carnegies trazem o supérfluo dos seus orçamentos, como dádivas para a criação de outras escolas e instalação de novas bibliotecas, em vez de ir enriquecer as confrarias e Santas Casas obsoletas.

Só por uma verdadeira aberração de crítica se pode invocar o exemplo das nações anglo-saxônicas para justificar a existência do Estado como um organismo dominador, tirânico, oneroso e quase inútil, sobre a sociedade. Ali, os poderes públicos garantem e protegem muita iniquidade, mas garantem também umas tantas liberdades, essenciais à personalidade humana, e ocupam-se efetiva e eficazmente do progresso e bem-estar da comunidade. Nem esses anglo-saxônicos – gentes práticas – suportariam o Estado com outro feitiço; porque, em verdade, compreende-se que, a uma sociedade possuída de grande cultura moral, seja desnecessária a existência do Estado; mas não se compreende que, existindo ele, não seja justamente para garantir os fracos e promover o bem geral. Estado impassível e inútil seria o ideal desses políticos, que, atribuindo todas as campanhas progressistas à iniciativa particular, são também os primeiros a proclamar que ela é quase nula nestas nações neolatinas. É curioso que, reconhecendo isto, eles repilam a idéia de trazer o governo a cooperar nas empresas de interesse social, e deixem tudo à atividade individual, a qual não existe quase, nem pode existir. Que iniciativa se pode esperar de populações ignorantes e paupérrimas? Que é que podem fazer 30 ou 40 criadores rotineiros, incultos, espalhados por 20 ou 30 léguas de sertão, no sentido de debelar as secas, por exemplo? Nada. Atrasados, obstinadamente tradicionais, ignorantes de tudo que se faz pelo mundo, eles vêm o gado crescer à lei da natureza, deixando que se reproduza indistintamente toda novilha que se criou, grande ou pequena, boa ou má. Quando um pasto se esgotou, transporta a manada a outro, até o dia em que vem a seca: os campos estorricam, as fontes se estancam, os regatos ficam em poeira, e, num raio de 10, 12 léguas, não há um poço onde a criação se possa desalterar – nem pastos, nem água!... Impotente, desesperado, ele vê morrer, um a um, todo o rebanho... Quando passar o flagelo, ei-lo que recomeçará a criar, se ainda lhe restar com que adquirir um ou dois casais

de bois e cabras enfezadas. Contra a seca, que poderia ele fazer? Promover a construção de barragens e açudes, semear poços artesianos, recorrer a irrigações?... Mas eles nem sabem que existem estas coisas!... São meia dúzia, numa extensão de léguas; quase não se comunicam uns com os outros. Vivem num estado absolutamente primitivo – e querem, os governantes, que eles, por um esforço próprio, por simples inspiração, diante do desastre, quando a única riqueza, representada pelos rebanhos, já desapareceu – querem que eles, nestas circunstâncias, digam de si para si: “Não, agora, quero ser um homem de progresso; vou aprender a ler e escrever; vou instruir-me, para saber como é que os outros homens combinam para achar os meios de fazer barragens e açudes, vou aprender a fazer irrigações....” Para tanto, seria preciso, pelo menos, uma revelação divina – que lhes comunicasse a existência desses recursos contra a inclemência do clima. Eis o que seria mister, desde que o Estado não se quer incumbir de ensinar-lhes o que eles não sabem, e de facilitar-lhes os meios de pôr em prática tais medidas.

V

Impregnados dessas idéias – sobre o papel do Estado, os políticos sul-americanos são conduzidos fatalmente a considerar os regimes políticos como coisas que existem e que devem existir por si mesmas, independentemente dos interesses gerais das populações. A muitos republicanos sinceros se afigura que a *República* tem razões de ser abstratas, fora da felicidade dos povos. Para eles a República – por efeito de qualquer virtude intrínseca destas quatro sílabas – basta para se justificar a si mesma. Adota-se o regime republicano para possuir-se esta coisa mirífica – *REPÚBLICA!*... Não pensam que tal regime tenha sido adotado por aquele capaz de dar ao povo a maior dose de felicidade, e que é por isso, unicamente e exclusivamente por isso, que ela deve existir. Era um Estado social melhor que se pedia, quando se pedia República. Sim, esta palavra, só ela, transportava os corações, porque em cada letra ardia um ideal: justiça, reparação, solidariedade, beleza nas almas e nas coisas. Se a sonoridade destas sílabas inflamava os entusiasmos, é porque estávamos certos de que o dia em que pudéssemos aclamá-la na praça pública, seria o dia do renascimento, e que ela traria consigo todos os progressos políticos e sociais – a eliminação de todos os abusos, liberdade e amor entre os

homens, um pouco de felicidade para os que esperam justiça e carinho desde as primeiras idades. Era isto o que se aclamava na República, e não esta, em si, que, abstrata, nada significa. E dos estadistas se exige que a façam concreta. Longe de se contentarem por haver proclamado o regime republicano, eles devem inquirir das condições sociais; indagar se as populações se sentem mais felizes, examinar e estudar as causas dos males que ainda as atormentam, para combatê-las eficazmente, para ir, a pouco e pouco, preparando essa felicidade que a República deve dar aos povos. Há 300 anos, já, que Bacon reclamava das leis: tivesse como objetivo exclusivo fazer os cidadãos felizes. Tais idéias, porém, não nos ocupam. Procedem, esses republicanos, como se a República fosse uma realidade à parte, cujo papel é o de conferir às nacionalidades uma nobreza política especial, e cuja posse, por si só, as deva contentar. Por isso eles pedem, os mais puros, às gentes: que se sacrifiquem, que se resolvam sofrer pela República – por esta coisa existente apenas no papel, e cujos princípios essenciais são diariamente transgredidos, pelos mesmos que os inscreveram em leis, e que julgam haver cumprido, assim, o seu último dever.⁵⁰

E, apesar de tudo isto, exigem que os cidadãos, em nome da República, não vejam tais coisas, e sofram silenciosos e resignados, quanto for preciso para que os homens que encarnam o Estado, e o mantêm tão oneroso, tirânico e inútil como se fora o domínio monárquico – para que esses homens se possam orgulhar do título de republicanos. É como se dissessem: “Pois vocês não têm a República; que mais querem?... Contentem-se, e arranjem-se, que o Estado nada tem que saber – se o povo é feliz ou não”. O dever do republicano seria abdicar da qualidade de cidadão, desistir de melhorar de sorte, renunciar aos seus ideais, ou, pelo menos, adiá-los para os longes das utopias inacessíveis, e transigir com a iniquidade... É por ali que se chega a aberrações como esta. Fez-se a

⁵⁰ No Brasil, por exemplo, decretou-se a separação da Igreja do Estado, plena liberdade de consciência. Para ser completa e radical, a *República* desistiu mesmo – erroneamente – de fiscalizar esse poder espiritual, que ali existe, influndo grandemente sobre as populações, empregando, geralmente, essa influência para contrariar as idéias republicanas; decretou-se a inteira neutralidade do Estado, sendo-lhe defeso até o defender-se. Depois, o próprio estadista que subscrevera o decreto, por espírito de mera cabotinagem, vai, no esplendor das suas funções presidenciais, ao som de todas as fanfarras nacionais, inclinar a sua autoridade, e ajoelhar o Estado e as forças republicanas diante dos deuses católicos, arvorados na festança com que o patriotismo de ultramar comemorou uma das suas boas descobertas...

República no Brasil, e adotou-se o regime da democracia pura, o sufrágio universal; o governo seria, apenas, um mandatário – o delegado, representando a vontade da maioria da nação. Tal é a essência do regime – um órgão governamental em nome da maioria. Não sendo assim, não concorrendo a maioria das vontades para instituir os poderes públicos, está falseado o sistema. Ao mesmo tempo, compreendendo, e compreendendo muito bem, que, hoje, o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, e que, numa democracia, todo cidadão deve conhecer os seus direitos e deveres – compreendendo isto, a Constituição republicana estabelece que “só serão eleitores os indivíduos que souberem ler e escrever”. No entanto, ocorre que, no país, apenas 10% dos cidadãos sabem ler e escrever, e vem dali que, mesmo quando as eleições fossem puríssimas, ainda assim, o regime estaria falseado – porque apenas 10% dos cidadãos iriam às urnas. Em hipótese nenhuma, seria uma República democrática, pois que o governo representa a vontade de uma minoria insignificante, e o sufrágio universal – uma burla, visto a ignorância absoluta das massas. Dado isto, qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto. Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa despreocupação, leia os relatórios dos ministros de Instrução Pública: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos de ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si; reformas, programas etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista estritamente administrativo, sob o ponto de vista dos interesses privativos do Estado.⁵¹

Qual o resultado último de tudo isto? Desapareceu a autoridade que se impunha em nome de direitos privativos, seus – direitos de essência divina; veio uma outra, em nome da vontade coletiva; mas esta vontade não existe – é o que está na consciência de todos; não existe porque a oligarquia, interesseira e céptica, já perdeu todo o pudor político, e distribui entre si os cargos e as funções, não escondendo, nem nos atos nem nas palavras, o seu desprezo pelo chamado voto popular; não existiria, ainda que as classes dominantes o quisessem, porque falta ao povo a consciência dos seus deveres e direitos, e a inteligência para usar deles. E o resultado

⁵¹ Nesta hora, não há, no mundo oficial do Brasil, quem possa dizer qual o estado da instrução popular, nem, sequer, o número de escolas.

final é uma sucessão de mentiras, quimeras apodrecidas, à lembrança das quais os ingênuos, os crentes de ontem, se lamentam e choram desilusões, enquanto os “arrivistas” os olham com o desprezo superior de quem vai alcançando alguma coisa. Lamentam-se aqueles, desfiam queixumes, esquecidos de que foram eles próprios que prepararam as desilusões – mentindo ao programa que ontem pregavam, realizando uma República que desconhece ou esqueceu o ideal que era a sua razão de ser, uma República adaptada às instituições e costumes monárquicos que pretendia eliminar, não repelindo senão aquilo que deveria afirmar, uma República onde só os reacionários se sentem bem... E permitem com isto que a acusação se formule: “A República mentiu às suas promessas”. Não: foram os homens que mentiram às suas idéias.

Reação contra o Estado-metrópole

Nenhuma negociação será atendida sem que preceda como preliminar a entrega dos chefes da revolta, ou a certeza de sua morte; ficando na inteligência que a todos é lícito atirar-lhes como a lobos.

Conde dos Arcos

Revolução de 17, Pernambuco

I

Abandonadas pelo Estado, sofredoras e infelizes, natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas. Elas vêm as coisas como estas se lhes apresentam: o Estado só existe para o mal- extorquir e tyrannizar, e o povo desconfia dele, tem-no como inimigo, quer-lhe mal; está sempre disposto a desobedecer-lhe, porque sabe que, dos atos e resoluções do poder público, lhe vêm, quase sempre, danos e opressões. E como o povo não é afeiçoado a abstrações, o Estado para ele é o governo; e é sobre este, pessoalmente qualquer que seja, que ele aplica a sua má vontade. Falta, assim, aos governos, o melhor das garantias de estabilidade e solidez – a indisposição da maioria da população contra as violências políticas e aventuras revolucionárias. Esta má vontade

do povo com o Estado é que torna possível, em grande parte, as revoltas e levantes, armados pela ambição dos caudilhos sul-americanos. Acaso, o povo não se revolta, mas, pelo menos, conserva-se indiferente às lutas tramadas pelos despeitos, rancores e apetites dos políticos, que já contam com esta indiferença. Isto já é tradição.

Voltemo-nos ainda uma vez para a história a ver como nasceu, como se formou, naturalmente e logicamente, e como vem de longe essa indisposição e ódio contra o Estado. Vem dos primeiros dias da colônia; acompanhou as suas primeiras manifestações de vida – é a reação natural do organismo parasitado contra o parasita. Quando as novas nacionalidades deram os primeiros sinais de vida, já o Estado-metrópole era esse odioso aparelho de espoliação e tirania – feroz na opressão, implacável na extorsão. Em certas partes, o estabelecimento colonial começou pela destruição completa de uma civilização, arrasando-se tudo, para apurar nas cinzas de dois impérios alguns sacos de ouro; e, logo, o sangue, as iniquidades, o furor e a crueldade dos representantes da metrópole indispuseram, para sempre, os naturais com as gentes da península, principalmente com os detentores do poder. É óbvio que, apesar de tudo, dos desgraçados indígenas nem todos morreram; alguns fugiram, e, lá na brenha onde se recolheram, foram transmitindo às gerações sucessivas o ódio, já agora instintivo, aos invasores. Ainda hoje se sente, no tom com que o selvagem fala do branco, esse horror hereditário. Outros sofreram o cativeiro, e ficaram em contato com os conquistadores, cujas crueldades ainda mais lhes acirravam os ódios. Por vezes, o índio reagiu; conhecendo o meio onde estava, sentindo-se forte por isso, não sendo um transplantado, ele se rebelava contra o opressor, contra o látego e a tarefa árdua, a que não estava habituado. Quando esta revolta era mais extensa e violenta, vinha o Estado dominá-los. A história das colônias está cheia destas lutas; elas duram enquanto o índio não é de todo eliminado, duram ainda hoje nas selvas do Chaco argentino, nas florestas alagadas do Tocantins, nos contrafortes dos Andes peruanos...

Até os princípios do presente século (19), em todos os pontos da América Ocidental onde a raça americana se achava num estado muito mais notável de progresso, a tarefa dos vice-reis foi quase que somente cuidar de conter e punir as rebeliões desesperadas, que por toda parte explodiam... É uma epopéia, e nessa epopéia há de entrar também os mestiços, em cujo

sangue se transmitia, por assim dizer, o ódio do conquistado contra o conquistador.

O indígena oprimido veio juntar-se o mísero africano, o qual, apesar de sua docilidade afetiva, houve que rebelar-se mais de uma vez, porque o martírio era de vencer todas as paciências e esgotar qualquer resignação. Nas Antilhas e no Brasil, esses levantes foram freqüentes, e mais de uma guerra se armou entre os escravos – índios e negros aliados – e senhores assistidos pelo Estado. Em outro capítulo, ao estudarmos os efeitos do parasitismo sobre a vida social das colônias, falamos longamente dessas lutas contínuas, revoltas armadas – lutas que ao mesmo tempo iam incompatibilizando uma parte da população com a outra, e com os representantes do poder, e iam desenvolvendo, em uns e em outros, os instintos belicosos, revoltas que mais estimulavam as ferozes represálias e os duros tratos das gentes da metrópole, já de si iníquas e insaciáveis.⁵²

Mesmo sem estas revoltas, mesmo sem as lutas, a incompatibilidade existiria; só os maus tratos de que eram vítimas seriam bastantes para gerar e fazer crescer na alma desses infelizes um ódio cego aos tiranizadores, e aos que os garantiam.

II

Com o desenvolvimento das novas sociedades, um outro elemento surgiu no seio delas, opondo-se ao Estado, resistindo às suas exageradas extorsões e despotismos – é o próprio colono. Certo, o que os trazia aqui era a simples ganância; mas tendo de arranjar fortuna lavrando a terra, armando

⁵² O próprio Luís do Rego, famoso na crônica pela sua dureza, obrigado a justificar-se perante a metrópole “da clemência com que procedera”, escrevia: “Os europeus, que talvez não tanto como publicaram, tinham sido maltratados pelos republicanos (os de Pernambuco – 1817), em virtude de uma natural reação, eram verdugos dos desgraçados a quem a fortuna abandonara”. Assim procediam os da metrópole contra esses pernambucanos, que, fazendo uma revolução radical, não haviam molestado nem um dos seus adversários e opressores: não derramaram uma gota de sangue os republicanos de 1817. E razão tinham eles de odiar o domínio lusitano: logo depois de haver conquistado Pernambuco aos holandeses, já os naturais dali se queixavam da “ferrenha política portuguesa que os afastava dos altos cargos e lhes negava até a patente de capitão, pelo que alguns dos heróis de então lamentavam de não ter logo proclamado a independência”, comenta um biógrafo.

propriedades agrícolas ou mesmo minerais, esses adventícios se prendiam muitas vezes à terra. Um grande número aqui se deixava ficar, e, na segunda ou terceira geração, eram americanos; alguns se misturavam mesmo às outras raças, fundiam-se totalmente nas populações novas que se iam formando. Esse colono que aqui se ficou, a explorar a terra – ou diretamente, o que era raríssimo, ou parasitando sobre o trabalho do escravo – esse colono foi por sua vez ferozmente explorado pelo Estado. Em verdade, era ele quem pagava tudo, porque era ele, pelo braço do escravo, quem produzia. À custa da sua riqueza viviam todas as classes de intermediários, privilegiados, funcionários e mais gentes parasitas daqui, e a quase totalidade da metrópole. Naturalmente esta exploração provocava queixumes, clamores e raivas, e até levantes. Os primeiros sinais de vida nas sociedades americanas foram protestos e revoltas contra o Estado, opressor e voraz. Aos protestos e queixas freqüentes, as autoridades eram sempre surdas, e dobravam até de dureza;⁵³ vinha a rebelião, como o recurso único.

Contam-se centenas dessas revoltas contra as autoridades da metrópole, e revoluções bem terríveis. E já não era só contra o “poder” que os espoliados se rebelavam – era também contra os conluíus de intermediários, privilegiados, aventureiros e exploradores, que a metrópole para aqui despejava, e aqui manutinha, e cujos interesses se confundiam com os do Estado. A guerra dos Mascates, em Pernambuco,⁵⁴ a dos Emboabas, em S. Paulo, a revolução dirigida pelo mestiço Condoranki no Peru, são episódios típicos desses conflitos freqüentes: “(...) E foi assim que se gerou entre os povos das colônias e os das metrópoles essa rivalidade, que em breve se converteu em profunda aversão...” Quando a luta se desencadeava, o Estado intervinha, defendendo sempre os exploradores; mas, por vezes, o desespero dos oprimidos era tal, o seu protesto tão vigoroso, a iniquidade tão grande, que o governo, receoso de ver propagar-se a rebelião, na impossibilidade de manter certos abusos exagerados, cedia. Deste modo, as revoltas adquiriam esse caráter de utilidade prática, que as fazia repetirem-se amiudadamente. Elas não eram, apenas, um desafio, um

gesto de desespero; não, diante das primeiras concessões da metrópole, tornavam-se indispensáveis – impunham-se. Era o único recurso de que as populações oprimidas dispunham para obter, do Estado absoluto e vexatório, um pouco de justiça, a supressão de uma tirania ou extorsão. No Brasil, por exemplo, além dos pequenos levantes, nós vemos a revolta de Beckmann, contra o privilégio iníquo da Companhia das Índias; o governo da metrópole vence, executa os cabeças, que a torpeza e a traição lhe entregam; mas cede – o estanco é abolido, o privilégio é reduzido. Em Minas, os revoltosos de Felício dos Santos, vítimas da perfídia e ignóbil deslealdade do conde de Assumar, são sacrificados; mas a extorsão se atenua. Depois, é a “Conjuração”, para a independência (1797), a qual ia vencer – porque a população está irritada, indisposta contra os representantes do reino, a quem não há quintos que bastem e saciem. Venceria, talvez, a República projetada, sem a traição que entregou à justiça canibal d’el-rei os chefes do movimento; enforcam, esquartejam, salgam; espalham-se pelos quatro cantos da sonhada república mineira as carnes do justicado, dilaceradas e poluídas... mas o Estado cede; perdoam-se os quintos, é abolido o estanco do sal. Cede, porque o que se exigia era efetivamente demasiado, ia além das forças dos parasitados. No entanto, o único meio que eles tinham para fazer sentir que a espoliação tinha chegado ao limite extremo era a revolta. E a este meio os oprimidos recorriam sempre que era preciso; há levantes por toda parte: aqui, um vice-rei ou um governador geral – um de la Gasca ou um Caiete – engrossa com tiranias e extorsões novas o regime duríssimo do Estado, as gentes se agitam, multiplicam os conflitos, tornam o seu governo impossível; ali, um capitão ou um sargento-mor se faz insuportável pelas exações e ferocidades, matam-no, ou obrigam-no a fugir; acolá, um juiz distribui iniquidades a preço certo, ou ao mando dos chefes, atam-no sobre uma vaca e soltam-na fora da comarca... O levante é o remédio usual, e único eficaz.

III

Assim, dois males, dois vícios profundos se insinuam na educação política das novas sociedades: a tendência às lutas armadas, a fúria belicosa, o amor às revoluções violentas; e o conseqüente desrespeito à ordem legal (vontade absoluta da coroa, mas, em todo caso, autoridade legal), a desconfiança e a má vontade contra o Estado. Não é difícil imaginar a vida

⁵³ “Alguns, como o conde de Assumar, não admitiam, sequer, o direito de queixa; fora preciso forçá-lo a ouvir uma reclamação das populações exauridas e sublevadas”.

⁵⁴ O caso dos *Mascates* terminou por anistia, e uma espécie de satisfação aos brasileiros, se bem que, depois, lhes fossem agravadas as condições de vida.

política que irão viver tais sociedades, habituadas e afeitas às lutas armadas, sociedades que surgiram e se desenvolveram a batalhar, agitadas em guerras contínuas: invasores e indígenas, escravos e “senhores”, colonos e metrópole, colonos entre si, piratas e colonos, aventureiros uns com os outros... Expandiram-se os instintos agressivos, veio o gosto pelas aventuras belicosas, a guerra entrou nos costumes; a revolta contra a autoridade pública é o processo normal de reclamar justiça; não há respeito pela ordem pública; o Estado é odiado, por tradição, ele é o inimigo natural das populações. Estas, vigorosas e ignorantes, já vivem melhor entre as desordens, porque podem desenvolver ali as suas energias e atividades, que a ignorância, a falta de educação do trabalho, e a prática da escravidão não deixam desenvolver de outra forma.

Eis, em síntese, as relações do povo com o Estado: pagar tributos, ser oprimido, desrespeitá-lo, revoltar-se quando as iniquidades eram excessivas. Educadas neste regime, as sociedades americanas não se podiam transformar, de um dia para outro, em modelos de ordem e de liberdade política, principalmente porque as causas das desordens subsistiam em grande parte; os motivos de prevenção e má vontade contra o Estado não desapareceram, como não desapareceu o desamor pelas coisas públicas.

Este desamor está nas tradições dos povos sul-americanos.

Em tempos, os negócios do Estado obedeciam exclusivamente à vontade do príncipe e das suas gentes – era o regime do: pague e não discuta; e o povo só discutia para dizer, com os clavinotes e as foices, que já não podia mais. Não lhe davam ocasião, nem direito, nem estímulos para vir interessar-se pelo Estado; davam-lhe motivos, apenas, para odiá-lo. Para que, feita a independência, se dissipasse esse ódio e má vontade seria preciso que os poderes públicos passassem a ser um modelo, um ideal de justiça e proteção, ocupando-se efetivamente da felicidade e do bem geral. E, ainda assim, fora preciso esperar que passassem algumas gerações, que se esquecessem as tradições; fora mister fixar um programa inteligente, inspirado nas necessidades reais das novas nacionalidades, e executá-lo pacientemente, amorosamente, de modo a ir dissipando, a pouco e pouco, essa desconfiança e desamor contra o Estado, já instintivos nas populações.

Infelizmente, porém, tal não tem sido a obra política das classes dirigentes; e, hoje, o Estado é, em essência, o que era no tempo colonial,

não só porque as leis e reformas atuais são conduzidas, em geral, com a preocupação exclusiva dos interesses do Estado, sem cogitar das necessidades efetivas da população, como também porque essas mesmas reformas que poderiam produzir um benefício real – mesmo estas, ficam na letra dos decretos, não chegam a ter aplicação. Por exemplo: a Constituição republicana do Brasil aboliu, literalmente, “os monopólios funerários... secularizou os cemitérios...”; no entanto, eles ali estão, absolutamente como antes, com todos os seus privilégios renovados e assegurados por aqueles mesmos que fizeram a República e a respectiva Constituição. Com o conservantismo essencial de tais políticos, já é um pouco difícil aclimatar as palavras – secularização dos serviços fúnebres, abolição de monopólios a particulares, Estado leigo... – e é quase impossível realizar o que elas significam, mesmo quando inscritas em lei.

Remanescentes da metrópole

...O miseri, quae tanta insânia, cives? Creditis avectos hostes? Aut ulla putatis Dona carere dolis Danaum?...

Virgílio

I

Há um adendo preliminar a fazer ao estudo dos “Elementos essenciais do caráter” das sociedades sul-americanas, adendo que será, ao mesmo tempo, um complemento à seção dos “Efeitos especiais do parasitismo” sobre as colônias.

Este adendo se reporta à influência e ação desses elementos – demolhes o nome de Resíduos ou Remanescentes, qualquer deles dá idéia, mas nenhum é completo, para traduzir bem a importância do fator – desses elementos que, na ocasião da independência das nações sul-americanas, representavam, direta ou indiretamente, os interesses parasitários da metrópole. Este capítulo complementar é indispensável, porque o papel desses remanescentes foi decisivo na política que presidiu à formação das novas nacionalidades, e porque a sua influência se mantém até hoje, e se reflete bem acentuadamente sobre o caráter geral das sociedades neolatinas.

Durante o período colonial todo, devido ao sistema de colonização adotado, houve uma corrente contínua de aventureiros, intermediários, representantes de privilégios, funcionários etc., que vinham à colônia fazer fortuna, à margem do parasitismo do Estado. Ao lado do colono, mais ou menos radicado à terra, e pessoalmente interessado pela sorte das novas nacionalidades, embora em oposição com o progresso e a liberdade, pois que vivia parasitariamente sobre o trabalho escravo – ao lado dele e dos seus descendentes, havia uma grande população de gentes que representavam imediatamente a metrópole, ou que, pelo menos, não poderiam satisfazer os seus apetites e obter o que desejavam, senão garantidos pelas práticas e costumes implantados por ela. Era a colônia quem dava a fortuna; ali haviam eles estabelecido abarracamentos, e é bem ver que não se podiam retirar de um momento para outro; ninguém compreende mesmo que o fizessem. Esse elemento era o colchete e a ventosa, ou, mais propriamente – era o dente do IXODE, com que a metrópole se agarrava e sugava as novas nacionalidades. Desta sorte, ao primeiro movimento das colônias para se desembaraçarem do parasita, este elemento reagiu: o “dente do carrapato” resistiu. Apesar disto, a independência se fez porque, de fracas, as nações ibéricas já não podiam manter fortemente as presas. Quando estas se agitaram mais fortemente, o ACARINO despegou-se; mas o dente ficou no organismo das novas nacionalidades, ficou fazendo mal, provocando comichões e irritação, tanto mais forte quanto ele não era um corpo inerte, à guisa do quelícero sagitado do ixode, mas um aparelho vivo, como o *Sarcopsylla penetrans*, que incha e engorda sob as unhas incautas.

A imagem aqui empregada não trai nenhum pensamento malévolo contra essas populações e grupos, filiados diretamente às antigas metrópoles, e que influíram de modo tão decisivo nos sucessos da independência e nas lutas políticas ulteriores. Não; ela traduz, apenas, o desejo de exprimir de forma concreta a importância de fatos históricos, que ninguém tem interesse em negar, nem o pode fazer. A eles se devem grande parte dos males que têm atormentado a evolução política destas nações; mas ninguém pode ser pessoalmente incriminado – foi uma *fatalidade histórica*...

II

Era contra esse elemento refratário que as populações naturais se rebelavam muitas vezes, e nós o vimos em outras páginas como essas contínuas rebeliões influíram no caráter destas coletividades, desenvolvendo-se os instintos guerreiros, predispondo-as contra a ordem legal e levando-as a recorrer à violência para a conquista da justiça e da liberdade. Foi contra estas gentes remanescentes que as novas nacionalidades tiveram que lutar na hora da emancipação política. Não será preciso dizer quais as condições de fraqueza e decadência em que estavam as nações ibéricas, quando as colônias se levantaram declarando-se independentes. Foi, mesmo, esse estado de absoluto abatimento que animou as colônias. A Espanha quase não existia como nação: o governo nacional deposto pelo estrangeiro, e as populações, irredutíveis, levadas apenas por esse sentimento de hombridade patriótica que é da essência do caráter ibérico – as populações, lutando desorganizadamente, numa resistência selvática, contra o governo imposto por Bonaparte. Tal foi a ocasião em que se declarou o movimento separatista. Tão generalizado foi ele, e tão extensos os domínios coloniais, que a metrópole não teria resistido um só momento, e a independência teria sido imediata, se as colônias espanholas fossem, como as inglesas, sociedades homogêneas, possuídas dos mesmos sentimentos e aspirações, se não existisse aqui, na América Latina, uma população que representava diretamente os interesses parasitas.

Era bem uma parte da metrópole plantada na colônia. E foi essa parte, essa população, quem reagiu logo, ao primeiro gesto de independência; foi ela quem surgiu, desde o primeiro momento, dando à luta contra a metrópole o caráter de uma luta civil – uma parte da população contra a outra. Para sermos fiéis à história, devemos dizer, mesmo, que esta luta não chegou a ser um sucesso novo, ocasional, uma luta que nascesse no momento. Não; ela foi simplesmente a agravação de um conflito que vinha dos primeiros dias da colônia. Quando a metrópole abateu, definitivamente, um dos combatentes – os oprimidos – julgou propício o momento para libertar-se de uma vez; mas o outro – as classes interessadas pela conservação do regime do parasitismo – estas reagiram fortes, tanto mais fortes quanto estavam armadas de todos os meios, senhoras de todas as posições favoráveis. As primeiras veleidades de independência, em 1808, foram de pronto abafadas, com os recursos próprios dos refratários e realistas das colônias, antes mesmo de chegar qualquer auxílio de ultramar.

Era tal a importância e a força desses refratários, que parte das populações naturais “ainda vacilava entre a Espanha, que se devia dentro em pouco restaurar, e a independência...” E é natural: esses refratários, como todos os bons conservadores, eram implacáveis e ferozes na repressão das reivindicações: “Aos fuzilados, por ordem de Gómez e Zuasola (Aragua – 1813), chegaram a cortar as orelhas e a remetê-las a negociantes espanhóis de Cumana; esses negociantes (são os remanescentes) as pregavam às portas como troféus....”⁵⁵. Demais, a massa popular estava tão embrutecida – efeitos da adaptação ao regime de parasitado, tão ignorante, que não podia, sequer, compreender as vantagens da emancipação política: “(...) Em luta com o fanatismo do povo habilmente explorado pelos realistas, os revolucionários começavam a quebrantar-se...” Todavia, os realistas não estavam satisfeitos, queriam depurar mais. Em 1816, Murillo, lugar-tenente da metrópole em Nova Granada, dizia que havia de “expurgá-la de doutores letrados, que são sempre os promotores das rebeliões”. A Espanha cultivara sempre com esmero a ignorância do povo; houve tempo em que se proibiu a criação de escolas, e o ensinar a ler aos indígenas e crioulos, e a própria venda de livros. Graças a esse estado de espírito e aos instintos de guerra desenvolvidíssimos, os realistas conseguiram, até, organizar guerrilhas com as próprias populações americanas para combater os patriotas da independência: “Quadrilhas numerosas se formaram no interior dos sertões, tendo à sua frente chefes de uma temeridade e fereza inconcebíveis (...) A maior parte de tais quadrilhas, por fim, não tinha outra causa que não fosse o prazer das aventuras e as alegrias do salteio e da pilhagem... “Não admira”, pois, que se vissem batalhões inteiros de americanos – ou filiados diretamente ao parasitismo, ou guerrilheiros de profissão – ao lado dos realistas, espingardeando os independentes; não admira que a jovem heroína Salavarrieta, fuzilada em 1817, em Bagotá, tenha tido ensejo de lançar aos seus executores esta dolorosa apóstrofe: “*Americanos vis!*” *Volvi vossas armas contra os inimigos da pátria!...*”

A população se cindiu, e de todos se exigia que tomassem posição de um lado ou do outro. Grupos inteiros de colonos aceitavam francamente o partido da pátria de origem, contra a pátria da adoção. “Espanhóis e canários (colonos das Canárias – os quais se alistavam todos entre os reacionários), contai com a morte se não trabalhais ativamente em favor da

liberdade da América. Americanos, contai com a vida, mesmo quando fordes culpados!”, dizia Bolívar numa das suas proclamações. Por sua vez, os reacionários “não pouparam nem os mais indiferentes...”. Os fuzilamentos eram feitos em massa. Quando uma cidade ou um distrito era conquistado por um dos partidos, a população de política contrária exilava-se ou era trucidada. “(...) Em, 1815, a capitania de Caracas foi reconquistada pelos realistas; houve um êxodo geral: a população apavorada abandona os seus lares; e procura escapar à sanguinária neurose de Morales; os revolucionários, e com eles todos os homens pacíficos da Venezuela, refugiaram-se em Nova Granada...”. Assim se explica perfeitamente que, sem receber auxílios da metrópole, pudessem os governadores reunir, com os elementos das colônias, exércitos numerosos – milhares e milhares de homens, e aguerridos.

Por toda parte, o elemento refratário começa repelindo a revolução; por toda parte ele reage com o mesmo vigor, e a luta se caracteriza como uma guerra civil. Rompe o movimento em Buenos Aires, mas encontra violenta oposição de uma parte das populações do Paraguai, e sobretudo de Montevideú, cujo “governador contava com o apoio da população...” Não toda; uma porção se acerca de Artigas, republicano e patriota, e sitia o governador na capital. Por sua vez, os realistas bloqueiam Buenos Aires. Do Prata, a revolução ascende até o Chile e o Alto Peru. Aqui, voluntários americanos realistas, dirigidos, ora por Goyeneche e Tristão, ora pelo brigadeiro espanhol Pezuela, derrotam definitivamente os independentes: “(...) A contra-revolução se acende; Belgrado é batido, até que é forçado a retirar-se, ficando a província em poder dos realistas”. No Chile – onde alguns anos antes uma primeira tentativa de independência, por parte de Rodríguez e dos irmãos Carrera, havia sido prontamente dominada – os independentes, auxiliados agora pelos argentinos, conseguem vencer. Isto faz que uma grande parte dos conservadores desistam de conservar o regime colonial, e se juntem ao independentes, para reduzir a revolução e as reformas políticas ao mínimo e buscando conservar, assim, quanto seja possível dos seus privilégios e regalias. Todavia, nem todos se decidiram por esta política de sabedoria e experiência; calaram-se enquanto a revolução esteve vitoriosa, no momento, porém, em que os realistas do Peru, ao mando de Ordofiez, derrotaram as forças de O’Higgins e San Martín, “no meio da consternação geral, o espírito reacionário quis logo manifestar-se; mas um homem apareceu... o Dr. Manuel Rodríguez, que já

⁵⁵ Rocha Pombo, José Francisco da, *História da América*, p.200.

havia levantado o grito de independência... reuniu num instante um bom grupo de patriotas organizando um batalhão, que se chamou o Batalhão da morte...” Tomemos nota deste nome de Rodríguez; vê-lo-emos dentro em pouco – ele e os seus companheiros, os Carrera – em luta com esses conservadores que se incluíram entre os independentes, opondo-se-lhes ao reacionarismo disfarçado, até que as suas reivindicações de justiça e liberdade são finalmente abafadas, e eles sacrificados... Mas não antecipemos. Ali mesmo no Chile, os refratários, derrotados pelos patriotas de Rodríguez em batalha campal, armam guerrilhas: “Abre-se neste momento um período de guerrilhas que trouxeram por muito tempo continuamente inquietos os patriotas chilenos”. Depois, com o auxílio dos realistas do Alto Peru, organiza-se um exército de 25 mil homens, ao passo que os independentes, mesmo juntos aos argentinos, “não excediam a 4.500”. No Peru, era análoga a situação, e dava-se até este fato, que seria inexplicável se a guerra fosse efetivamente – de metrópole à colônia, se não fosse, em verdade, uma luta civil: é que os elementos de resistência à independência eram mais fortes no interior que na zona da costa, onde, precisamente, eles deveriam ser mais numerosos, se se compusessem dos reforços enviados pela metrópole: “Em Lima, a agitação do espírito público era enorme; o exército realista crescia no interior...”

Dentro das cidades já ocupadas pelos independentes formam-se sedições (Calláo) “e as entrega aos realistas...”

III

A resistência se organiza por toda parte, e os patriotas americanos teriam que lutar mais longamente ainda do que lutaram, se a maioria dos refratários não abandonasse a partida. Isto é: eles não a abandonaram, mudaram de tática. No primeiro momento, foi a resistência ativa e violenta à revolução e à independência, foi o movimento de repulsa – a reação fatal, instintiva, dos conservadores a todo progresso. É sempre assim. Depois, se compreendem que a idéia se impõe, e não há meio de evitar a revolução, transigem... não que se acomodem ao programa da reforma, mas acomodando esse programa aos seus interesses e sentimentos, deles. Agora, aceitam a revolução, adotam-na e intervêm na sua orientação; e o programa, necessariamente, já não é o mesmo – a consagração dos puros princípios em

nome dos quais a revolução se fizera, e sim uma espécie de média entre o ideal apregoado e os abusos que se pretenderam eliminar. A primeira fase fora de repulsa; esta segunda é de – deturpação da Revolução. É assim, já deturpada, e manipulada pelos conservadores e reacionários, que a obra é levada a efeito. No correr destas páginas, adiante, nós vamos ver como, uma vez entrados para os revolucionários, esses conservadores acabam escamoteando completamente a revolução: é a fase da escamoteação. Um pouco mais, e eles sabem achar na reforma o meio de se garantirem melhor – a si e aos seus privilégios.

Esses remanescentes e realistas, se defendiam o regime colonial, é porque a este regime estavam ligados os privilégios, as posições que desfrutavam; eis a razão por que, ao primeiro gesto de independência, acudiram todos a combatê-la; era natural, como foi natural também que vencessem, porque dispunham de todos os recursos. Mas não chegaram a gozar em paz da vitória; a metrópole já estava tão enfraquecida que não podia secundar-lhes os esforços, e sufocar definitivamente a revolução. Além disto, os independentes, afeitos à guerra, estimulados pela virtude quase mágica, para povos latinos, dessa palavra liberdade, não cediam, e a luta se prolongava. Fora impossível, não obstante o valor do elemento reacionário, fazer voltar a colônia à situação anterior, e eles – os realistas – não tardaram em reconhecer esta verdade; refletiram no caso, viram que os seus interesses – por serem interesses materiais – eram os mais prejudicados com a continuação da luta, e, uns após outros, foram abandonando a metrópole à sua sorte: quando viram o navio afundando-se, salvaram-se com o que puderam. Entraram então a transigir com os rebeldes, ou melhor, “a transigir com as formas”.

Assim, repassando-se os fatos e a história da independência nas colônias latinas da América, se vê que ela se divide bem em dois períodos: 1) *resistência* violenta dos refratários à idéia emancipadora; 2) *transigência* dos mesmos, sua adesão aos movimentos. Em nenhum país estas duas fases se acusam melhor do que no Brasil. Em 1789-92 esquarteja-se a *Conjuração Mineira*; em 1817, os independentes de Pernambuco são combatidos, vencidos e executados implacavelmente; em 1822, a independência é proclamada pelo próprio “futuro rei de Portugal”. É característico.

Tudo concorria para que essa transigência se fizesse: a situação insustentável da metrópole, abatida, desmoralizada; a natureza dos motivos que animavam os refratários, preocupados, apenas, com os próprios interesses; o prejuízo que a luta trazia a esses interesses; a tenacidade dos revolucionários, que se renovavam incessantemente, graças às tendências guerreiras das populações; e o efeito dessa luta prolongada sobre os próprios revolucionários, que já receavam, talvez, o não conseguirem jamais a independência, e que, finalmente, a aceitariam em quaisquer condições. Destarte, por que não entrariam os refratários no movimento separatista?... Seria preciso que os patriotas da independência sul-americana não possuísem essas mesmas qualidades de caráter, essenciais no comum dos políticos e estadistas da América Latina, mesmo os mais adiantados e radicais: 1) um conservantismo instintivo, inconsciente talvez, mas que lhes fez aceitar sem repugnância, e até com prazer, o concurso dos retardatários, procurando mesmo com empenho captar-lhes o apoio e boa vontade;⁵⁶ 2) a tendência a contentarem-se, no que respeita a conquistas políticas, com as fórmulas vãs e com as reformas escritas. É por isso que, para a generalidade dos patriotas emancipadores, o essencial era o poder-se dizer que a separação estava “feita” – que o país era independente. A emancipação estava feita, completa e acabada, no momento justo em que o governo da antiga metrópole assinasse o tratado reconhecendo a independência. Compreende-se, pois, que todos eles admitissem prontamente o acordo com os antigos adversários; a corrente geral da opinião os levava para aí. Só quem não viveu em tempos de guerra civil, não conhece o poder irresistível, o prestígio incontrastável destas palavras: pacificação, esquecimento de ódios, restabelecimento da ordem... coisas estimabilíssimas e santas, não há

⁵⁶ Um exemplo característico dessa preocupação em adquirir o concurso ou, pelo menos, a aquiescência dos refratários, nós o temos no proceder – tanta vez louvado – de Belgrano, chefe militar da revolução platina. Num certo momento, ele é vencido pelos coronéis realistas Yegros e Cabanas; então, “pede-lhes uma conferência, e com uma lógica irresistível fala-lhes da obra que se levanta em toda a América, e desperta no ânimo daqueles dois caudilhos que acabavam de vencê-lo a idéia da independência”. Calcula-se o que poderia ser essa *independência*, tão prontamente aceita pelos realistas de ontem... “O vencido havia conquistado seus vencedores, diz um historiador tão ingênuo como o próprio Belgrano; e retira-se radioso: a derrota do general desaparecia ante o triunfo do patriota; o generoso soldado da revolução levava consigo uma consolação suprema: ele tinha lançado sementes que iam em breve produzir seus frutos”. Pois não! Deliciosos frutos! Ainda hoje sentimo-lhes o sabor...

dúvida, mas sob as quais se insinua muita maquinação e perfídia... E o acordo, a transigência era tanto mais fácil de fazer-se, quanto, na forma verbal dos programas, não havia antagonismos absolutos: os refratários pediam, apenas, que lhes reconhecessem e respeitassem os direitos, e que os deixassem viver em paz (com os seus privilégios – os tais direitos); os rebeldes queriam tão somente a independência... Seria, mesmo, estranho que o acordo não fosse aceito.

Esse acordo teria talvez despertado desconfianças, se eles – os irreduzíveis de ontem – viessem hoje propor uma transação, e desdizer-se de tudo quanto haviam feito. Isto não se deu, porque, todos o sabem, não é assim que estas transigências se fazem. Nas páginas de uma ligeira exposição, o método e a clareza exigem que os fatos e os aspectos sejam discriminados de um modo sintético: a crise da independência dividida em dois períodos – resistência dos refratários, e transigência dos mesmos; e as gentes ativas das colônias separadas em dois partidos – realistas (refratários, reacionários, remanescentes...) e revolucionários (republicanos, independentes...). Mas, na realidade, os sucessos não se apresentam com esta limitação perfeita, nem as facções militantes assim nitidamente separadas, e simplesmente dispostas em dois partidos. São grupos diversos, cujos extremos se confundem na gradação insensível das nuances. Há os radicais – que têm a impressão viva dos males devidos ao regime colonial, e querem que se refaça todo o organismo político e civil; os adiantados, intransigentes na forma, mas corda tos, reconhecem – que toda reforma tem a sua hora; os liberais, que reclamam, sobretudo, a liberdade (e como há várias liberdades, eles podem estar de acordo com muita gente), liberais nos quais é difícil avaliar bem a dose de candura e a de velhacaria; os moderados, ora pacíficos, ora cautelosos ou neutros, segundo as necessidades do momento; os conservadores, oscilando entre os moderados e os reacionários dissimulados; os reacionários francos; os irreduzíveis. É fato constante, em todas as revoluções onde a luta se prolonga, que o empenho dos revolucionários em não se mostrarem tirânicos, e o desaparecimento, na luta, dos mais exaltados e intransigentes, acabam, geralmente, colocando a sorte da contenda nas mãos desses moderados, neutros e conservadores. Estas gentes, por isso mesmo que são moderadas e pacíficas, não entram na peleja, não são consumidas pela luta, e, no momento propício, aparecem, fortes pelo anquilamento dos outros, oferecendo-se “para resolver a questão por um meio-termo” – uma dessas

soluções equívocas que não satisfazem a nenhum dos grupos extremados, mas das quais os moderados e conservadores sabem servir-se superiormente, para garantir os seus interesses e manter as coisas na mesma situação.

No caso do conflito pela independência, a solução estava achada, por si mesma, pois, como sabemos, não havia antagonismos aparentes entre o que uns e outros queriam; tanto assim que os próprios representantes diretos da metrópole não se negaram a transigir. Em Nova Granada, Murillo, esse mesmo que em 1816 varria das terras do seu governo todos os doutores e letrados – “porque são eles geralmente os promotores de rebeliões”, quatro anos depois, quando várias derrotas o fazem duvidar do êxito da campanha, veio propor a Bolívar uma semi-independência. O esforçado pelejador não aceitou a oferta, mas a transigência produziu os seus efeitos: “Não obstante a resolução, combinou-se que dali em diante não se fuzilariam mais os prisioneiros de guerra; foi declarado um armistício, passando Murillo o governo de Caracas ao general ia Torre”. Em alguns casos, o movimento já começa por uma tentativa de escamoteação da independência; outros não são os intuits da primeira junta que se forma em Buenos Aires. Ela é constituída de conservadores, que, iniciando o movimento separatista, não só tiram aos radicais o pretexto para uma intervenção mais enérgica, como se tornam os senhores e inspiradores da política, e limitam as reformas como entendem. Não admira, pois, que Belgrano, um dos próceres da emancipação no Prata, conseguisse tão facilmente convencer os chefes realistas como Yegros, Cabanas e Villasco, que ontem o combatiam e, agora, aderem ao movimento. Aderiram de fato, e, dias depois, são os chefes dos novos governos que se formam. Vem daí a razão das discórdias e dissensões que se manifestam logo entre os republicanos platinos.

O Chile, cuja emancipação é uma extensão da revolução do Prata, apresenta os mesmos aspectos políticos – a repulsa e a transigência consecutiva. Sucedeu, porém, que, fortemente atacados, os realistas verificaram desde cedo a ineficácia da resistência, e a grande maioria deles se decidiu logo pela revolução. Eis a razão por que será preciso repetir aqui, ao tratar da fase de transigência, os fatos já referidos a propósito da resistência. Vamos à história. Sem contar com as tentativas frustradas, o primeiro governo independente que se forma é a junta presidida por Martínez Rosas, que, para alarmar os bons realistas, assegurava: só mantinha o governo para entregá-lo depois ao rei legítimo da Espanha,

quando o destino o levasse de novo ao trono, e “limitava-se a governar como quem tinha a convicção de que ia acautelando os altos interesses da mãe-pátria (...) sem cometer excessos, mas dando provas sobretudo de uma nobre moderação, sempre tão difícil (mas prodigiosamente proveitosa) em momentos anormais. Semelhante política foi desgostando o partido radical”. Este queria uma independência menos condicional, e “(...) desconfiando da dubiedade que via na conduta dos moderados, diz o mesmo historiógrafo, prepara então um movimento no sentido de dar um golpe decisivo. O chefe do novo governo é Carrera, que representa, deveras, o pensamento republicano naquelas paragens; e ei-lo que inicia uma política francamente republicana. Isto deu como resultado uma animadversão, que logo degenerou em luta aberta contra os radicais por parte dos moderados”. E estes, aproveitando a primeira oportunidade – o fato de ter sido Carrera derrotado pelos realistas do Peru – destituem-no, põem em seu lugar o conservador O’Higgins, o qual, entre vitórias e derrotas, celebra “um acordo com o vice- rei do Peru, reconhecendo a soberania da Espanha, que por sua vez reconhecia o governo formado no Chile”. Os independentes chilenos, porém, não aceitaram o convênio, depuseram o governo e organizaram um outro, assumindo o poder o general José Miguel Carrera. O’Higgins acudira rápido para combater o novo governo e restabelecer o deposto; nisto, surgem os realistas do Peru, que vêm desdizer-se do acordo feito, e intimar a uns e outros – O’Higgins e Carrera – que se submetam à discrição. Dá-se o combate, e são vencidos os independentes, que emigram para a Argentina. Lá encontra-se O’Higgins com o conservador San Martín; concentram-se os dois para vir reconquistar o Chile, e, agora, voltam-se eles para os radicais, a fim de aproveitá-los no que lhes convém aproveitar: envia-se antecipadamente Rodríguez – republicano ardente e também emigrado – ao Chile, a fim de semear a rebelião e inflamar os ânimos. Atrás, vêm os dois, assistidos por todos os republicanos ingênuos. Os realistas irredutíveis são vencidos, e San Martín, aclamado chefe supremo do governo, “declina modestamente da honra, e O’Higgins é investido da autoridade suprema”. Mas a vitória não é definitiva; os espanhóis do Peru voltam à carga, e San Martín e O’Higgins são desbaratados com todas as suas forças. Um homem surgiu e salvou a revolução – Rodríguez, organizando “num instante” o Batalhão da morte, com o qual deteve os realistas vitoriosos, até que o exército chileno se reorganizasse. Daí por diante, a fortuna dos independentes se acentua, e não declina mais; com isto, voltam a ter a primeira posição os conservadores prestigiados por San

Martín. Faz-se assim a independência, e o governo vem cair nas mãos de O'Higgins, o mesmo que, três anos antes, “reconhecia a soberania da Espanha”. No poder, ele “não se mostrou preocupado com a organização constitucional da República; e isso desgostava a muitos patriotas. O'Higgins, surdo a tais reclamos, teve que usar de rigor e prepotência, chegando a decretar o fuzilamento dos mais exaltados, como o nobre e ardente Rodríguez e os irmãos Carrera”. Isto escreve o mesmo historiador que não cessa de celebrar-lhe “o heroísmo de nobilíssimo patriota”. Com esses republicanos, enterravam-se ali as idéias de igualdade e justiça social.

De San Martín, o grande diretor e inspirador de todo o movimento separatista, desde o Prata ao Alto Peru, diziam os cronistas que o seu intuito era “implantar nos países emancipados as mesmas instituições da metrópole”. Haverá dúvidas a esse respeito, mas não as há quanto ao seu proceder no Peru, logo que se viu chefe do governo: *procurou tranqüilizar os ânimos*, inspirando confiança a todos. Só não o inspirava, agora, aos republicanos. “Com a sua política moderada, o protetor do Peru alienava de si a simpatia e popularidade de que gozava entre os independentes mais exaltados, que lhe censuravam abertamente a transigência inexplicável com certos inimigos da véspera”.

Afastando-se assim dos radicais e verdadeiros republicanos, esses chefes iam fatalmente entregar-se aos reacionários, e foram estes que dominaram por toda parte, logo depois da independência. Nasceu daí a confusão geral contra o progresso; os equívocos sociais de que sofremos não têm outra origem, e deles derivam todos os preconceitos onde se perdem os nossos governantes e conselheiros.

IV

Uma colônia que merece menção especial é o México. O elemento refratário é excepcionalmente forte, e domina, desde a primeira hora, o movimento emancipador. As reivindicações separatistas começam em 1810, sob a conduta de chefes efetivamente republicanos, um dos quais, Hidalgo, chegou a reunir exércitos de 100 mil homens. Mas os reacionários e realistas têm forças bastantes para vencê-los prontamente. Contudo, não é definitiva a vitória.

Desbaratados nas batalhas campais, os independentes recorrem às guerrilhas. Durante sete anos, andaram eles, de esconderijo em esconderijo, com um projeto de república às costas, a proclamar a independência e a liberdade da pátria, e a jurar uma Constituição em todo recanto a que se acolhiam. Finalmente, em 1817, Iturbide e outros chefes realistas se apoderam dos últimos caudilhos independentes, executam-nos, e a idéia de emancipação parecia afastada por muitos anos; dominam sem contraste os realistas... e, dois anos depois, todos unidos, ostensivamente proclamam a independência do México. Como se explica isto? Muito simplesmente: foi esse o meio que eles acharam de manter ali o regime do despotismo integral – injustiças e espoliações.

Os elementos que durante mais de 20 anos se tinham insurgido contra a metrópole representavam naquele inditoso país as classes exploradas. Quantos se achavam no gozo dos privilégios – funcionários de toda ordem e grandes especuladores – levantaram-se furiosos contra um movimento, cujo intuito era melhorar as condições sociais do povo com prejuízo das classes privilegiadas. Não havia, portanto, no México, realistas contra republicanos, mas apenas uma classe de homens que tinham interesse em manter o regime colonial contra outra classe que aspirava libertar-se dos horrores desse regime. Mas, quando mais empenhados andavam os realistas em sufocar os últimos anseios da revolução, eis que da própria metrópole os ameaçava o sentimento liberal que agitava a Europa. Havia-se restabelecido na Espanha a Constituição de 1812... e isto vinha alarmar na América os que viviam do privilégio e da tirania. E então começam os realistas do México a conspirar contra a Espanha, compreendendo que a separação era o único expediente a tomar para conservar o regime que a metrópole se dispunha a modificar. O próprio vice-rei, Apodaca, pôs-se à frente da conspiração. Mas isto não era nada ainda: o próprio rei, que a jurara, era contra a Constituição... e escrevia ao vice-rei que os liberais espanhóis pensavam em decapitá-lo, e que estava pronto a transladar-se com a sua corte para o México. Em tais condições, pois, tomaram os realistas, com o vice-rei, e, pode-se dizer, com o próprio rei à testa, o partido da independência⁵⁷.

⁵⁷ Rocha Pombo, José Francisco da. *op.cit.*, p.252.

Imediatamente, destaca-se Iturbide para purgar os territórios de uns restos de republicanos ainda combatentes. Aí se revela Iturbide: empolga o movimento; cala a boca aos independentes, declarando a *independência absoluta da nação*, e chama para si a quase totalidade dos realistas, afirmando que o Estado será uma monarquia. Como engodo geral, fala-se também na “união de americanos e espanhóis sem distinção de raças”; ao mesmo tempo, assegura-se a tirania espiritual, declarando-se “a conservação da religião católica com exclusão dos outros cultos”. O vice-rei, sem voz ativa em face do caudilho reacionário, demite-se; vem um outro que, “impossibilitado de agir – porque os refratários estão todos com Iturbide, entende-se com estes e assinam um convênio, estabelecendo-se que o país, constituído em nação, adotaria a forma monárquica com um príncipe da família reinante de Espanha”. Nesse convênio, Iturbide insinuou uma cláusula: “No caso em que os príncipes espanhóis recusassem o trono, o Congresso mexicano elegeria um rei...”; fazendo isto, ele sabia bem o que fazia; compreendia que as classes dirigentes da Espanha, obcecadas pelo parasitismo multissecular, não aceitariam em nenhuma hipótese a independência, e seria muito difícil obter-se um príncipe. De fato, as cortes espanholas – tal qual as portuguesas – não quiseram ouvir falar de emancipação, nem de autonomia; exigiram para ali o México colonial dos bons tempos, à discrição da metrópole... E Iturbide fez-se eleger imperador. Já todos contavam com isto.

V

No Brasil, os refratários e realistas ainda foram mais felizes, porque tiveram um príncipe de sangue, o próprio herdeiro da Coroa da metrópole, para chefe da monarquia com que eles fizeram aqui a independência. Cinco anos antes, o verdadeiro movimento emancipador e libertário fora abafado, afogado em sangue, no Norte do país. Mas essa vitória não garantia de forma nenhuma o poder da metrópole. O Brasil apresentava desde muito tempo os elementos constitucionais de uma nacionalidade; as idéias de liberdade andavam por toda parte; a colônia era forte demais, e Portugal, decrépito, era a sombra, apenas, de uma grandeza passada e efêmera: crescera e fora logo anulado pelo parasitismo. No entanto, o elemento refratário era abundantíssimo e forte na sociedade colonial-senhor de todas as posições e absolutamente preponderante na capital, que, pelo regime

centralizador e tirânico instituído, dominava o resto do país. Duas razões havia para que esse elemento adquirisse aqui tal importância: 1) o Brasil era, naquela época, a única verdadeira colônia portuguesa, e para cá vinham quase todos os que, no reino, não obtinham viver diretamente ou indiretamente do Tesouro real; 2) emigrando para o Rio de Janeiro, a corte trouxera consigo uma sobrecarga desses elementos refratários – o que havia de melhor no gênero:

Enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Os botes formigavam carregando, levando, vasando bocados da nação despedaçada (...) monges, desembargadores, toda essa relé de ineptos figurões de lodo... Uma nuvem de gafanhotos, que desde o século XVII devorava tudo em Portugal, e ia pousar agora no Brasil, para, em casa, o dirigir mais à vontade...⁵⁸

Tais eram as gentes dominantes; e aqui, tal como pelas outras colônias, elas tomaram o partido de escamotear a independência.

Em verdade, será bem difícil dizer em que momento justo o Brasil começou a sua independência. Era colônia, sem nenhum valor em face da metrópole; com o tempo, foi crescendo, crescendo, crescendo, e, um belo dia, verificaram todos que ali estava uma nacionalidade, formada, vigorosa, pronta a fazer-se inteiramente senhora dos seus destinos; nação à mercê da qual o reino de ultramar já vinha vivendo, e assim continuaria, até que o tempo (ou algum aventureiro, refletia o próprio rei) completasse a sua definitiva separação. Quando é que o Brasil entrou a ser verdadeiramente autônomo?... Quando, ameaçando separar-se, forçou a metrópole a abolir estancos e reduzir quintos, ou quando abrigou a corte, foragida da metrópole? Quando entrou em relações com o mundo na qualidade de reino soberano, aberto ao comércio de todas as nações; ou quando, partindo daqui o rei e a corte, passou a ter um governo à parte? Quando Barata e seus companheiros gritavam os nossos direitos no recinto das cortes portuguesas, ou quando o príncipe, chefe do governo aqui, desobedecia formalmente às injunções da metrópole? Quando o chefe do Estado houve de desistir da coroa portuguesa, ou quando, apesar disto, o forçaram a deixar o Brasil?... Qualquer desses momentos foi mais decisivo para a independência do que

⁵⁸ Oliveira Martins, Joaquim Pedra de, *História de Portugal*, 6ª ed., p.237; *O Brasil e as colônias*, 3ª ed., p.103.

essas datas, que a história oficial consagra – o gesto ridículo do Ipiranga, ou a assinatura do tratado mediante o qual o Brasil pagou à antiga metrópole a importância dos tributos, que ela já não podia cobrar diretamente, em troca de um reconhecimento de que ninguém carecia.

Independente o Brasil já era; o essencial no momento era assegurar a situação desses remanescentes. Não foi difícil. Cá estava o príncipe, e com ele arranjou-se o caso perfeitamente; a solução, simples, completa e expedida como lha deram, foi efetivamente genial – um achado! O homem que inspirou toda a obra foi o moderadíssimo José Bonifácio, antigo professor nas universidades da metrópole, espírito refletido, que educara os seus sentimentos políticos na Europa, na época em que os moderados e reacionários desacreditavam e infamavam os princípios de justiça e liberdade proclamados em 89, na França. Era moderado, e sobretudo realista, de tal forma que, anos depois, desprezado, preso e deportado pelo príncipe e políticos portugueses do Rio de Janeiro, que já não careciam dele para mascarar de nacionalismo o movimento separatista – deportado, e traiçoeiramente e perfidamente atirado pelo monarca (que ele inventara) às costas de Portugal, a fim de que a ferocidade miguelista o executasse como rebelde⁵⁹ – apesar de tudo isto, ainda ele afirmava os seus sentimentos monarquistas, sobrepondo-os a todos os outros – humanos e patrióticos;⁶⁰ é

⁵⁹ Quem se responsabiliza por esta afirmação é o Sr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, contemporâneo e amigo íntimo que foi de José Bonifácio; di-lo nas suas “Anotações” à própria biografia, publicadas no volume XIV dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Ele conta longamente todos os incidentes da viagem da *Lucania*, em que iam os Andradass. Era o navio destinado oficialmente ao Havre; no entanto, sem que se pudesse explicar o motivo, o barco, desde que chegou à altura das costas portuguesas, não avançava, “desfazia de noite o caminho que havia feito de dia”. Por quê? “Porque, continua o amigo de José Bonifácio, se ostensivamente se havia mandado os desterrados para a França, particularmente haviam resolvido, por iniciativa de Vilela Barbosa e de Nogueira da Gama, mandá-los para Portugal. Confiavam na perícia do infante D. Miguel para dar cabo dos presos, quer processando-os publicamente, quer particularmente nos calabouços do Bozio”. Estava tudo combinado, a *Lucania* ficaria bordejando em frente à costa portuguesa até que saísse do Tejo um navio de guerra e a apresasse. “Mas o desejado navio não aparecia! Resolveu então o capitão entrar o Tejo, o que não se deu porque o imediato, que não estava no segredo das instruções secretas, se opôs”. Entraram no porto espanhol de Coruña, e, no dia imediato, lá estava a corveta portuguesa *Liberdade*, a quem ia entregar os Andradass, que deveram a liberdade à intervenção do ministro inglês.

⁶⁰ Injuriado, perseguido, escorraçado pelo trono português do Rio de Janeiro, reconhecendo que a *independência* fora burlada pelo próprio imperante, vendo-o entregar o país aos

o homem que preferiria ver o Brasil permanecer colônia de Portugal a fazer a independência como república; tal é a síntese do seu programa político, antes e depois do degredo. Não admira, nem mesmo o ver surgir no governo do Brasil independente, homens como esse Vilela Barbosa, que alguns anos antes confessava “ter vergonha de haver nascido no Brasil”, e jurava, com o meio rosto ainda túrgido da bofetada de Barata, jurava e prometia, nas cortes portuguesas, “atravessar o Atlântico a nado, com a espada entre os dentes, para vir combater aqui os separatistas e manter sobre a colônia o inteiro domínio da metrópole...” Perdoe-se ao pobre homem o arrojo da hipérbole – ela dá idéia dos sentimentos de liberdade e independência que animavam o futuro ministro de estrangeiros do Brasil, o adversário de Feijó...

Fez-se a independência da colônia exclusivamente para os refratários. No momento, toda a separação se reduziu a substituir o título do chefe do governo – não é mais rei, é imperador; a nação passa a ter uma Constituição sua, copiada da antiga, copiada pelo próprio imperante, eterno distribuidor de constituições; deram-lhe um parlamento seu, que o monarca dissolveu quando quis; e fez-se tornar a Portugal alguns centos de soldados.⁶¹ Tudo mais aqui fica: “todas as pessoas de ordem civil, eclesiástica e militar que a corte portuguesa deixou no Rio de Janeiro ocupando os altos cargos”. A mesma máquina administrativa, com os mesmos processos, e privilégios, e parasitas; os mesmos costumes, e até a mesma freguesia financeira – a Inglaterra. “Todos os partidos se tornaram separatistas; tornaram -se brasileiros todos os empregados públicos, magistrados dos tribunais superiores e outros...”

As camadas de resíduos e remanescentes ali se deixaram ficar; tudo se dispusera para que o viver não lhes fosse perturbado. Estavam em casa,

mesmos que na véspera se opunham à sua emancipação, em face à triste situação do momento, José Bonifácio, partindo para o degredo, só tinha uma preocupação: “Que o imperador salve o trono para seu filho, se não pode conservá-lo para si”. Foi a única reflexão que se lhe ouviu ao embarcar, foi tudo que a crise lhe inspirou (autobiografia de Drummond).

⁶¹ Até os soldados portugueses da *Divisão Madeira*, que, na Bahia, resistem até à última às tropas brasileiras – até estes: vencidos, são engajados, depois, no Rio de Janeiro para compor o exército do novo império. O próprio Madeira, o chefe da resistência obstinada, é convidado por José Bonifácio a vir nacionalizar e dar cor ao Brasil, e realizar-lhe a emancipação, como ele a entendia (Drummond).

continuaram a crescer e a frutificar; até hoje, a sua ação perdura, opondo-se ao progresso, defendendo todas as revivescências do regime arcaico, que lhes criou uma situação privilegiada e monopolizou em suas mãos a riqueza e o comércio, conferindo-lhes, assim, uma influência decisiva na vida econômica e, conseqüentemente, na vida política e social da nação. Ei-los, ainda hoje – elemento preponderante, inspirando uma corrente de idéias e opiniões conservadoras, contra as quais há lutar, porque a riqueza é a riqueza.

Estas considerações não envolvem nenhum sentimento de estreito nacionalismo; elas resumem a realidade e a importância do entorpecimento que tais resíduos trazem ao progresso das sociedades brasileiras, poderosamente influenciadas por eles, avassaladas, mesmo, na capital e em algumas outras cidades importantes. Desconhecerá alguém o quanto são retrógrados, tradicionalistas, rotineiros e, em sua quase totalidade, ignorantes esses elementos?... “Vá a nação para diante, dirão, não se importe com eles...” Impossível. Têm um poder incontestável; pesam pelo número, pela fortuna, pelas tradições e pela situação especial em que se acham. Confundem-se com o resto da sociedade; só não são brasileiros para dar à nacionalidade esse caráter de homogeneidade indispensável a todo grupo humano, independentemente de qualquer preocupação patriótica, de qualquer tendência agressiva, homogeneidade indispensável ao progresso social; só não são brasileiros para permitir a fixação, no país, do fruto da sua produção; mas não são estrangeiros para impor os seus sentimentos e idéias a essas classes dominantes e políticas, preocupadas sobretudo com os interesses das chamadas classes conservadoras. As classes conservadoras são eles, ou aqueles que deles dependem, e cujos interesses não se distinguem. Em verdade, no Brasil, a luta entre os nacionais radicais e esses elementos não é uma luta de nacionalidades: é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas.